

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Vs SOBREVIVÊNCIA.
ASPECTOS ANTAGÓNICOS OU COMPLEMENTARES.
O CASO DE SANTA CATARINA**

Indira Semedo Mascarenhas

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais.**

Especialização Globalização e Ambiente

MARÇO, 2010



DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A Candidata,

Lisboa,de.....de.....

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A Orientadora,

A Orientadora,

Lisboa,de.....de.....

Dedicatória Pessoal

À Maria José

(pela hospitalidade e carinho)

Ao Natalino

(pelo Amor e Compreensão)

AGRADECIMENTOS

O meu especial agradecimento vai para todos que de uma forma ou outra contribuíram para a elaboração deste trabalho, dos quais passo a destacar:

Às Professoras Doutoras Ana Catarina Pereira Mendes Leal e Teresa Ferreira Rodrigues pela orientação.

Ao Natalino pelo amor, carinho, paciência e principalmente por me fazer acreditar que realmente é possível.

A todas as instituições pela prontidão e disponibilidade para responder a questões que contribuíram de forma decisiva para elaboração do estudo de caso.

À Minha querida Tia e família que me tem acompanhado e apoiado durante esta longa caminhada (Licenciatura até a Dissertação).

E, finalmente, a todos aqueles que demonstraram a sua disponibilidade para responder aos inquéritos, conversas e entrevistas efectuados.

RESUMO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL *VERSUS* SOBREVIVÊNCIA. ASPECTOS ANTAGÓNICOS OU COMPLEMENTARES. O CASO DE SANTA CATARINA.

Indira S. Mascarenhas

Palavras-Chave: Desenvolvimento sustentável, Pobreza, Cabo Verde, Ambiente.

Desenvolvimento e sustentabilidade, dois conceitos totalmente diferentes. O que os torna actuais e problemáticos. Daí o objecto deste estudo prender-se com a possibilidade de se complementarem num cenário de crise internacional e num país que só recentemente obteve o estatuto de Desenvolvimento Médio.

Revelou-se importante analisar Cabo Verde, um país natural e ecologicamente frágil, através dos três pilares do Desenvolvimento Sustentável (Social, Económico e Ambiental), porque entendeu-se que uma análise deste tipo pode ajudar a evitar o uso insustentável dos poucos recursos naturais existentes, deixar para trás a pobreza relativa e incentivar à mudança de hábitos e práticas socioculturais inconsistentes com o meio ambiente.

Esta dissertação põe em evidência a probabilidade de haver ou não convergência entre duas perspectivas (crescimento económico/preservação ambiental), defendendo a seguinte tese: o desenvolvimento sustentável e pobreza podem ser complementares através de investimento em recursos humanos, passando por uma alteração de comportamentos, formas e qualidade de vida. Nomeadamente: redução dos níveis de fecundidade, modernização das tecnologias, promoção da cooperação, consciencialização da população no desenvolvimento e controle dos recursos a serem utilizados na satisfação das suas próprias necessidades.

O presente estudo está dividido em duas partes: na primeira, fez-se uma abordagem teórica e conceptual dos conceitos de Desenvolvimento Sustentável, Objectivos do Milénio e o respectivo enquadramento espacial e temporal do objecto de estudo. Também se analisou a situação de Cabo Verde em termos do cumprimento desses Objectivos. Na segunda parte, o estudo de caso examina o concelho de Santa Catarina através dos vários indicadores do desenvolvimento sustentável (economia, educação e ambiente). Para finalizar, fez-se a análise SWOT do concelho de Santa Catarina, que permitiu identificar as suas forças e fraquezas.

Concluiu-se que neste contexto, a degradação ambiental é consequência directa da necessidade de sobrevivência da população, o que torna impossível o desenvolvimento sustentável a curto prazo, mas, as potencialidades fazem crer num futuro promissor, com base num investimento bem direccionado.

ABSTRACT

SUSTAINABLE DEVELOPMENT *VERSUS* SURVIVAL. ANTAGONISM OR COMPLEMENTARY ASPECTS. THE CASE OF SANTA CATARINA

Indira S. Mascarenhas

Key Words: Sustainable Development, Poverty, Cape Verde, Environment.

Development and sustainability are two totally different concepts. What makes current problem and the subject of this study is the possibility of complementing a scenario of international crisis and country that has only recently gained the status of Development medium.

It became important to analyze Cape Verde, a natural and ecologically fragile country, through the three pillars of sustainable development (social, economic and environmental), because we believe that an analysis of this type can help prevent unsustainable use of the few existing natural resources, to displace the relative poverty and encourage the change of habits and socio cultural practices inconsistent with the environment.

This paper highlights the probability of whether or not the convergence between two perspectives (economic growth /environmental preservation), defending the following thesis: sustainable development and poverty can be complementary through investment in human resources, a change in behavior, shapes and quality of life. In particular: reducing levels of fertility, modernization of technologies, promoting cooperation, awareness of the population in development and control of resources to meet their own needs.

The present study is divided into two parts: the first part was a theoretical and conceptual approach of the concepts of sustainable development, the Millennium Goals and their temporal and spatial framework of subject of study. It also analyzes the situation of Cape Verde in terms of implementation with these Goals. In the second part, the case study examines the municipality of Santa Catarina through the various indicators of sustainable development (economy, education and environment). Finally, did the SWOT analysis of the municipality of Santa Catarina, which led to identify their strengths and weaknesses.

It was concluded that, in this context, environmental degradation is a direct consequence of the need for people survival; which makes it impossible for sustainable development in short term, but, the potentiality make us believe in a promising future, based in good investments.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO-----	1
-----------------	---

PARTE I

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL DO ESTUDO

Capítulo 1 -Desenvolvimento Sustentável e Objectivos do Milénio-----	7
--	---

1.1.O Conceito de Desenvolvimento Sustentável-----	7
--	---

1.2.Os Objectivos do Milénio-----	18
-----------------------------------	----

Capítulo 2 - Cabo Verde no Início do Século XXI-----	29
--	----

2.1.Posição Geográfica-----	30
-----------------------------	----

2.2. Ambiente: Caracterização e Diagnóstico-----	30
--	----

2.3.Características Demográficas-----	31
---------------------------------------	----

2.4.Panorama Política-----	33
----------------------------	----

2.5.Desenvolvimento Socioeconómico Recente-----	36
---	----

Capítulo 3 - Cabo Verde e os Objectivos do Milénio-----	42
---	----

3.1. Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome-----	42
--	----

3.2. Alcançar o ensino primário universal-----	44
--	----

3.3. Promover a Igualdade entre os Sexos e a Autonomização das Mulheres-----	44
--	----

3.4. Reduzir a Mortalidade Infantil-----	45
--	----

3.5. Melhorar a Saúde Materna-----	46
------------------------------------	----

3.6. Combater o VIH/SIDA, Malária e outras Doenças-----	46
---	----

3.7. Assegurar a Sustentabilidade Ambiental-----	47
--	----

3.8. Promover uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento-----	48
--	----

PARTE II

ESTUDO DE CASO: SANTA CATARINA. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL *VERSUS* SOBREVIVÊNCIA

Capítulo 4 - Santa Catarina e os Três Pilares do Desenvolvimento

Sustentável-----	54
4.1. Breve Caracterização-----	54
4.2. Santa Catarina e o Pilar Económico-----	55
4.2.1. Do Pequeno Comércio ao Comércio Ambulante-----	55
4.2.2. Pobreza Rural <i>Versus</i> Urbana e suas consequências -----	57
4.2.3. O peso das Remessa dos Emigrantes e os Efeitos da Crise Internacional----	60
4.3. Santa Catarina e o Pilar Social-----	62
4.3.1. A problemática da Juventude-----	62
4.3.2. Imigração, Alta taxa de Natalidade-----	64
4.4. Santa Catarina e o Pilar Ambiental-----	65
4.4.1. Gestão dos Recursos Hídricos e sua Importância para o Desenvolvimento Sustentável-----	65
4.4.2. Dependência da Agricultura e Importação dos Produtos Primários-----	68
4.4.3. Sector Energético-----	70
4.4.4. Extracção de Areia (seus efeitos) -----	72
Capítulo 5 - Análise SWOT do Concelho Santa Catarina-----	74
5.1. Análise SWOT – Breve enquadramento-----	74
5.2. Concelho de Santa Catarina: Desenvolvimento Sustentável versus Sobrevivência Uma análise SWOT -----	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS – -----	79
BIBLIOGRAFIA -----	83
ANEXOS-----	92

ACRÓNIMOS

AfDB/OECD – Banco Africano Desenvolvimento/ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

ANGOC - The Asian NGO Coalition for Agrarian Reform and Rural Development

AMS – Associação de Municípios de Santiago

BAD/AFDB – Banco Africano Desenvolvimento/ African Development Bank

BCV – Banco Cabo Verde

BM – Banco Mundial

CCD - Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação

CBD - Convenção das Nações Unidas Sobre a Biodiversidade

CCS-SIDA – Comité Combate à Sida

CCC - Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climática

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CMSC - Câmara Municipal de Santa Catarina

DECRP – Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução de Pobreza

DS – Desenvolvimento Sustentável

DMPPDS – Declaração de Manila sobre Participação Popular Desenvolvimento Sustentável

FAIMO – Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra

IDSR-II – Inquérito Demográfico Saúde Reprodutiva

IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais

INE CV– Instituto Nacional de Estatísticas Cabo Verde

INGRH – Instituto Nacional Gestão Recursos Hídricos

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IMF – Fundo Monetário Internacional

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IUR – Imposto Único sobre Rendimento

LICUS – *Low Income Countries Under Stress*

MAAP – Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas

MPD – Movimento Para Democracia

ODM – Objectivos Desenvolvimento do Milénio

ONGD – Organização Não Governamental Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIGC – Partido Africano Independência Guine - Cabo Verde

PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PALOP – Países Africano da Língua Oficial Portuguesa

PANA – Plano de Acção Nacional para o Ambiente

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUE – Programa das Nações Unidas para o Ambiente

PPP OU PPC – Paridade Poder Compra

PMA – Países Menos Avançadas

PDM – Países Desenvolvimento Médio

QUIBB - Questionário Unificado dos Indicadores Básicos de Bem-Estar

WCED – World Commission on Environment and Development

WWEA – World Wind Energy Association

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1: Factores que Afectam a relação Ambiente População-----	10
Figura 1.2: Estimativas do Crescimento da População Mundial-----	13
Figura 1.3: Relação Circular entre Pobreza e Degradação Ambiental-----	16
Figura 2.1: Ilhas de Cabo Verde-----	29
Figura 2.2: Divisão de Gastos com a ajuda internacional (2004 – n° arredondados) -----	38
Figura 2.3: Indicador do Clima Económico (VE – MM3) -----	39
Figura 3.1: Massa Monetária, PIB Real e Inflação-----	43
Figura3.2: Simulações para Redução da Pobreza Futura sob Vários Cenários de Crescimento-----	51
Figura 4.1: Antigo Mercado Municipal Assomada-----	56
Figura 4.2: Novo Mercado Municipal ainda em Construção-----	56
Figura 4.3: Pequenas explorações agrícolas no interior do Concelho de Santa Catarina----	58
Figura 4.4: Mar de aguas Belas depois da extracção de areia-----	73
Figura 4.5: Ribeira próxima do mar, antes planície agrícola-----	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1: Informação sobre População cabo-verdiana 2007-----	32
Quadro 2.2: Balança de Pagamento em Percentagem PIB-----	36
Quadro 3.1: Mortalidade de crianças menores de 5 anos por características socioeconómicas-----	45
Quadro 3.2: Cumprimento dos Objectivos do Milénio-----	49
Quadro 4.1: Taxa de cobertura de rede-----	66
Quadro 4.2: Modo de abastecimento de água nos municípios do interior do concelho de Santa Catarina-----	67
Quadro 4.3: Análise SWOT do Concelho de santa Catarina-----	75

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade do desenvolvimento é cada vez mais uma preocupação das diferentes nações do mundo. Subjacente, no entanto, as preocupações que levam as organizações mundiais e comunitárias a preocuparem-se com este problema, estão realidades muito diferentes entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Quando se fala em desenvolvimento sustentável pensa-se logo em não comprometer as gerações futuras, colocando em prática diversas estratégias no desenvolvimento do presente. O problema está justamente na verdadeira natureza do homem que tende a construir o futuro centrado mais nos benefícios que no imediato e na primeira pessoa possa recolher. Portanto, a prática tem demonstrado que na maior parte dos casos o homem só adoptará medidas de desenvolvimento livremente se reconhecer benefícios maiores a curto e médio prazo.

Devido à crescente preocupação mundial com a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, actualmente muitas pesquisas são desenvolvidas visando identificar as causas e consequências da degradação do meio ambiente. Tendo em conta que a degradação ocorre tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, com a publicação do Relatório Brundtland, este facto passou a ser associado ao grau de pobreza da população, levando muitos pesquisadores a detectar alguma relação (WCED, 1987).

A América Latina foi alvo deste estudo por Echeverria (2000) por comportar elevado índice tanto de pobreza rural como urbano. Para este autor como há maior incidência da pobreza nas zonas rurais, estes passaram a ser consideradas poluidoras e causadoras da degradação do meio ambiente, na medida em que dependem mais deste para o seu sustento e os recursos são normalmente bens públicos de acesso comum, assim há tendência para sobre utilização e consequente exaustão. Segundo esta perspectiva, a pobreza rural para além de acelerar a degradação ambiental contribui para a perpetuação da sua condição. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável implica duas perspectivas difíceis de conciliar: por um lado, o do crescimento económico que é de tendência individual e curto prazo, demonstrado pelo grau de pobreza, e por outro, o da preservação ambiental que é colectivo e pensado a longo prazo.

Neste contexto, apresenta-se este trabalho visando objectivar a **hipótese de partida** de conciliar a perspectiva de crescimento económico e preservação ambiental, num país, Cabo Verde, que só recentemente foi considerado de desenvolvimento médio (*Vide* Anexo V.1- Índice de Desenvolvimento Humano 2007/2008), e onde muitas vezes para a população o que está em questão não são necessariamente as duas perspectivas mas sim a sobrevivência no dia-a-dia.

A escolha de Santa Catarina como **área de estudo** deve-se ao facto de ser o maior da ilha em superfície e população, o concelho natal do autor da dissertação e, por conseguinte, maior conhecimento da realidade em estudo. Para além destes factores acresce o facto de ser um concelho extremamente rural, com 16% dos pobres de Cabo Verde, em franco crescimento populacional e com sérios problemas ambientais, portanto, detém todos os indicadores considerados importantes para este estudo.

O foco temporal do estudo incide principalmente sobre a década de 90 até 2009. A escolha deste período temporal deve-se principalmente ao facto que durante a época colonial limitou-se a abordagens vertical e sectorial dos problemas ecológicos, estes visavam principalmente a limitação da poluição das águas, atmosfera e gestão de resíduos. Só depois da independência em 1975, a população tomou consciência dos riscos ambientais e da necessidade de uma abordagem concertada.

Na opinião de autores como Rocha, Merino & Neves (2007) terá ocorrido a partir de 1990 uma viragem no que toca ao tratamento das questões ambientais a nível nacional. A implementação de acções ligadas a protecção do meio ambiente, levou a integração das questões ambientais na agenda política visando o desenvolvimento sustentável e a protecção ambiental em conformidade com a *Agenda 21*. A abordagem transversal foi confirmada pela introdução da vertente ambiental nos programas do governo a partir de 1993, e a elaboração do *Primeiro Plano Acção Nacional para o Ambiente* em 1994, e o segundo em 2003 que estabeleceu Objectivos de Desenvolvimento Sustentável num horizonte de dez anos (2004 - 2014).

Partindo da hipótese de haver uma forte correlação entre o desenvolvimento económico e a preservação ambiental, com a presente dissertação pretende-se atingir de uma forma **geral os seguintes objectivos**:

- Demonstrar a possibilidade de conciliar pobreza e preservação ambiental na sua relação de dependência ou incompatibilidade;
- Avaliar a possibilidade e a credibilidade do Estado na implementação das políticas de acordo com os Objectivos Desenvolvimento Milénio (ODM), e possível participação nos mesmos pela população em geral;
- Demonstrar as estratégias económicas e políticas visando o desenvolvimento sustentável e identificar as medidas e soluções alternativas para tal.

Tendo em consideração os objectivos gerais, procurou-se alcançar de uma forma específica os seguintes objectivos.

- Propor soluções alternativas para o desenvolvimento sustentável recorrendo a meios menos agressivos;
- Avaliar os impactos económicos, sociais e ambientais das medidas adoptadas;
- Identificar medidas que visam reforçar a capacidade de intervenção dos municípios no processo de elaboração e implementação dos planos;

A sustentabilidade e a pobreza são preocupações fundamentais no mundo actual, fazendo parte integrante dos discursos, discussões, convenções locais, nacionais e internacionais.

O estudo de caso pareceu importante na medida em que demonstra a importância da gestão integrada dos recursos definida como um processo que favorece o desenvolvimento e a gestão coordenados da água, solo e outros recursos relacionados, tendo em vista maximizar, de forma equitativa, o bem-estar económico e social, sem contudo comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas vitais. Numa região (Cabo Verde – interior da ilha de Santiago) assolada por secas periódicas e prolongadas, ameaçada por deterioração ambiental, a manutenção e o uso dos recursos assume acrescida importância e constitui um desafio permanente para a promoção de um desenvolvimento sustentável. Portanto, para além da relevância do tema, a elaboração deste trabalho visa o enriquecimento documental, académico e pessoal.

A presente dissertação encontra-se estruturado em duas partes, dividida por cinco capítulos e estes pelos respectivos subcapítulos.

A primeira parte deste trabalho contempla o enquadramento teórico do tema em estudo, iniciando no primeiro capítulo uma abordagem sobre os conceitos básicos (desenvolvimento sustentável, objectivos do milénio e pobreza), bem como o seu contexto de criação, evolução, importância, algumas críticas e limitações no cumprimento dos objectivos.

O segundo capítulo faz um estudo geral das características actuais da sociedade cabo-verdiana em termos económicos, sociais, políticos e ambientais. Nesta parte, a metodologia adoptada baseou-se em pesquisas bibliográficas de carácter geral, com incidência nos dados estatísticos ultimamente elaborados.¹ A pesquisa sistemática e intensiva de *sites* com selecção de informação também foi valorizada.

No terceiro capítulo procurou-se de uma forma geral, por um lado, demonstrar a situação de Cabo Verde no que concerne ao cumprimento dos Objectivos do Milénio, isso porque segundo Silva (2004, p.11) apesar da economia real continuar a crescer, se é verdade que o país não conheceu recentemente rupturas económicas a crise situa-se primordialmente a nível psicológico da economia, com a degradação das expectativas.

Na segunda parte, o quarto capítulo analisa a possível complementaridade entre desenvolvimento sustentável e pobreza, a partir da análise dos pilares económico, social e ambiental do Desenvolvimento Sustentável, de uma forma particular no concelho de Santa Catarina no interior da ilha de Santiago.

O quinto e último capítulo, o estudo de caso com base na análise SWOT, demonstram que o baixo nível de desenvolvimento económico de Cabo Verde impele as pessoas a uma luta diária pela sobrevivência sem terem a consciência do risco que os seus actos representam para o meio circundante, inclusive para as suas próprias vidas. A população precisa ter a percepção da sustentabilidade a longo prazo (custos) e curto prazo, na medida em que muitas são as políticas principalmente ambientais no sentido de melhorar as condições de vida da população. Como exemplo temos a plantação de pinheiros, a proibição de extracção de areia nas praias...etc. Também tenta-se demonstrar e sensibilizar para a necessidade de mudar os hábitos e as práticas através da educação ambiental, apesar da escassez dos recursos hídricos (principalmente água potável).

¹ Salienta-se a escassez de dados disponíveis acerca do país e do tema em estudo e quando existente não se encontram na maior parte dos casos actualizados.

No que se refere ao estudo exploratório deste trabalho que necessitou de um esforço de aprofundamento sistemático, de natureza profundamente qualitativa, com deslocação ao terreno alvo. Recorreu-se à seguinte **abordagem metodológica**:

- Recolha e análise de conteúdo documental e verbal que tornou possível a consulta de bibliografia relacionada com as temáticas teóricas abordadas;
- Recolha de dados estatísticos e análise do conteúdo de diversa fundamentação técnica sobre a escassez dos recursos hídricos em Cabo Verde, tendo em conta a situação política, social, ambiental e económica;
- Deslocação ao terreno para realização de entrevistas com responsáveis técnicos e políticos e responsáveis das diversas instituições ligadas ao tema em discussão. Observação directa e contacto com a população local (Santiago – interior do concelho de Santa Catarina) para realização de conversas informais e intensiva na tentativa de conhecer os hábitos locais quanto à utilização do meio ambiente e a situação económica;
- Análise do terreno para ver se algumas das medidas são de facto implementadas e o resultado, bem como a verificação de algumas infra-estruturas construídas e em construção. Finalmente, a análise SWOT faz o exame interno e procura definir os pontos fortes do concelho que podem ser manejados em busca de oportunidades ou para neutralizar ameaças futuras, bem como os pontos fracos que o fragilizam e podem vir a ser objectos de acções estratégicas. A análise externa focaliza macro ambiente ou ambiente indirecto (contexto sociopolítico, económico e cultural do país e do mundo que afecta todas as organizações e é de difícil mensuração).

PARTE I:

ENQUADRAMENTO

CONCEPTUAL DO ESTUDO

Capítulo 1 – Desenvolvimento Sustentável e Objectivos do Milénio

Hoje é recorrente em todos os debates, documentos oficiais e publicações científicas o uso do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Este primeiro capítulo visa definir dois conceitos-chave desta dissertação - “Desenvolvimento Sustentável” e “Objectivos do Milénio”, considerados essenciais para a percepção do conteúdo do trabalho.

1.1 - O Conceito de Desenvolvimento Sustentável

De acordo com Layrargues (1997, pp.1-5) houve uma evolução do termo Desenvolvimento para Desenvolvimento Sustentável.

O conceito de **Desenvolvimento** surge com a obra de Rostow (1962, p.227)² baseado nas ideias de Darwin na qual defende a teoria de sucessão evolutiva dos estágios, ou seja, tal como a natureza, as sociedades humanas evoluíram de formas inferiores para superiores (de sociedade rudimentar para ocidental industrializada). Segundo este autor os países passam por cinco etapas de desenvolvimento económico, nomeadamente: (1) Sociedade tradicional baseada em actividades de subsistência; (2) Pré-condições para o arranque → abarcam sociedades em pleno processo de transição; (3) Arranque → as resistências ao desenvolvimento é ultrapassado; (4) Marcha para a maturidade → a economia em ascensão procura estender a tecnologia moderna em todas as frentes da economia; (5) Consumo de massa → onde florescem as indústrias produtoras de serviço. Assim nasceu a bipolaridade entre Norte/Sul, Pobres/Ricos, Desenvolvidos/ Subdesenvolvidos, em que os Estados Unidos aparecem como paradigma de boa sociedade desenvolvida. Esta teoria foi duramente criticada por incrementar as injustiças sociais e desfalecimento cultural nativo.

Desde a Segunda Guerra Mundial que desenvolvimento é visto pela maioria dos governos como sinónimo do crescimento económico, este é identificado como necessário para combater a pobreza, como é exemplo o relatório do Banco Mundial onde os países são categorizados de acordo com os seus rendimentos. Uma visão alternativa emerge com as Organizações das Nações Unidas, organizações não governamentais e académicos, onde a pobreza é identificada como *não habilidade para providenciar bens materiais necessários à sobrevivência e da família e pela ausência de condutas ambientais indispensáveis ao bem-estar do ser humano* (Thomas, 2005, p.562).

² Walt Whitman Rostow, economista americano nascido na Prússia em 1916, considerou viável decompor a história do desenvolvimento de cada economia de acordo com um determinado conjunto de etapas. O objectivo de Rostow foi apresentar uma alternativa à teoria marxista sobre os rumos da História.

O conceito de **Ecodesenvolvimento** lançado por Maurice Strong, em 1973, baseava na definição de estilo de desenvolvimento adaptado as áreas rurais do terceiro mundo, na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza.

Com a “Declaração do Cocoyoc”, documento que resulta do simpósio de especialistas, organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), no México, em 1974, as cidades dos países do Terceiro Mundo também passaram a ser abrangidas pelo conceito de Ecodesenvolvimento, ou seja, realizou-se a conexão entre explosão populacional, pobreza, degradação e a responsabilidade dos países desenvolvidos devido a seu elevado nível de consumo. Na década de 80 Ignacy Sachs desenvolveu conceptualmente o termo, baseando-o em três premissas fundamentais: eficiência económica, justiça social e prudência ecológica.

Para tornar o conceito operacional Sachs (1986) destacou a necessidade de conhecer as culturas e o ecossistema (relação homem ambiente no seu dia-a-dia). Sugeriu o uso do pluralismo tecnológico (combinação da tradicional mão-de-obra intensiva com o capital intensivo). Este autor acredita na capacidade das sociedades humanas em identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais em detrimento da constante recorrência às ajudas externas.

A palavra **Desenvolvimento Sustentável** surge de forma clara e com implementações práticas durante a conferência do Rio em 1992. Mas, existem antecedentes que contextualizam a importância do seu surgimento.

Recuando até aos anos 70, a Conferência de Estocolmo de 1972 realizada na sequência de dois desastres ambientais, demonstrou a urgência de criar uma ponte entre ambiente e economia.

Em 1973, E. Schumacher³ publica o livro *Small is Beautiful*, no qual alerta para a impossibilidade de manter no futuro os moldes de produção com base nos meios actuais utilizados. Também defendia a não introdução pelo Ocidente de tecnologias que consumissem combustível nas nações pobres, era a favor de soluções mais apropriadas, como os bois, em vez de tractores, eliminadores de empregos.

³ Economista Alemão, morreu em 1977, ficou conhecido em todo o mundo pela sua tese no qual consta que a Ecologia e o Ecodesenvolvimento são inseparáveis na luta dos povos e dos explorados contra o imperialismo industrial.

A Assembleia-geral da ONU de 1983 criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) com os seguintes objectivos:

- Reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas realistas para abordá-las;
- Propor novas formas de cooperação internacional nesse campo de modo a orientar as políticas e acções no sentido das mudanças necessárias, e dar aos indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma actuação mais firme.

Em 1987 foi publicado o Relatório Brundtland, com o título (Nosso Futuro Comum), veio ter em conta a necessidade de um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso em todo o planeta, e futuramente a ser alcançado pelos países em desenvolvimento e também pelos desenvolvidos. Por isso os Governos devem adoptar as seguintes medidas:

- Limitar o crescimento populacional;
- Garantir alimentação a longo prazo;
- Preservar a biodiversidade e os ecossistemas;
- Diminuir o consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis;
- Aumentar a produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas;
- Controlar a urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores.

Segundo o relatório da Comissão para Desenvolvimento Sustentável (2006, pp.6-8) a implementação prática do conceito torna-se mais clara Com a “Conferência do Rio” em 1992⁴. Propunha necessidade de harmonizar economia e ecologia, contudo, por razões financeiras e tecnológicas não foram concretizadas.

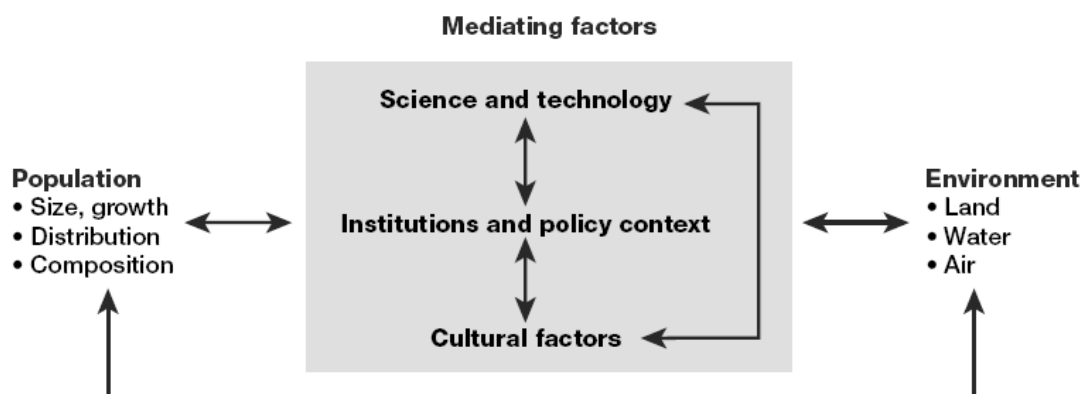
⁴ Teve como um dos principais resultados a elaboração da **Agenda 21**. É um documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a reflectir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os sectores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio - ambientais

Em 1996, a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável propôs uma lista de 134 indicadores. Foram agrupados de acordo com as dimensões do Desenvolvimento Sustentável em quatro categorias principais (Social, Económico, Ambiental e Institucional). Este por sua vez ficou reduzido a 58 indicadores em 2001 pelo Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas.

A Cimeira de Joanesburgo, “Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável” em 2002, foi uma oportunidade sem precedentes para reforçar o papel da saúde no desenvolvimento sustentável, ou seja, actos como degradação ambiental, má gestão dos recursos naturais, padrões de consumo e estilos de vida pouco saudável têm grande impacto na saúde. Por sua vez, problemas de saúde dificultam a redução da pobreza e o desenvolvimento económico. Em 2005 as Nações Unidas efectua uma revisão final dos indicadores e apresenta os primeiros resultados da avaliação. Os países são incentivados a utilizar o quadro e os principais indicadores da maneira que melhor atenda às suas necessidades específicas relacionadas com a definição de prioridade de desenvolvimento sustentável, a elaboração de políticas, monitoramento e avaliação.

Nesta conformidade, uma questão que demonstra alguns conceitos centrais deste estudo será a seguinte: **Qual a relação ambiente/população?** A análise da Figura 1.1 abaixo, indica que o ambiente e a população estão numa ligação dinâmica interactiva. Além do papel da ciência e tecnologia, as políticas públicas e institucionais, os factores culturais são os principais mediadores desta interacção.

Figura 1.1
Factores que Afectam a Relação Ambiente /População



Fonte: Souza, Williams & Meyerson (2003, p. 14)

Durante os últimos 60 anos, segundo Souza, Williams & Meyerson (2003, p.16) o mundo tem-se apoiado nas instituições do Estado, ou grupos de estados, como mecanismos de acção comum. Em muitos casos, as políticas públicas orientadas por normas, atitudes culturais e responsabilidade cívica sobre o meio ambiente tem causado impacto nos problemas ambientais.

A sociedade civil tem vindo a ganhar importância, como é exemplo acontecimentos como a queda do muro de Berlim, preocupação com meio ambiente e saúde dentro de algumas corporações, políticas mais fortes para proteger florestas na América Latina, e um maior impacto de organizações não-governamentais (ONGs) em convenções internacionais. Juntamente com as instituições, factores culturais, crenças, valores, normas e tradições, influência a opinião pública para as políticas públicas e a forma como os humanos interagem com o meio ambiente.

O destaque do relatório acima mencionado é, de facto, a elaboração de um novo conceito, “Desenvolvimento Sustentável”. Como muitas vezes acontece com os conceitos, não é consensual e suscita debate. O seu múltiplo significado permite mais a apropriação por segmentações com orientações político-ideológicas como: ONGs, os órgãos de governo, as agências multilaterais e os empresários que se movimentam activamente neste terreno, do que especialistas académicos em desenvolvimento (Ribeiro, 1991, p.16).

De todos, o mais conhecido foi divulgado pelas Nações Unidas: *Desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades da geração presente, sem comprometer a possibilidade que as gerações futuras consigam satisfazer as suas próprias necessidades* (World Commission on Environment and Development, 1987, p.43).

É indiscutível o esforço realizado por todos para atingir o desenvolvimento sustentável. Mas uma análise mais profunda revela uma falta de consenso não só quanto ao adjetivo “sustentável”, como também quanto ao conceito de “desenvolvimento” analisado anteriormente. Como refere Diegues (1992) a discussão é válida porque torna-se óbvio que o ocidente não pode continuar com os padrões de produção e consumo baseado no desperdício de energia não renovável, degradação ambiental, na exploração dos recursos naturais dos países do terceiro mundo. Além disso, muitos consideram que para a maioria dos países do terceiro mundo a ultima década foi perdido para o desenvolvimento. Na opinião do mesmo autor, ao desmontar o significado do conceito de Desenvolvimento Sustentável chega-se à conclusão que este tem dois pilares primários:

A utilização dos recursos e a consciência da sua limitação, ou seja, o uso sustentável dos recursos naturais no desenvolvimento económico e na satisfação das necessidades das camadas mais pobres da população para preservar o futuro humano neste planeta no sentido de um futuro ilimitado. Tendo em conta as limitações que o estado actual das tecnologias e da organização social impõe sobre o meio ambiente,

(...) Muitos habitantes da Terra começam a olhá-la como um lar que precisa de ser mantido e cuidado, para que eles próprios e os seus descendentes possam ter uma vida confortável, próspera e saudável (...). No entanto, até à consciencialização da gravidade em que se encontra o ecossistema, a sobre exploração dos recursos provocou danos irremediáveis que põem em causa a sustentabilidade das gerações vindouras (Waters, 1995, p.3).

Analisando separadamente desenvolvimento e sustentabilidade chega-se à conclusão que quando se fala em desenvolvimento, não se limita ao crescimento quantitativo, pelo contrário, mostra a qualidade da relação humana com o ambiente natural. E da sustentabilidade porque pressupõe responder às necessidades da população actual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responderem às suas.

Neste conceito também aparecem inerentes dois princípios importantes: o de necessidade e o de limitação. O primeiro trata da equidade (necessidades essenciais dos pobres) e o outro refere-se a limitações que o estágio da tecnologia e da organização social determinam ao meio ambiente (CMMAD, 1991, p.49). Tendo em consideração que as necessidades humanas são determinadas social e culturalmente, isto implica a promoção de valores dentro dos limites das possibilidades ecológicas. De uma forma geral significa a possibilidade de haver compatibilidade entre os vários tipos de crescimento (económico, humano e ambiental), portanto é necessário que as sociedades atendam as necessidades humanas aumentando o potencial produtivo assegurando as duas gerações as mesmas oportunidades (presentes e futuras). Por isso o relatório apresenta-o como:

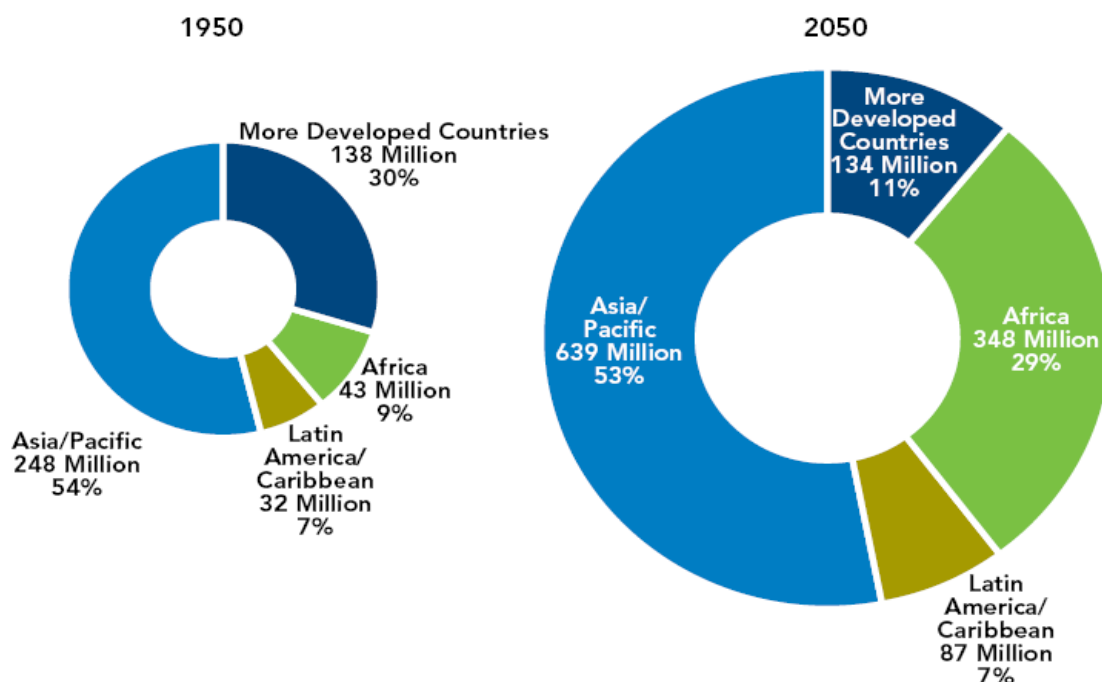
Um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direcção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e às aspirações humanas (CMMAD, 1991, p.49).

Neste caso não é um estado de mudanças, tanto no que concerne ao acesso aos recursos, como à distribuição de custos e benefícios.

O crescimento económico tem constituído um objectivo importante em políticas governamentais ao longo dos tempos, tendo-se traduzido por aspectos positivos e menos positivos. Entre estes últimos destacam-se a perda da biodiversidade e a consequente redução dos processos naturais que dependemos, aumento dos níveis de poluição e perda do património genético de espécies. Ao mesmo tempo, assistimos ao aumento da diferença na distribuição de riqueza entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, neste último caso há mais pressão para a sua destruição, até porque o governo destes países é muitas vezes obrigado a explorar os seus recursos naturais de forma insustentável para melhorar rapidamente as condições de vida da população.

A questão do crescimento populacional nos países em desenvolvimento suscita contradições. Segundo projecções da Population Reference Bureau (2009, p.1) vai haver um crescimento populacional dos actuais 6,8 biliões de pessoas para 8.1 biliões em 2025, sobretudo nos países em vias de desenvolvimento. Este crescimento é bem visto pela população rural, na medida em que, em comunidades rurais pobres, a necessidade contínua de mão-de-obra familiar precisa de alta fecundidade e rápido crescimento, que alguns analistas acreditam colocar pressão adicional sobre o ambiente.

Figura 1.2
Estimativas do Crescimento da População Mundial



Fonte: Population Reference Bureau (2009, p.3)

Como elucida a Figura 1.2 acima, a concentração populacional vai-se acentuar principalmente nos países em desenvolvimento da América Latina e África, com destaque para este último, onde se espera um aumento de 9% a 29%. Contudo, sendo países extremamente jovem este grande grupo irá chegar à idade de trabalhar e espera um emprego remunerado, cuidados de saúde adequados e a capacidade de criar uma família com um padrão de vida adequado, portanto, diz Veiga (2005, p.25) uma das soluções para os países vítimas do subdesenvolvimento é reduzir a sua taxa de nascimento e, ao mesmo tempo modernizar a sua produção.

Parece que o desenvolvimento sustentável poderá ser a única solução, mas para tanto é preciso estabelecer uma cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, tendo em conta que a conservação da natureza é um objectivo comum, os países ricos devem compensar os países pobres pela manutenção das áreas naturais, compensação que será usada no tratamento de certos problemas através de meios mais benéficos. Também é essencial a cooperação a nível técnico, logístico e de conhecimento. Por exemplo, milhões de pessoas nos países pobres gostariam de fazer o planeamento familiar mas não têm acesso a meios de contracepção, com o apoio dos países ricos seria possível estabilizar o crescimento populacional que está previsto.

Neste trabalho apresenta-se como uma das alternativas o respeito às categorias culturais vistas como parte central da sustentabilidade e não como impedimento económico. A "Declaração de Manila sobre Participação Popular e Desenvolvimento Sustentável"⁵ (1990) dá um bom exemplo. Ao mesmo tempo que crítica o modelo predominante, alerta para um modelo de desenvolvimento alternativo, centrado na comunidade, e

Entendido como um processo de mudança económica, política e social que não necessita necessariamente envolver crescimento". Comunidades humanas sustentáveis podem ser atingidas somente através de um desenvolvimento centrado no povo. ... [que] procura devolver o controlo sobre os recursos ao povo e suas comunidades, para serem utilizados na satisfação de suas próprias necessidades (DMPPDS, 1990, p.46).

⁵ Esta declaração resultou de um encontro de 31 associações de lideranças da África, Sudeste Asiático, Sul da Ásia, Pacífico Sul, América Latina, Caribe, América do Norte e Europa, em Manila, Filipinas, de 6 a 10 de Junho de 1989 (DMPPDS, 1990, p. 45).

Na opinião de Ribeiro (1991) trata-se de uma ambição legítima e importante, mas que se movimenta, no limite e, neste contexto, paradoxal de aceitar desenvolvimento como categoria universal. De qualquer forma, aqui o dilema político é central e de difícil solução para os que se situam criticamente fora do centro do sistema mundial.

O crescimento económico é claramente um não objectivo para o desenvolvimento sustentável porque não leva nem a sustentabilidade ecológica nem ao fim da pobreza, porque afinal nada garante que a pobreza seja eliminada com a abundância de recursos, tendo em conta que não foi eliminada quando havia excesso de recursos. Em termos gerais, o objectivo primacial é reduzir a pobreza absoluta do mundo pobre através de aquisição de meios de vida seguros e permanentes que minimizem a exaustão dos recursos, a degradação ambiental e a instabilidade social.

Após um longo percurso, constou que o conceito de desenvolvimento sustentável surge, por um lado, como utópico e, por outro, imprescindível. Num círculo onde interagem o homem e a natureza, a eliminação da pobreza requer a criação de postos de trabalho e a satisfação das necessidades básicas.

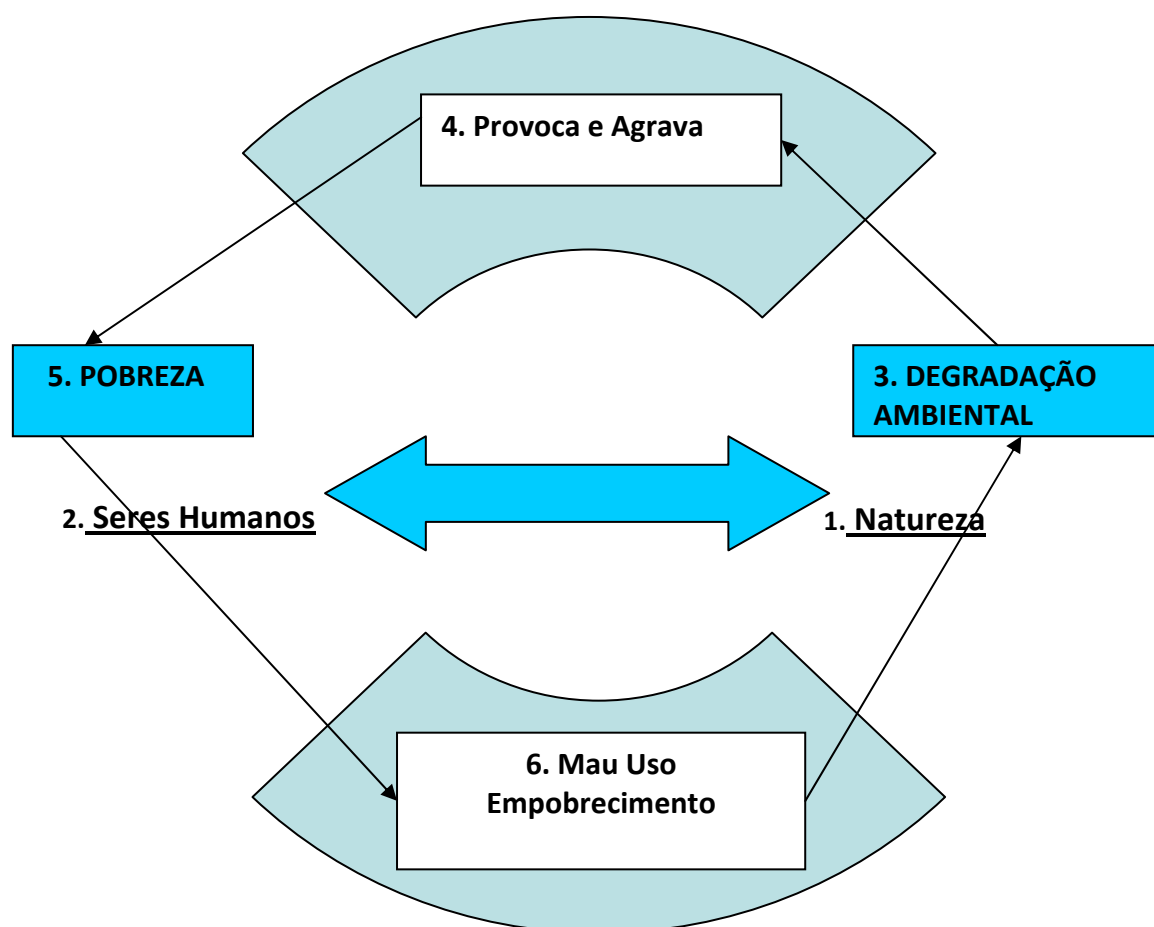
Não será esta tentativa utópica?

Para Veiga (2005) deve-se considerar o desenvolvimento sustentável não no seu sentido comum (sonho, ilusão) mas sim, no seu sentido filosófico contemporâneo como a visão do futuro sobre a qual uma civilização cria seus projectos, fundamentando seus objectivos ideais e suas esperanças. Para isso é preciso uma mudança no modo da espécie humana se relacionar com o ambiente que vem desde os primórdios dos tempos, mas com os conhecimentos actuais nunca será completamente conseguida. O desenvolvimento sustentável é imprescindível porque sem ele condenamos a sociedade ao caos e extinção prematura, portanto é uma utopia fundamental e urgente que exige da humanidade um esforço constante e atenção permanente.

Segundo Ribeiro (1992, p.18) a ideia básica de crescimento económico compatível com a preservação da natureza está sujeito a duras críticas dada a realidade da história económica mundial. Para além de que, desenvolvimento sustentável acredita na racionalidade dos agentes económicos articulados em acções de planeamento (ideologia central do modelo de desenvolvimento e das formas de expansão transnacionais do capitalismo em vigor) que conjugam interesses como: a busca de lucro do empresário, a lógica do mercado, a preservação da natureza e, quem sabe, até justiça social já que a miséria é para muitos uma das maiores causas da degradação ambiental.

Como ilustra a Figura 1.3, é consensual na literatura convencional como a pobreza e degradação ambiental estão intimamente relacionadas. Se são muitos os que defendem que a degradação ambiental provoca e agrava situações de pobreza, igualmente numerosos são os que atribuem à pobreza socioeconômica a principal responsabilidade pelo mau uso dos recursos naturais e consequente empobrecimento do ambiente físico e humano. Convém sublinhar que ao longo dos tempos predominou uma relação circular entre pobreza e degradação ambiental. O círculo vicioso da degradação social e ambiental apresenta-se não só como resultado de processos totalmente independentes entre si, mas a partir de um estilo de desenvolvimento que, em definitivo, intervêm sobre padrões de articulação tanto entre os seres humanos em si, como entre estes e a natureza (Waquil, Finco & Mattos, 2004, p.255).

Figura 1.3
Relação Circular entre Pobreza e Degradação Ambiental



Fonte: Elaborado pela própria autora (25/05/2009), com base em estudos de Waquil, Finco & Mattos, 2004.

O círculo vicioso entre degradação ambiental e pobreza é questionado por alguns autores, como por exemplo Reardon & Vosti (1995). De forma a romper com o conceito, estes autores indicam que a condição de pobreza pode apresentar-se de várias formas, ou seja, um indivíduo pode ser considerado pobre em alguns aspectos (quantidade de terras aráveis) mas não ser considerado pobre com relação a sua renda. O critério a analisar a relação pobreza/degradação ambiental não devia ser renda, consumo e nutrição mas sim a habilidade de realizar investimentos mínimos para manter ou aumentar a quantidade e qualidade dos recursos e reverter a degradação ambiental. Para estes autores a pobreza como causa da degradação pode ser refutada porque para além da procura pelos recursos naturais variar de acordo com mudanças na renda, diferentes variáveis socioeconómicas como: sexo, idade e composição familiar, afectam o uso dos recursos.

1.2 - Os Objectivos do Milénio

Erradicar a pobreza extrema continua a ser um dos maiores desafios do nosso tempo, e a maior preocupação da comunidade internacional. Acabar com isso requer uma combinação de esforços de todos (governos, sociedade civil e o sector privado no contexto global para maior e efectivo parceria para o desenvolvimento). Os objectivos do Desenvolvimento do Milénio visam a redução da pobreza, fome, doenças, promoção da equidade, saúde, educação e desenvolvimento sustentável. Também incorpora os direitos humanos básicos (o direito de cada pessoa no planeta a saúde, educação e segurança). Os objectivos são ambiciosos mas factíveis, juntos e com a compreensão da agenda Nações Unidas para o desenvolvimento, os esforços podem realmente aliviar a extrema pobreza até 2015.

Secretário – Geral da ONU, Ban Ki - moon

Em Setembro de 2000, na “Cimeira do Milénio”, 189 Estados-membros da Assembleia-Geral das Nações Unidas assinaram a Declaração do Milénio, que fixou oito objectivos de desenvolvimento específicos, a serem alcançados até 2015. Os desafios centrais a enfrentar pela humanidade foram assim aprovados pela comunidade internacional e denominados Objectivos de Desenvolvimento do Milénio⁶.

Neste capítulo serão identificados de acordo com os dados das Nações Unidas (2008). São 8 objectivos que se dividem sob a forma de mais de 20 metas, os quais por sua vez se subdividem em mais de 60 indicadores.

Este relatório apresenta uma avaliação anual do progresso dos ODM que muitos países e regiões têm feito antes da mudança radical do cenário económico em 2008. O recente relatório de 2009 indica que embora os dados ainda não estejam disponíveis para revelar o pleno impacto da desaceleração económica recente, elas apontam para áreas onde o progresso para as oito metas se tem retardado ou revertido.

⁶ Representam um compromisso global com o desenvolvimento sustentado do mundo, procurando envolver e alertar governantes, sociedade civil e outras instituições para a urgência das grandes problemáticas que assolam a Humanidade.

Objectivo 1: Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome	
Meta 1	Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cujo rendimento é menos que 1 dólar por dia (PPC).
Meta 2	Alcançar o pleno emprego e assegurar que todas as pessoas, incluindo as mulheres e os jovens, consigam encontrar um trabalho digno e produtivo.
Meta 3	Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem de fome.

Pobreza e fome podem ser categorizadas em dois tipos dependendo da explicação para a existência desse problema e a respectiva solução. Por um lado, a maior parte das organizações internacionais aderiram a concepção ortodoxa da pobreza baseado no aspecto material.

Entende-se como pobre, todo aquele que vive numa situação de privação permanente da satisfação das suas necessidades básicas, bem como as do seu agregado familiar, tais como saúde, segurança alimentar, habitação, saneamento básico, água potável, etc., e ainda de acesso à educação, à informação, à participação social e a um rendimento que confere a si e ao seu agregado familiar um modo de vida durável (ACEP, 2000, p.38).

Por outro lado, a alternativa crítica enfatiza não só aspectos simples como o dinheiro, mas valores espirituais, laços comunitários e a disponibilidade dos recursos comuns. Algumas instituições globais como a Organização das Nações Unidas salientam que a pobreza tem a ver com a capacidade e possibilidade que as populações têm de aplicar estas capacidades de forma a conseguir uma vida longa e saudável. Portanto, podemos ver a pobreza através de indicadores materiais e não materiais e como evolutivo que varia em função do nível de desenvolvimento económico e cultural das sociedades (Thomas, 2005, p.471).

A pobreza extrema no mundo em desenvolvimento segundo as Nações Unidas (2008, p.7) tem sido medida, desde 1990, com base num padrão que representa as linhas de pobreza registadas entre os países mais pobres do mundo. Estabelecida originalmente em 1 dólar por dia a preços de 1985, a linha internacional da pobreza foi posteriormente revista e fixada em US\$1,08/dia, medida em termos da paridade dos poderes de compra (PPC⁷). Por seu lado, gera um ciclo vicioso que torna o desenvolvimento de qualquer país muito mais difícil. Porque este leva a subnutrição e a doenças várias que reduzem o rendimento e a produtividade económica e este por seu lado amplifica a pobreza e a fome.

Apesar da pobreza extrema ter passado de 29% para 18% entre 2000 e 2007 e poderá reduzir-se para cerca de 12% até 2015, cerca de 1.2 mil milhões de pessoas a nível mundial vivem com menos de US\$1,25/dia (pobreza extrema). Porém, o progresso a nível global é desigual: enquanto a Ásia (Índia e China principalmente) assistiram ao extraordinário crescimento económico, estimativas anteriores apontam para escassos progressos na redução da pobreza extrema para a África Subsaariana, acentuado pelo aumento dos preços dos alimentos, conflitos e empregos instáveis e inseguros.

Graças ao crescimento económico proporcionado pela melhoria nas políticas económica, aumento dos preços dos produtos de base, incluindo o petróleo, é provável que a nível global o primeiro objectivo seja alcançado, exceptuando os países de menor rendimento (LICUS – Low Income Countries Under Stress) como é o caso da maioria dos países da África Subsaariana. Para que isso aconteça muito tem de ser feita, ou seja, para além de expandir a dimensão do perdão da dívida, os países ricos têm que cumprir a sua promessa de parar a contabilização do cancelamento da dívida como ajuda pública para o desenvolvimento (APD - trata-se duma prática que faz decrescer os fundos disponíveis para lutar contra a pobreza).

Objectivo 2: Alcançar o ensino primário universal	
Meta 4	Garantir que até 2015 todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário.

⁷ A paridade de poder de compra (PPC) utiliza a teoria de equilíbrio A longo prazo de taxa de câmbio das duas moedas para igualar o seu poder de compra. Desenvolvido por Gustav Cassel, em 1920, é baseado na lei de um preço: a teoria afirma que, idealmente, em mercados eficientes, mercadorias idênticas devem ter apenas um preço.

A educação para além de ser a base para o desenvolvimento, é um direito de que todos devem usufruir, também constitui um meio de tornar as mulheres mais poderosas. Apesar da sua importância as raparigas constituem quase 57% dos que não frequentam a escola, o que é muito prejudicial porque elas contribuem mais para a sociedade (trabalham na economia formal, aumentam a produtividade na agricultura, casam mais tarde, apoiam políticas de igualdade do género, etc.)

As tendências actuais apontam na probabilidade de sucesso universal, nos países em desenvolvimento, nunca houve tantas crianças a frequentar a escola primária (taxa de escolarização líquida em 2006 foi superior a 90%). No entanto, ainda se encontram significativas variações regionais e sub-regionais, tendo menor probabilidade a África Subsaariana e talvez também o Sul da Ásia, Médio Oriente e Norte de África. O mesmo acontece com os do meio rural que muitas vezes não tem recursos próprios para investir nas escolas e na qualidade do ensino, para além de que muitas famílias pobres contam com as crianças para ganhar dinheiro.

Objectivo 3: Promover a Igualdade entre os Sexos e a Autonomização das Mulheres.	
Meta 5	Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.

Apesar do importante papel que as mulheres desempenham nas sociedades actuais; muitas ainda se confrontam com vários tipos de dificuldades (discriminação social e familiar, acesso ao mercado, etc.). Por isso representam cerca de 55% da população que não está a frequentar a escola e a maioria entre 1,2 mil milhões de pessoas que vivem com menos de US\$1,25/dia. Por trás disso estão factores como: As secas, a escassez alimentar, os conflitos armados, a pobreza, a inexistência de registos de nascimento, o trabalho infantil, o VIH e a SIDA. É possível que até 2015, cerca de um terço dos PVD (Países em Vias de Desenvolvimento) não tenham alcançado a meta da igualdade no ensino primário e secundário.

Objectivo 4: Reduzir a Mortalidade Infantil	
Meta 6	Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos.

A sobrevivência de uma criança não deve depender do local onde nasce, mas essa é a realidade de milhões de crianças. Se a taxa de sobrevivência varia entre países ricos e pobres, também varia dentro dos países e está fortemente relacionado com o rendimento e o nível de escolaridade das mães. Investir na saúde das crianças é crucial para alcançar ODM e reduzir a pobreza.

Aproximadamente 50% dos óbitos globais de crianças com menos de 5 anos ocorrem na África Subsaariana. As principais causas são atribuídas a doenças que podem ser prevenidas: diarreia, malária, infecções pré-natais, pneumonia, nascimentos precoces e asfixia durante o nascimento. A América Latina, as Caraíbas e a África Subsaariana alcançaram um progresso significativo na vacinação de crianças. Este último, alcançou a maior redução de mortes em termos percentuais (quase 60% entre 1999 e 2004).

Objectivo 5: Melhorar a Saúde Materna	
Meta 7	Reduzir em três quartos, entre 1990-2015, a taxa de mortalidade materna.
Meta 8	Alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva

A probabilidade de morrer devido a problemas de gravidez ou parto é de 1 em 22 na África Subsaariana, contra 1 em 7.300 no mundo desenvolvido. Se uma mulher num país pobre consegue sobreviver, pode ainda assim estar sujeita a complicações pós-parto que ameaçam a sua saúde e a marginalizam ainda mais na sociedade. Em muitas sociedades a mortalidade materna é consequência da sua condição social inferior de mulher e da incapacidade de controlar a saúde reprodutiva.

A maioria das mortes maternas é evitável: por exemplo, as mortes por infecção ou hemorragia podem ser impedidas por meio de fármacos ou transfusões de sangue. O acesso a profissionais de saúde tem melhorado em quase todos os países desde 1990, especialmente no Sudeste Asiático, na Ásia Ocidental e no Norte de África. Porém, as duas regiões onde se registam mais mortes maternas (África Subsaariana e a Ásia do Sul) fizeram poucos progressos nesse campo.

	Objectivo 6: Combater o VIH/SIDA, Malária e outras Doenças
Meta9	Deter e começar a reduzir a propagação de VIH/SIDA, até ao ano de 2015.
Meta 10	Alcançar até 2010, o tratamento universal para HIV / SIDA para todos aqueles que precisam.
Meta 11	Deter e começar a reduzir até 2015 a incidência da malária e outras doenças.

Nos países pobres, a falta de saúde reduz a produtividade e o rendimento, aumentando os problemas de saúde, porque as pessoas não podem pagar uma alimentação, habitação e tratamento adequados. A SIDA, em particular, tem um impacto de grande alcance, modificando o tecido social e económico da sociedade africana, dado que as suas vítimas se encontram frequentemente nos seus anos mais produtivos.

Todos os dias, quase 7500 milhões de pessoas são infectadas pelo VIH e 5 500 morrem em consequência da SIDA, 96% dos novos casos ocorrem nos países em desenvolvimento. A epidemia também está a aumentar na Ásia (China e Índia), embora a África Subsaariana continua a ser a região mais atingida (quase 60% dos adultos a viver com o VIH em 2007 eram mulheres).

O tratamento da malária não tem registado tantos progressos como a sua prevenção. Progressos como aumentos substanciais de financiamentos e de atenção, intervenções mais eficazes (redes tratadas com insecticida de longa duração), sugerem que talvez seja possível avançar ainda mais na luta contra a malária nos próximos anos. Se as tendências dos últimos cinco anos se mantiverem, a África Subsariana e os países da Comunidade de Estados Independentes ficarão aquém de ambas as metas.

Objectivo 7: Assegurar a Sustentabilidade Ambiental	
Meta 12	Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais.
Meta 13	Reduzir a perda de biodiversidade, até 2010, alcançar uma diminuição significativa da taxa de perda.
Meta 14	Reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população sem acesso permanente a água potável e saneamento básico.
Meta 15	Melhorar consideravelmente, até 2020, a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.

Para enfrentar o problema da perda da biodiversidade, a comunidade internacional tem vindo a incentivar a protecção dos solos e do meio marinho. As florestas desempenham um papel fundamental na atenuação das alterações climáticas e também contribuem para a conservação da biodiversidade, dos solos e dos recursos hídricos e, quando geridas de uma forma sustentável, podem reforçar as economias locais e nacionais e promover o bem-estar das gerações actuais e futuras.

Cerca de 1,2 Milhões de pessoas não têm acesso a água potável em quantidade suficiente e 2,5mil milhões continuam sem acesso a melhores instalações sanitárias. A maioria da população mundial viverá em áreas urbanas, agravando o sobrepovoamento, a habitação inadequada e escassez de água e de saneamento, em particular na África Subsaariana e Ásia. Desde 1990, a utilização da energia a nível mundial tornou-se mais eficiente, contudo, devido ao crescimento demográfico, à expansão industrial necessária para o desenvolvimento e à crescente procura de energia pelos consumidores, as emissões mundiais de CO2 continuam a aumentar.

Objectivo 8: Promover uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.	
Meta 16	Satisfazer as necessidades especiais dos países sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
Meta 17	Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório. Satisfazer as necessidades especiais dos Países Menos Avançados
Meta 18	Tratar de forma integrada o problema da dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais, de forma a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo.
Meta 19	Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, aos países em desenvolvimento
Meta 20	Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e comunicação.

Todos os Estados membros da ONU subscreveram no ano 2000 a Declaração do Milénio, prometendo apoiar uma “parceria global para o desenvolvimento”. Os países pobres concordaram em pôr em prática políticas e orçamentos no sentido de alcançarem os ODM. Em troca, os países ricos concordaram em apoiar os países em desenvolvimento no esforço de atingirem os ODM, em três áreas fundamentais:

- **O Perdão da Dívida** é crucial, tendo em conta que para muitos países é impossível pagar a sua dívida externa e transferir recursos para programas de desenvolvimento e serviços sociais.
- **A Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD)** fornece aos países em desenvolvimento os recursos adicionais necessários para investir nas reformas cruciais para o desenvolvimento sustentável e para a obtenção dos ODM. De acordo com os dados estatísticos da IPAD (2008) o rácio APD/RNB cifrou-se nos 0,27% em 2008.

Destina-se principalmente a países como: Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Afeganistão, etc; e tem como principais doadores a Comissão Europeia, Nações Unidas, Bancos Regionais de Desenvolvimento (*Vide* Anexo IV.1). É preciso efectuar reformas e uma actuação mais rápida para cumprir com compromissos até 2010 (o controlo pelos países é a chave, construir parcerias mais eficazes e inclusivas, alcançar resultados de desenvolvimento e prestar abertamente contas desses resultados).

- **Políticas Comerciais** que considerassem a situação especial e os obstáculos com que se deparam os países em desenvolvimento na economia global poderiam ter um impacto positivo no desenvolvimento e no cumprimento dos ODM.

Na tentativa de ajudar os Países em Desenvolvimento a dívida bilateral aos países mais ricos do mundo já foi em grande parte cancelada, bem como a dívida dos 18 países mais pobres ao Fundo Monetário Internacional, ao Banco Mundial e ao Fundo de Desenvolvimento Africano. A comunidade internacional, incluindo credores do Clube de Paris⁸ ofereceu-se para baixar o montante da dívida, sobretudo no âmbito da iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) e Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (IADM).

A distribuição do risco foi ainda maior entre meados de 2007 e meados de 2008. Para este fim, o clube de paris pretende garantir que um novo financiamento para os países de baixa renda seja concedido, de acordo com a real capacidade de reembolso desses países. No entanto, todos os credores sejam eles públicos ou privados, têm também um papel importante a desempenhar neste contexto através da adopção de políticas de crédito sustentável. Os credores do Clube de Paris concordam que a coordenação dos credores é fundamental para preservar a sustentabilidade da dívida a longo prazo em países de baixa renda.

⁸O Clube de Paris é um grupo informal constituído por dezanove credores financeiros. O seu papel é encontrar soluções coordenadas e sustentáveis para as dificuldades de pagamento enfrentadas pelos países devedores. O tratamento da dívida poder ser feito sob a forma de renegociação, alívio da dívida, adiamento ou de uma redução da dívida e obrigações de serviço. A primeira reunião com um país devedor foi realizada a 16 de Maio de 1956, quando a Argentina encontrou os seus credores públicos em Paris. Desde então, o Clube de Paris chegou a 408 acordos (excluindo as operações de reembolso antecipado) com 86 países devedores. Estes acordos abrangem um total de mais de USD 539 bilhões em valor nominal desde 1956. No entanto, o Clube de Paris, manteve-se estritamente informal. É uma reunião voluntária de países credores que pretendem tratar a dívida efectuada pelos países em desenvolvimento e emergentes de forma coordenada.

A manutenção da sustentabilidade a longo prazo permanece um desafio, mesmo após o alívio da dívida, porque há ainda países que estão muito ou razoavelmente endividados mas não são “suficientemente pobres” para serem candidatos ao perdão da dívida e que continuarão a ver os seus esforços para atingir os ODM a serem constrangidos. Além disso, nem todos os bancos multilaterais perdoaram a dívida dos países pobres.

O comércio internacional apresenta barreiras que diminuem a capacidade dos países pobres para partilharem os benefícios da globalização. Os países ricos persistem em práticas comerciais injustas, tais como os subsídios agrícolas que distorcem as condições de concorrência, quotas às importações e o dumping, que distorcem os termos do comércio e que dificultam o acesso dos países pobres aos mercados internacionais.

Apesar de ser um importante impulsionador ao desenvolvimento, e demonstrar uma aparente unanimidade, muitas são as críticas que têm surgido contra este pacto, como por exemplo a do Amin (2006) que demonstra a improbabilidade de que se cumpram os ODM até 2015. Para este sociólogo, as economias africanas terão de crescer 7% ano de forma a reduzir a pobreza a metade. Relativamente à universalização do ensino fundamental salienta que muitos países estão a partir de um nível tão baixo que precisam atingir numa década o que os países ricos precisaram de quase um século para alcançar.

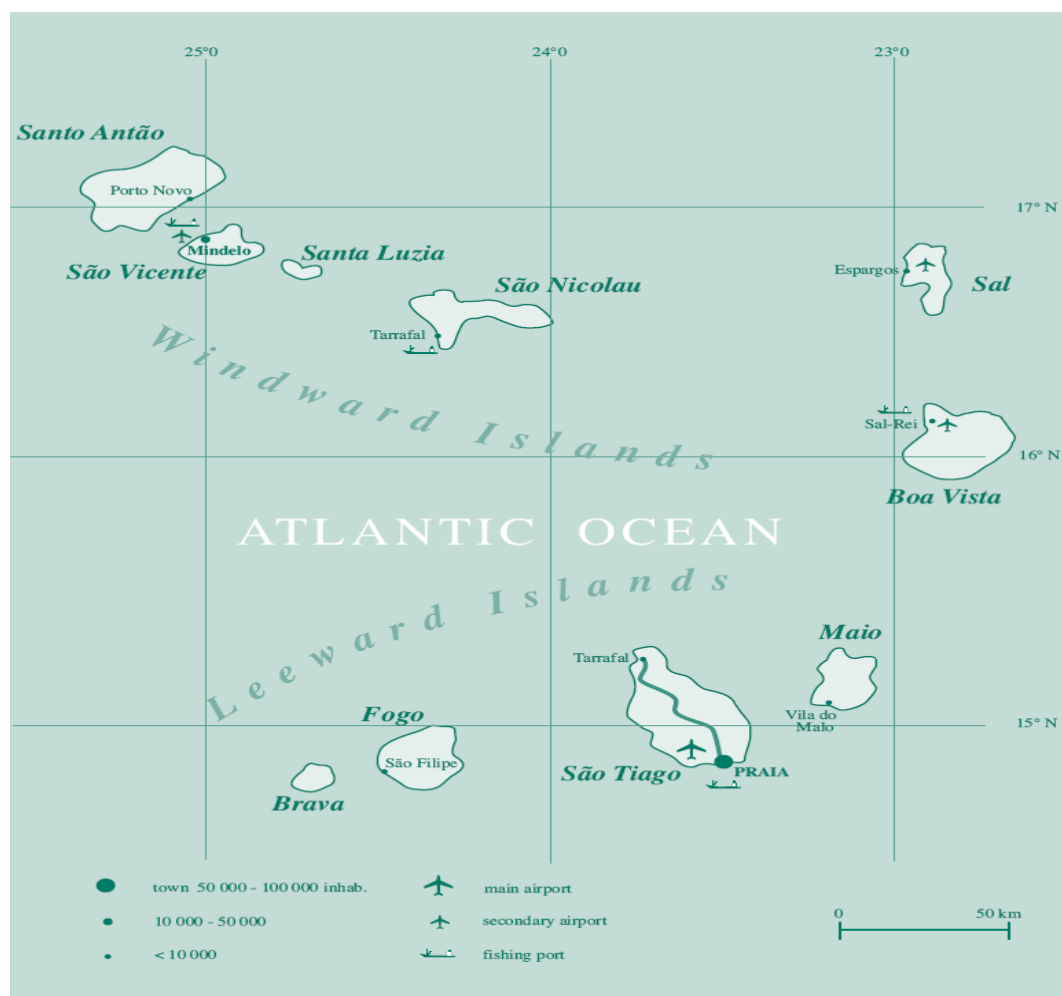
Também pode existir falta de vontade política na medida em que na maior parte das vezes são compromissos assumidos pelos governos anteriores que nem sempre se convertem em políticas do Estado mas apenas em políticas de Governo ou de um Ministro. Para Amin, as relações de dependência económica e os interesses diversos entre nações do Norte e do Sul impedem que os objectivos sejam alcançados sem que estas tensões sejam denunciadas e combatidas. Neste sentido, a Declaração do Milénio peca em tentar colocar todos os países do planeta como “inocentes” nos processos que levaram e ainda levam muitas nações ao subdesenvolvimento.

As críticas também se estendem as metas, segundo Pollock (2008, quoted in Easterly) as metas usados nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não são representativos dos progressos feitos pelos países da África e contribuem para o estereótipo do “fracasso africano”. O autor do estudo, William Easterly, economista da Universidade de Nova York e professor convidado do Programa sobre Economia Global e Desenvolvimento da instituição Brookings, salienta que a crítica principal tem a ver com o não estabelecer das metas como ponto de referência para medir o progresso de países ou

regiões, mas sim para medir o progresso mundial. Esta conclusão ignora os diferentes níveis entre os países, explicou Easterly, acrescentando que os pontos de referência dessas metas supõem desafios altamente desproporcionais para as nações mais pobres contra os que já têm um desenvolvimento maior. Ele exemplifica com a primeira meta, que busca reduzir a pobreza extrema em 50%, pode ser muito mais facilmente alcançado por uma nação com menor percentagem de pobreza. Dois países com a mesma taxa de crescimento do produto interno bruto no mesmo período de tempo podem acabar com significativamente diferentes percentagens de reduções.

Capítulo 2 – Cabo Verde no Início do séc. XXI

Figura 2.1
Ilhas de Cabo Verde



Fonte: *African Development Bank/ Organization for Economic Co-operation Development* (2008, p.196)

Segundo MAAP (2004a) reconhece-se que o problema da expansão demográfica e pobreza são globais e a solução poderá ser o desenvolvimento de programas regionais e locais. Este capítulo pretende fazer um enquadramento geral sobre Cabo Verde, incidindo essencialmente entre 1992, ano em que foi elaborada a Agenda 21, até ao presente (2008-2009). Nesse sentido, o objectivo deste capítulo é o de elucidar e contextualizar o país, tendo por base elementos importantes como a caracterização demográfica, ecológica, política e socioeconómica.

2.1 – Posição Geográfica

Cabo Verde é um pequeno país insular constituído por dez ilhas (Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Santa Luzia, Sal, Boavista Maio, Santiago, Fogo e Brava) e treze ilhéus, localizado a cerca de 450km da costa ocidental africana, ao largo do Senegal. No seu conjunto ocupa uma superfície emersa total de 4.033 Km² e uma zona económica exclusiva que se estende por cerca de 734.000 Km².

As Ilhas são de origem vulcânica, pequenas e dispersas, mas cuja linha de costa é relativamente grande (1.020km²), preenchida por praias de areia negra e branca alternadas. Para além de se encontrarem numa zona de elevada aridez meteorológica, o relevo é muito acidentado, culminando em altitudes muito elevadas (Fogo - 2.829m, Santo Antão - 1.979m, Santiago - 1.395m, São Nicolau - 1.340m). Três das ilhas são mais ou menos planas (Sal, Boavista e Maio), sendo as outras montanhosas. É na ilha do Fogo que se encontra o ponto mais alto com o vulcão (cuja última data de erupção foi em 1995).

2.2 – Ambiente: Caracterização e Diagnóstico

Cabo Verde caracteriza-se por um clima do tipo subtropical seco, com uma curta e fraca estação de chuva ou precipitações por vezes torrenciais, temporal e espacialmente mal distribuído (300mm para zonas a menos de 400m de altitude e 700mm ou mais para zonas superior aos 500m). A tendência é para baixar com o passar do tempo desde a década de 60 com resultados catastróficos para a agricultura e abastecimento de água.

Na luta contra a desertificação, Cabo Verde elaborou um programa de acção nacional de luta contra a desertificação, foi o primeiro do continente africano e o segundo a nível mundial a ratificar a convenção das Nações Unidas de luta contra a desertificação (*Vide* Anexo VII.1). A ajuda dos parceiros internacionais continua a ser imprescindível (Holanda, Banco Mundial, PNUD, União Europeia, etc.), direccionando a sua luta principalmente contra a desertificação, capacitação de quadros nacionais no domínio da investigação e gestão de recursos naturais.

Tendo em conta os dados do MAAP (2004b)⁹ em Cabo Verde, há uma interligação entre problemas ambientais e socioeconómicos. Para este, a inexistência de planos de ordenamento do território nacional e municipal é a raiz dos principais problemas ambientais de Cabo Verde. Entre as principais causas destacam-se: as práticas agrícolas inadequadas em zonas agro-ecológicas diferentes e o sobre pastoreio. Um efeito directo é a fraca infiltração e capacidade de retenção da água no solo, resultando numa diminuição dos níveis de águas subterrâneas. Um segundo efeito é a capacidade reduzida de produção agrícola e de pecuária, que estimula uma sobre-exploração adicional dos recursos naturais dos quais as comunidades dependem para a geração de rendimento.

Uma preocupação ambiental geral é a diminuição dos recursos naturais. Em sete municípios a disponibilidade de água para consumo tem diminuído gradualmente, sobretudo nas zonas litorais a qualidade vem diminuindo devido à salinização causada pela intrusão salina, os níveis de água subterrânea tem diminuído afectando principalmente a produção agrícola, industrial e pecuária. Excepto na ilha do Fogo a diversidade vegetal e espécies em vias de extinção ou já extintas tem aumentado. Para a extracção de inertes nas zonas costeiras, o governo defende uma importação mais massiva que permite fornecer todo o mercado nacional e desmotivar a apanha ilegal, considerando a única forma de sustentar o ritmo da construção e manter uma gestão ambiental.

2.3 – Características Demográficas

A diversidade dos povos que povoaram a ilha (escravos africanos, africanos livres e comerciantes) faz com que a mestiçagem atinja cerca de 90% da população (conforme os dados do Censo 2000).

A concentração da população também é bastante diferenciada entre as ilhas, a título ilustrativo Santiago 54.4%, enquanto Boavista 1.1%, como no meio rural em relação aos principais centros urbanos, tendo a urbanização passado de 28.6%, na década de 70, para 55.1%, em 2002. Obviamente estas alterações provocaram consequências bastante nefastas para a população em termos de saúde, educação, habitação e emprego, conforme se pode ver no quadro seguinte (INE, 2001).

⁹ **O Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente** (PANA II), no horizonte 2004-2014, tendo como objectivo geral fornecer uma orientação estratégica para guiar o uso racional dos recursos naturais e a gestão sustentável das actividades económicas. O PANA II pretende responder à diversidade cabo-verdiana em termos topográficos e agro - ecológicos, o que se manifesta com preocupações e oportunidades ambientais diferentes em cada município.

Quadro 2.1
Informação sobre a População Cabo-verdiana 2007

População	2007
População total	491.419
População masculina	237.842
População feminina	253.577
Percentagem 0-4 anos	11,9
Percentagem 5-14 anos	24,20
Percentagem 15-49 anos	52,51
Percentagem 15-64 anos	58,18
Percentagem 65 e mais	5,69
Percentagem mulheres 15-49 anos	26,83
Razão de sexos	93,79
Razão de dependência	0,72
Idade média (anos)	20
População urbana	293.653
População rural	197.766
Percentagem urbana	59,76
Percentagem rural	40,24

Fonte: Ministério da Saúde CV (2008, p.9)

Como demonstra o quadro 2.1, há um aumento cada vez mais progressivo da população total ao longo dos anos, totalizando 491.419 mil habitantes com predominância de jovens na faixa etária dos 20 anos. Enquanto que, de acordo com INECV (2001), dados do censo 2000¹⁰, este tinha aproximadamente uma população de 431.989 mil habitantes residentes na ilha e os restantes na diáspora (cerca de 500 mil em 2002). Portanto, a população no exterior apresenta um número superior aos residentes. Este país tem uma longa história de emigração que no passado ajudou a minimizar crises de fome, a partir da década de 70, o fluxo começou a diminuir devido a políticas mais restritivas no país de destino. Portugal é o principal acolhedor dos emigrantes cabo-verdianos, seguido dos EUA e França. O saldo migratório (diferença entre as entradas e saídas para o exterior) tem sido sempre negativo principalmente entre as mulheres.

¹⁰ Terceiro e até ao presente, último realizado no país (Censos 1980, 1990, 2000, próximo em elaboração para 2010), visou essencialmente a recolha, tratamento, análise e publicação de dados sobre as características demográficas, económicas e sociais de todos os habitantes.

Apesar da língua oficial ser o português, o crioulo é falado pela maior parte da população em todas as ilhas embora com variantes internas. Apesar de não estar oficializado, existe uma normativa governamental que defende a criação de condições necessárias para a sua oficialização, o que ainda não aconteceu decorrente de problemas como a fragmentação dialectal, grafia para cada palavra, limites léxicais e estruturas gramaticais. Para autores como Veiga (2002) a solução seria a normalização dos crioulos de Sotavento em torno da variante de Santiago, e os crioulos de Barlavento em torno da variante de São Vicente. Consciente da necessidade de estudar, preservar e divulgar o crioulo, Duarte (1998) afirma que o futuro de Cabo Verde passa ou deve passar pelo bilinguismo porque para além das razões práticas como instrumento de comunicação a nível nacional, vale pela abrangência do espaço cultural que a língua portuguesa é integrante (PALOP).

2.4 – Panorama Político

Após cinco séculos de colonização, Cabo Verde alcançou sua independência em 1975, sob a liderança de Amílcar Cabral. O regime que se seguiu foi de partido único até 1981 (PAIGC – Força política bi – nacional formada na Guiné Bissau), o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 na Guiné-Bissau teve repercussões directas no contexto político cabo-verdiano pois determinou a criação do Partido Africano para Independência de Cabo Verde (PAICV) que liderou até 1991 como partido único.

Logo, a afirmação do Estado independente não coincidiu com a instauração do regime de democracia pluralista. Fruto da conjuntura universal, em Cabo Verde a abertura política foi anunciada em 1990, levando à criação das condições institucionais necessárias às primeiras eleições legislativas e presidenciais num clima de concorrência política. Esta abertura permitiu o regresso de muito dos antigos militantes e estudantes universitários que participaram na fundação do Movimento Para Democracia (Nascimento, 2004, p.6-8).¹¹

¹¹ Professor do Instituto Superior de Educação de Cabo Verde. Artigo resultado do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, *A Questão Social no Novo Milénio*, realizado em Coimbra nos dias 16, 17 e 18 de Setembro de 2004, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (CES - FEUC) em colaboração com várias outras instituições.

A inexistência de recursos naturais de grande valor no mercado internacional (ouro, diamante, petróleo, etc.) pode ser segundo Brito (2009, p.10) um dos motivos da sua estabilidade, ao contrário dos vizinhos africanos onde coexistem insegurança e instabilidade. Isto porque a existência de recursos naturais implica a possibilidade de arrecadação de elevadas rendas o que pode contribuir para o exacerbar das situações de pobreza, precariedade e desigualdades económicas sustentadas, fomentando a corrupção e provocando distorções macroeconómicas como a *Dutch Disease*¹² e perante essa perspectiva são vários os grupos que movidos pela ganância estão dispostos a desafiar o governo. De facto, se muitos viveram e vivem épocas de paz duradoura, segurança, estabilidade económica e política e de participação democrática (Gana, o Quénia, a Tanzânia, o Uganda, a África do Sul, a Namíbia, o Botsuana e Moçambique). Outros continuam submersos em conflitos intermináveis. Ao longo dos últimos dez anos, os conflitos em países com recursos naturais consideráveis, nomeadamente diamantes e madeira, como a Guiné, a Libéria e a Serra Leoa, mantiveram a região numa grave crise que deu origem a um grande fluxo de refugiados.

Um dos casos mais recentes e elucidativos da crise política africana, são a Guiné-Bissau, reconhecida como um potencial “Estado Falhado” (Estado no qual as instituições estão de tal modo fragilizadas que perderam já o monopólio legítimo do uso da força e a capacidade do controlo territorial) pelo Foreign Policy/ Fund for Peace (2008)¹³ ocupando 27º lugar, com problemas intermináveis e de ordens variadas (étnicos, pobreza extrema, analfabetismo, narcotráfico, sucessivos golpes militares). Culminando ultimamente na morte do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e do Presidente Nino Vieira.

A questão que se coloca é a seguinte: a Democracia na Guiné é possível, com a morte de Nino Vieira? É verdade que Nino foi sempre um factor de estabilidade num país instável e a sua morte traz ainda mais incerteza para um futuro que só o tempo dirá, embora o facto de não haver novo golpe de Estado após a sua morte seja um bom indício. Nos tempos recentes, as economias frágeis e os países em desenvolvimento sofreram sérios contratempos, comprometendo hipóteses de desenvolvimento.

¹² O termo “*Dutch Disease*” foi criado pela revista *Economist* em 1977 ao analisar os inesperados factos que ocorriam na economia holandesa da época. A descoberta e exploração do petróleo, iniciadas na década anterior, motivaram uma onda de optimismo na Holanda. Supunha-se que o resultado do *boom* exportador de petróleo seria a aceleração do crescimento económico no país. No entanto, não foi o que se veio a verificar. Ao longo dos anos 70 o produto cresceu lentamente, a inflação aumentou, o desemprego cresceu e mesmo as exportações de produtos manufacturados decresceram significativamente.

¹³ *The Failed States Index*, Quinto relatório anual, elaborado pela revista Foreign Policy em colaboração Fund For Peace, construído na base de doze indicadores de risco (económicos, sociais e políticos).

Segundo Cabral (2009, p.2) para relançar o país e renascer das cinzas, vai ser preciso um trabalho árduo de longa duração, com uma visão clara daquilo que se pretende ter como resultado e isso não é feito apenas pelos diplomados inexperientes mas sim terá que se voltar ao espírito de Bissau (solidariedade, patriotismo e fraternidade sem fronteiras). A Guiné possui recursos humanos suficientes, capazes de promover o melhor desenvolvimento dos recursos naturais que não sendo tão abundantes, são mais que suficientes para acalmar a pobreza e o fatalismo por não vislumbrar um futuro promissor.

Ao contrário, Cabo Verde tem passado por períodos de grande estabilidade política desde da descolonização, sendo considerado um exemplo a ser seguido pelos seus vizinhos africanos. Actualmente é uma democracia em consolidação mas com vitalidade e aposta na modernidade, integrado na economia mundial e apostando num desenvolvimento humano sustentado.

Segundo dados da *Transparency International-the Global Coalition Against Corruption*¹⁴, este país tem feito enormes progressos no combate à corrupção (3º menos corrupto dos países africanos). A taxa de desemprego nacional tem variações geográficas entre as ilhas, porém na falta de oportunidades os pobres continuam a emigrar ou continuam no sector informal, cerca de 40% (*Transparence International*, 2008).

Contudo, Cabo Verde também tem os seus problemas, por exemplo, embora a Comissão Eleitoral Nacional e o Supremo Tribunal de Justiça declararam as eleições legislativas e presidenciais livres e justas, também reconhecem que houve algumas irregularidades nas duas eleições. Constataram que é preciso emendar o código eleitoral para maior segurança e transparência, mais consistência no processo de identificação dos votos e registo.

¹⁴ O *Corruption Perceptions Index* (CPI) mede o nível de percepção de corrupção do sector público em 180 países e territórios em todo o mundo. A CPI é um levantamento "de pesquisas", com base em 13 estudos de diferentes especialistas e de negócios.

2.5- Desenvolvimento Socioeconómico Recente

Devido aos diversos factores acima mencionados (insularidade, chuvas insuficientes, seca, inexistência de recursos naturais) a economia está essencialmente direccionada para o sector dos serviços que representavam 74% em 2006 do seu PIB, fruto do expressivo e continuado crescimento das receitas de turismo que passaram de 12.7%, entre 2000 e 2003, para 15.6%, entre 2004 e 2007, contribuindo para o atenuar dos efeitos negativos. Tendo em conta que a maior parte da população vive no campo (45%), tal situação não implica que a produção de bens alimentares seja suficiente, obrigando a importação de mais de 80% dos produtos básicos. Isso faz com que o país esteja quase totalmente dependente do exterior. O mar apesar de ser um grande potencial continua por explorar, consequência das limitações económicas (*African Development Bank*¹⁵, 2008, pp.198-199).

Quadro 2.2

Balanças de Pagamento em Percentagem do PIB

	2005	2006	2007	2008
		Est.	Est.	Proj.
Balança Corrente	-4.0	-6.8	-9.1	-9.3
Balança Comercial	-34.7	-38.5	-46.0	-47.7
Exportações	8.8	8.0	5.3	5.4
Importações	-43.5	-46.5	-51.3	-53.0
Balança Serviços	6.1	11.0	17.4	21.2
dg: Receitas Turismo	11.6	16.6	23.1	27.1
Balança Rendimentos	-3.4	-3.3	-1.8	-1.7
Transferências Unilat.	28.0	24.0	21.3	18.8
dg: Remessas Emig.	12.3	10.3	8.7	8.0
Bal. Capitais e Financ.	9.7	12.3	16.6	13.5
Balança Capitais	2.1	1.5	1.9	2.6
Balança Financeira	7.6	10.9	14.6	10.9
Erros e Omissões	0.0	-0.7	-1.6	0.0
Balança Global	5.7	4.8	5.8	4.2

Fonte: Banco de Portugal (2008, p.41)

¹⁵ Projecto que resulta da colaboração entre o Banco Africano de Desenvolvimento, o Centro de Desenvolvimento da OCDE e da UNECA, com o apoio financeiro da Comissão Europeia. Abrange 35 países, um aumento de 4 sobre a edição anterior. Esta sétima edição do AEO retrata a evolução económica e as perspectivas positivas para a África. O continente continua a experimentar um crescimento económico. Elevado com a taxa de crescimento do PIB médio de cerca de 5,7 por cento em 2007 e prevê o seu aumento para 5,9 por cento em 2008 e 2009. O relatório também analisa o tema da capacitação técnica e formação profissional em África.

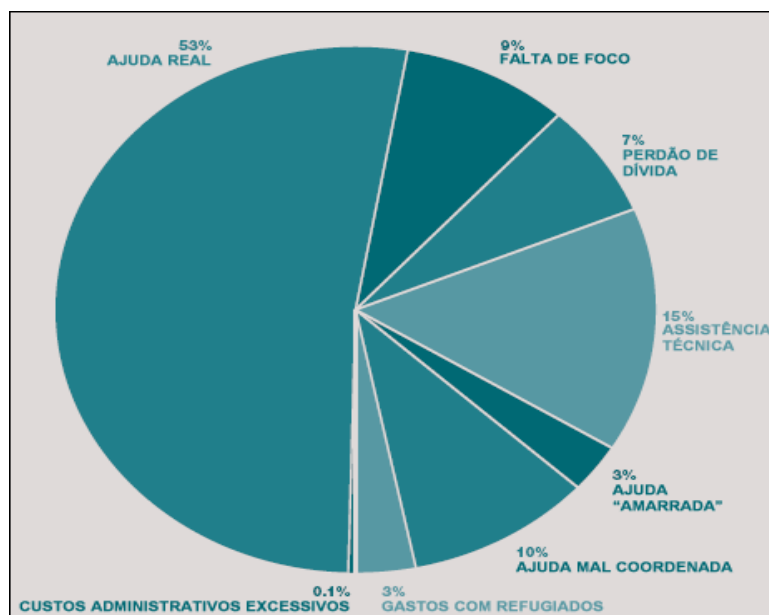
Por esses motivos e outros não aqui mencionados, o défice comercial é elevadíssimo, impelindo o país a recorrer a ajuda externa (equivalente a 30% do PIB) e remessas dos imigrantes (que passaram a representar 8,7% do PIB, valor bastante abaixo dos quase 13% registados no início da década). A balança corrente externa continua com desequilíbrios, elevando-se a 9.1% do PIB. Tal situação deve-se principalmente ao crescimento do défice da balança comercial -46% do PIB (+ 7.5% que em 2006), fruto da expansão das importações e redução das exportações (*vide* quadro 2.2).

Apesar de evidenciar uma redução face ao valor sem precedentes de 2006 (10.8%), o crescimento real da actividade económica de Cabo Verde, em 2007, manteve-se a um nível elevado (6.9%), conjugando a boa dinâmica sobretudo dos sectores da construção e dos transportes e comunicações (os quais, à semelhança do sucedido no ano anterior, se mantiveram como os principais impulsionadores do crescimento económico). Em termos reais, na óptica da despesa, o abrandamento do ritmo de crescimento do PIB deverá ter ficado a dever-se ao menor dinamismo do investimento (tanto público como privado), embora parcialmente compensado pela aceleração registada pelo consumo privado (Banco Portugal, 2008, p.40).

Muito se tem questionado sobre as vantagens e desvantagens das ajudas externas. A situação económica e os altos níveis de pobreza têm suscitado dificuldades de racionalização de todas as propostas dos doadores, que no passado nem sempre reuniram condições de harmonia com as necessidades locais. A fraqueza institucional pode dificultar a capacidade dos governos em orientar a ajuda, levando por vezes a uma duplicação dos esforços, e a uma falta de coordenação das acções de desenvolvimento, aumentando os possíveis impactos negativos da ajuda. De acordo com o relatório *Real Aid 2*¹⁶, cerca de US\$ 37 bilhões dos US\$ 79 bilhões de ajuda humanitária oferecidos em 2004 não tiveram nenhum resultado para o desenvolvimento dos países mais pobres do mundo. Ou seja, 46% dos recursos foram “ajuda-fantasma” como indica a figura 2.2 (*Actionaid International*, 2006).

¹⁶ O *Real Aid 2* é a segunda edição de um estudo da ONG britânica sobre o tamanho da ajuda humanitária em todo o mundo. O principal foco de suas críticas é a contratação de assistência técnica a preços muito altos. O relatório actualiza e retoma alguns números expostos na primeira edição, lançada em 2005.

Figura 2.2
Divisão de Gastos com a ajuda internacional (2004)
(números arredondados).



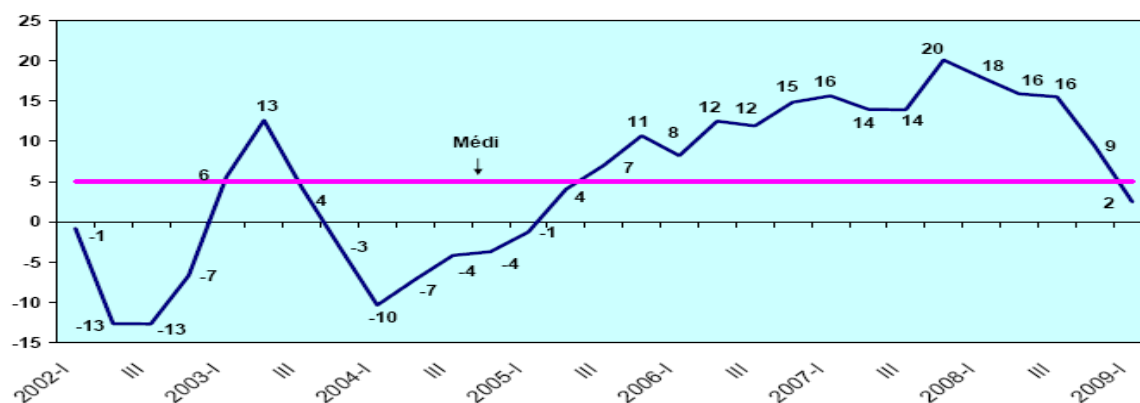
Fonte: *Actionaid International* (2006, p.10)

Tolentino (2008) no seu estudo sobre “O peso das remessas de imigrantes em Cabo Verde” defende que existe uma discriminação das tais remessas em detrimento das ajudas públicas ao desenvolvimento que estão em primeiro lugar neste momento. Tal situação deve ser evitada porque mesmo nos momentos de crise onde os investidores ficam mais reticentes, os imigrantes são mais altruístas e solidários aumentando as suas remessas. É preciso articular as remessas com os projectos de desenvolvimento locais, e, isso depende da organização dos imigrantes e do governo central. É preciso analisar a fundo para chegar à conclusão de que há um grande investimento no capital humano e não só no consumo.

Em 2005, segundo dados do banco de Cabo Verde, o país apresentava um PIB de 91.3 milhões de contos cabo-verdianos (954.3 milhões de Euros; 827.7 milhões de Euros), sendo dos sectores primários – agricultura, pecuária, silvicultura (4.8%); pescas (0.8%). Do sector secundário – indústria: 7.0%; construção: 9.2% e do sector terciário – serviços: 52.3%; turismo: 18.3%. De uma forma geral conclui-se que a economia cabo-verdiana é dominada pelo sector terciário (Câmara de Comércio Indústria e Turismo de Portugal Cabo Verde, 2009).

Recentemente e ainda baseado noutro tipo de indicadores económicos ainda se considerou que economicamente o país apresenta boas perspectivas, com fortes sinais de fortalecimento, com inflação estimada de 1,4%, um défice público de 1,5% do PIB, um aumento da receita pública de na ordem de 6,9%, sem esquecer a receita dos imigrantes (factor essencial para o equilíbrio) que não pára de crescer (BCV, 2008).

Figura 2.3
Indicador do Clima económico (VE – MM3)



Fonte: INECV (1º Trimestre 2009, p.1)

Contudo, ultimamente esta tendência tem-se invertido, seguindo a tendência mundial e principalmente dos países africanos, segundo os dados da figura anterior, no 1º trimestre de 2009 constata-se que o indicador de clima manteve a tendência descendente do último trimestre, ou seja, o ritmo de crescimento económico voltou a abrandar no 1º trimestre de 2009, tendo o indicador registado o valor mais baixo dos últimos 15 trimestres. Constatou-se ainda, segundo os resultados, que a conjuntura económica é desfavorável tendo, o indicador evoluído desfavoravelmente face ao mesmo período do ano 2008. Este diagnóstico conjuntural resulta da síntese das apreciações transmitidas pelos empresários da construção, comércio em estabelecimento, turismo, indústria transformadora e transportes e serviços auxiliares aos transportes.

O indicador de clima acima mencionado resulta do cálculo da média aritmética simples da agregação dos saldos de respostas extremas consistência. Para cada sector de actividades foram seleccionadas três variáveis: Comércio em Estabelecimento (vendas perspectiva encomendas, actividade actual, perspectiva de actividade), Construção (carteira de encomendas, perspectiva emprego, actividade actual), Turismo (volume negócios, actividade actual, perspectiva actividade), Indústria Transformadora (volume negócios, perspectiva produção, stocks), Transportes e Serviços Auxiliares aos Transportes - actividade actual, perspectiva actividade, perspectiva emprego (INECV, 2009).

As dificuldades de ordem diversas obrigaram o governo a iniciar o programa de privatização que começou em 2006, quando foi forçado a privatizar a maior parte das acções da Electra que enfrentava e ainda enfrenta sérios problemas financeiros, concluído o processo de privatização deste em 2007, começou o da TACV Cabo Verde Airlines. De acordo com os dados de *Doing Business 2008*¹⁷, começar um negócio em Cabo Verde requer 12 procedimentos e demora cerca de 52 dias, apesar dos esforços do governo na tentativa de reduzir as burocracias e aumentar transparências, a obtenção de licença para negócios demorava cerca de 120 dias em 2007 e fechar negócio também é difícil (*International Bank for Reconstruction & Development / World Bank*, 2007).

A política energética do governo está direccionada em parte para a promoção da eficiência energética e para aumentar o peso das energias alternativas na composição do cabaz energético do país de forma a reduzir o país da dependência de importação do petróleo. Actualmente 86% da população urbana e 73% da população rural tem acesso a água potável, e 61% e 19% têm acesso a meios sanitários (AEO, 2008, pp.204-205).

Segundo o relatório do Comité Africano de Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais (2009), esta inversão na tendência do desenvolvimento económico de Cabo Verde deve-se principalmente a actual crise internacional. Embora a maioria dos países Africanos não estejam no bom caminho para cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, África tem feito progressos constantes ao longo da última década, construindo as bases para um crescimento mais elevado e redução da pobreza. Esta imagem optimista está agora a ser prejudicada por factores externos a seu controle. Enquanto os primeiros efeitos da crise financeira foram lentos a materializar em África, o impacto está agora a tornar-se claro (afastando empresas, minas, empregos, receitas e meios de subsistência).

¹⁷ O *Doing Business* apresenta indicadores quantitativos sobre as regulamentações de negócios e a protecção dos direitos de propriedade que podem ser comparados entre 178 economias (do Afeganistão ao Zimbabué) e no decorrer do tempo. São medidos os regulamentos que afectam 10 áreas do dia-a-dia dos negócios: abertura de empresas, obtenção de alvarás, contratação de funcionários, registo de propriedades, obtenção de crédito, protecção de investidores, pagamento de impostos, comércio exterior, cumprimento de contratos e fechamento de empresas.

De acordo com o relatório das Nações Unidas (2009, p.4), embora os dados ainda não sejam concretos para revelar o pleno impacto da desaceleração económica recente, elas apontam para áreas onde o progresso para as oito metas têm retardado ou revertido. De acordo com o mesmo relatório, grandes avanços na luta contra a pobreza extrema de 1990 a 2005, por exemplo, são susceptíveis de ter parado. Durante esse período, o número de pessoas vivendo com menos de US\$1,25/dia diminuiu, passando de 1.8 a 1.4 bilião. Da mesma forma, a tendência encorajadora para a erradicação da fome desde da década de 1990 foi revertida em 2008, principalmente devido ao aumento do preço dos alimentos. A prevalência da fome nas regiões em desenvolvimento está agora em ascensão, passando de 16% em 2006 para 17% em 2008. Consequentemente mais de um quarto de crianças nas regiões em desenvolvimento estão abaixo do peso para a sua idade, o que diminui as suas perspectivas de sobrevivência.

Esta crise em curso também pode atrasar os progressos no sentido de género, igualdade, através da criação de novos obstáculos ao emprego das mulheres. Outra consequência da situação financeira global pode ser o do não cumprimento de financiamento dos programas destinados a melhorar a saúde materna.

A capacidade dos países em desenvolvimento de mobilizar recursos internos está igualmente em perigo. As receitas de exportação dos países caíram no último trimestre de 2008. A necessidade económica, sem dúvida, continuará a exercer pressão sobre um ambiente frágil onde o desmatamento e a extinção de espécies avança a taxas alarmantes, e a crise mundial da água está cada vez mais próximo. Em suma, é um desenvolvimento pleno minado pela crise onde pela primeira vez em décadas, haverá um crescimento *per capita* nulo.

Os governos africanos comprometeram-se a tomar medidas para minimizar os impactos da crise. Estes incluem: a criação de unidades especiais de monitorização, fornecendo pacotes estímulo fiscal, que revê orçamento despesas, visando intervenções em sectores chave, o reforço da regulação do sector bancário e dos mercados financeiros, expansionista da política monetária, cambial e de controlo para proteger a taxa de câmbio. A principal preocupação é a desaceleração do crescimento, que irá afectar desproporcionadamente os pobres. É extremamente importante para preservar as bases do crescimento.

Capítulo 3 – Cabo Verde e os Objectivos do Milénio

Cabo Verde comprometeu-se recentemente a antecipar em dez anos o cumprimento de alguns dos ODM, nomeadamente de taxa de escolaridade para os jovens menores de seis anos, a esperança de vida, enquanto a maioria dos países africanos lusófonos parece longe das metas traçadas.

3.1 – Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome

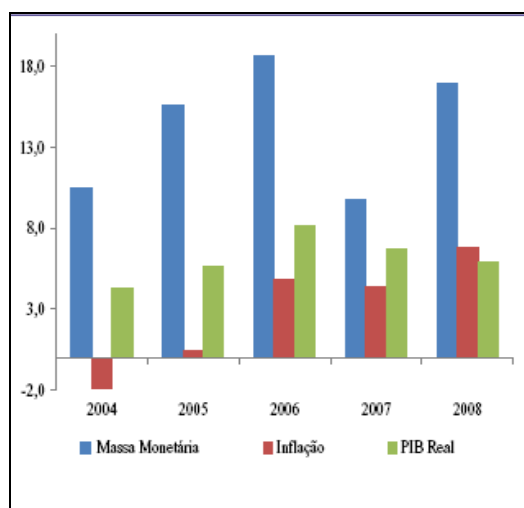
De acordo com os dados do INE¹⁸, os resultados até então alcançados em Cabo Verde são positivos, tendo-se verificado uma diminuição da pobreza em cerca de 10 pontos percentuais no período de 2001/02 e 2007. Segundo este relatório podem-se constatar os seguintes avanços:

- Uma inversão na tendência da evolução da pobreza. A maior parte dos pobres vivem no meio rural, passando de 63 para 72% entre 2001 e 2007. Por outro lado, houve uma diminuição no meio urbano, de 37 para 28% no mesmo período. S. Catarina e Praia são os Concelhos com maior concentração de pobres, ou seja, 16% dos pobres cabo-verdianos residem em S. Catarina e 11% no Concelho da Praia.
- A diminuição da pobreza é mais acentuada no meio urbano do que no meio rural. S. Antão, Concelhos do Interior de Santiago e Fogo apresentam o maior nível de incidência de pobreza, com 54%, 49.3% e 42.7%, respectivamente. Em termos de Concelhos o risco é maior em S. Catarina do Fogo, Paul e Mosteiros com mais de 50% da população a viver abaixo do limiar da pobreza, que em 2007 foi fixado em 49.485\$00 *per capita*/anual. Sal e Boavista são os dois Concelhos onde a incidência da pobreza é menor (4% e 8%, respectivamente).
- A grande maioria dos pobres reside em famílias chefiadas por mulheres (56%), famílias numerosas com 5 ou mais indivíduos (89%), ou em famílias com baixo nível de instrução, em 40% dos casos essas famílias são chefiadas por indivíduos sem nível de instrução, 33% têm o nível básico (INECV, 2008).

¹⁸ QUIBB 2007- Visa a Elaboração dos principais indicadores de Acesso, Uso e Satisfação em relação aos serviços básicos que permitem o acompanhamento do nível das condições de vida da população.

Contudo, os dados do Banco de Cabo Verde (2008) apresentados na Figura 3.1 indicam que em 2008 os desenvolvimentos na esfera monetária reflectiram, em certa medida, os efeitos da conjuntura internacional desfavorável. O abrandamento do ritmo de acumulação de reservas externas por parte do Banco de Cabo Verde e a redução dos activos externos dos bancos comerciais foram factores decisivos para a desaceleração do crescimento da massa monetária registada em 2008. Com a posição externa líquida do sistema a acusar uma diminuição na ordem dos 6,3% em Dezembro de 2008.

Figura 3.1
Massa Monetária, PIB Real e Inflação
(taxas de crescimento)



Fonte: Banco de Cabo Verde (2009, p.30)

Segundo dados do Banco Africano de Desenvolvimento (2008) Cabo Verde é exemplo da boa governação e dos seus benefícios pelo sucesso na redução de pobreza e cumprimento dos objectivos do milénio. Ainda salienta que a taxa de pobreza caiu de 37% em 2001/2002 para 27% em 2007. O país pode ser um dos poucos da África a conseguir cumprir os ODM. Na base do sucesso disto tudo está a boa estratégia de transformação económica e boa governação, normal funcionamento das instituições democráticas, estabilidade macroeconómica, forte crescimento e utilização racional e prudente dos poucos recursos, contribuindo para a reclassificação do país para o grupo de “Países Menos Avançados” (PMA) para “Países de Desenvolvimento Intermédio” (PDM).

3.2 – Alcançar o Ensino Primário Universal

No que concerne ao Índice de Desenvolvimento Humano¹⁹ os avanços também são altamente significativos. De acordo com PNUD (2007) Cabo Verde encontra-se na 102ª posição entre 177 países integrantes e 31ª entre os países de desenvolvimento médio, com um IDH de 0,736 (*vide* Anexo V.1). Na base está a alta taxa de alfabetização de adultos (81.2% entre os jovens com 15 anos ou mais). A taxa de mortalidade é a terceira mais baixa do continente africano.

Em 2007, as Nações Unidas ajudaram Cabo Verde na elaboração do segundo relatório, onde consta segundo *MDG Monitor*²⁰ a universalização da educação primária (taxa de 96% a nível nacional). De acordo com o Ministério da Educação, este indicador é ainda maior em certos municípios. Contudo, desde 1980 a qualidade da educação tem diminuído principalmente devido ao reduzido número de professores qualificados.

3.3 – Promover a Igualdade entre os Sexos e a Autonomização das Mulheres

Assegurou-se a paridade do género na primária e no secundário. Com uma evolução bastante positiva, o governo espera atingir o objectivo antes de 2015, com base nos investimentos para reduzir o analfabetismo das pessoas de idade entre 15-24 anos.

Há um progresso substancial na redução da desigualdade, com as mulheres bem estabelecidas e os seus direitos reconhecidos. A introdução de questões sobre a igualdade do género no plano curricular é um bom exemplo, mas, falta a sensibilização dos agentes para casos de violência doméstica e a criação de casas de acolhimento destinado às mulheres vítimas de violência doméstica, que depois de apresentar queixa nas autoridades sentem-se obrigadas a voltar para o parceiro devido a dependência económica.

¹⁹ É parte integrante do Relatório de Desenvolvimento Humano produzido pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano, abrange 177 países, tendo esse índice a finalidade de ser um indicador de qualidade de vida das populações. O IDH é um índice que varia de zero (0) até um (1). Índice zero (0) até 0,499 são países de baixo IDH, nesta faixa estão todos os 22 países da África Subsaariana. Países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano. Países com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

²⁰ *MDG Monitor* mostra como tem evoluído o esforço dos países para alcançar ODM. Com 2015 muito perto, é mais importante que nunca saber como os países tem avançado e o que precisam para atingir os objectivos. [Online] http://www.mdgmonitor.org/factsheets_00.cfm?c=CPV&cd=132.

3.4- Reduzir a Mortalidade Infantil

Assiste-se paralelamente ao aumento da autonomização das mulheres, à diminuição da mortalidade infantil (menos de 5 anos). Segundo os dados do Segundo Inquérito Demográfico Saúde Reprodutiva,²¹ é de notar que a queda da mortalidade infantil deve-se essencialmente à baixa da mortalidade pós neonatal, que passou de 24 por mil no período 1991-1995 para 13 por mil entre 2001-2005 (INECV/ Ministério da Saúde, 2008, pp.141-150).

De acordo com os resultados do IDSR-II, por um lado, a mortalidade das crianças varia de acordo com o meio de residência e as características da mãe, ou seja, como demonstra o quadro 3.1, é superior no meio urbano em relação ao meio rural, isso devido a degradação das condições de vida nos meios urbanos, empobrecimento e o êxodo rural. Por outro lado, constatou-se no período entre 1995-2005, a variação dos níveis de mortalidade segundo o nível de instrução da mãe, devido tanto ao nível de percepção quanto ao cuidado com o seu filho e ao acesso aos serviços de saúde. Acresce ainda como factores de risco para as crianças a ausência de assistência por um profissional de saúde no momento do parto e as más condições de higiene do lugar do nascimento.

Quadro 3.1

Mortalidade de crianças menores de 5 anos por nível socioeconómico

Quociente de mortalidade neonatal, pós-neonatal, infantil, juvenil e infanto-juvenil para o período de dez anos anteriores ao inquérito, segundo algumas características seleccionadas, Cabo Verde, IDSR-II, 2005					
Características seleccionadas	Mortalidade neonatal (NN)	Mortalidade pós-neonatal (PNN)	Mortalidade infantil (${}_1q_0$)	Mortalidade juvenil (${}_4q_1$)	Mortalidade infanto-juvenil (${}_5q_0$)
Meio de residência					
Urbano	24	22	46	8	53
Rural	23	15	37	6	44
Domínio de estudo					
São Vicente	29	6	36	0	36
Santiago	24	23	47	10	56
Praia Urbano	16	33	49	12	60
Santiago Norte	28	13	41	7	48
Resto Santiago	31	20	52	10	62
Nível de instrução					
Sem instrução	59	21	80	4	84
Básico	22	21	43	9	51
Secundário	18	11	29	2	31
Pós-secundário	21	0	21	0	21
Total	23	19	42	7	49

Fonte: INE/Ministério Saúde (2008, p.145)

²¹ Este relatório apresenta os principais resultados do Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde em Cabo Verde (IDSR-II), realizado de Julho a Novembro de 2005, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Ministério da Saúde. Teve como objectivo recolher, analisar e divulgar informações relativas à fecundidade, à mortalidade das crianças menores de cinco anos, ao planeamento familiar, à saúde materna e infantil, aos conhecimentos, comportamentos e atitudes em relação ao VIH/SIDA, às IST, à violência doméstica e à prevalência do VIH/SIDA.

3.5-Melhorar a Saúde Materna

Em Cabo Verde as mulheres estão a ter gestação cada vez mais seguras, por diminuição dos riscos de complicações, que contribuem para o aumento da morbi-mortalidade materna e infantil, apesar das residentes em meio rural ainda precisarem de maior cobertura do atendimento médico. Existe um pacote legislativo que tem reflexos positivos sobre a saúde sexual e reprodutiva, com destaque para a igualdade de direitos entre o homem e a mulher, o papel importante atribuído à família, a regulamentação da interrupção voluntária da gravidez e a gratuidade na prestação dos serviços de saúde de base.

Mais uma vez verificou-se segundo INECV/ Ministério da Saúde (2008, p.105-114) que a saúde materna está directamente relacionada com o nível de instrução da mãe, ou seja, a percentagem dos partos atendidos por parteiras tradicionais diminui à medida que aumenta o nível de instrução da mulher (30% entre as mulheres sem instrução e nula entre as mulheres de nível pós-secundário). Contudo, a oferta dos serviços continua insuficiente e pouco diversificada, tanto no sector público, como no privado, bem como nas ONG's. O Programa Nacional de Saúde Reprodutiva, de que dependem os Serviços de Protecção Materno-Infantil e Planeamento Familiar (PMI/PF) é o programa de maior relevância na implementação dos cuidados de saúde reprodutiva em Cabo Verde. Há pois uma constante necessidade de revisão das estratégias a adoptar, com o objectivo de melhorar a qualidade e a eficácia dos serviços.

3.6- Combater o VIH/SIDA, Malária e outras Doenças

Desde há alguns anos e com a intensificação da promoção da despistagem voluntária, as necessidades em testes de despistagem do VIH aumentam consideravelmente em todas as regiões do país (INECV/ Ministério da Saúde, 2008, pp.154-185). Os pedidos de teste passaram de 3.069, em 2003, para 8159, em 2005. De acordo com os relatórios de notificação dos casos recebidos pelo Ministério da Saúde, num total cumulativo de 1.063 pessoas que vivem com o VIH/SIDA recenseados até Dezembro de 2005, 30% (318 pessoas) é objecto de um acompanhamento médico e psicológico regular (trimestral); 148 pessoas infectadas que têm necessidade de tratamentos foram submetidas ao anti-retroviral (ARV). Os esforços do Governo estão centrados num atendimento gratuito de todas as pessoas infectadas.

A nível nacional, em 2003, a prevalência do VIH manteve-se estável comparativamente com os anos 2002 e 2001. O concelho da Praia continua a ser o mais afectado com uma prevalência de 1,88% comparativamente com o concelho de S. Vicente que apresenta uma prevalência de 0,94%. Por sexo e grupo etário em termos de seroprevalência no grupo dos 15 aos 24, o sexo feminino é o mais atingido. Já no grupo 25 - 49 anos e 50 e mais o sexo masculino regista maior número de casos de seropositividade. Por seu lado, houve a erradicação de doenças contagiosas que são mortais em muitos países africanos (CCS-SIDA, 2006).

3.7- Assegurar a Sustentabilidade Ambiental

Não há dados sobre os efeitos das mudanças climáticas nos diversos ecossistemas cabo-verdianos. Apesar da evidente relação entre as mudanças climáticas globais e as alterações na biodiversidade animal e vegetal dos ecossistemas. As consequências exactas ainda são uma incógnita, mas o aumento da temperatura média global poderá causar o declínio populacional de plantas e animais. Por seu lado, o ordenamento das zonas costeiras não tem levado em consideração as alterações ambientais a longo prazo que está directamente relacionado com a elevação do nível do mar devido ao aumento das concentrações dos gases com efeito de estufa.

As insustentáveis actividades humanas são os responsáveis pela erosão costeira, destruição dos habitats marinho e costeiro e destruição das praias, para além de destruir a cadeia alimentar fazendo com que certas espécies desaparecessem e/ou mudassem de habitat, insegurança alimentar de várias famílias e a diminuição da renda familiar de um grande número de cabo-verdianos que vivem da pesca e proprietários das pequenas embarcações.

As vulnerabilidades nacionais às mudanças climáticas (seca e da desertificação conjugados com o aumento populacional), já causaram catástrofes humanitárias, a última grande mortandade provocada pela seca foi registada no período entre 1947 e 1949. Apesar de tudo há uma certa capacidade institucional no país a valorizar. Cada Município possui o seu Plano Ambiental Municipal em fase de implementação efectiva, foram criadas equipas técnicas municipais ambientais que se ocupam, conjuntamente com as ONG, da implementação de acções concretas de protecção ambiental a nível do terreno. As questões relacionadas com as alterações climáticas são timidamente tratadas apesar de começar a despertar a consciência das comunidades locais para essa problemática.

3.8- Promover uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento

Cabo Verde está a tornar-se num país moderno, competitivo, socialmente equilibrado e com suposta durabilidade ambiental. Neste caso pode-se considerar um “bom prémio” a anulação da dívida que seria aproveitado noutros sentidos visando o seguimento dos objectivos enunciados. Apesar dos avanços, muitas são as limitações impostas pela insularidade e vulnerabilidades económicas e ambientais, sem contar que sendo os objectivos direccionados a nível nacional, há necessidade de focalizar a nível municipal. Daí que são reconhecidas algumas assimetrias na execução dos objectivos, o que exige a implementação de políticas públicas diferenciadas de acordo com o contexto local.

A mudança de estatuto nem sempre se traduz de forma positiva para Cabo Verde, como mostra a notícia do jornal *Liberal online* intitulado “ Não queremos ter um país de rendimento médio no papel”, apontando o facto de que a Holanda poderá reduzir gradualmente até 2011 a sua Ajuda. A justificação para o corte da ajuda deve-se ao facto de Cabo Verde ter passado para o grupo de Países de Desenvolvimento Médio. Entretanto muitos consideram outras razões, nomeadamente o facto de o Governo de Cabo Verde ter encerrado a embaixada na Holanda e mudanças partidárias no governo. Neste artigo, Agostinho Santos, o primeiro cabo-verdiano a ser eleito deputado municipal em Roterdão pelo PVDA (Partido Trabalhista), salienta que “o actual Governo, liderado por José Maria Neves, está sendo muito populista quando tenta apresentar uma imagem do país como tendo um rendimento médio, enquanto a maioria da população vive no limiar da pobreza e não tem emprego” (Norberto, 2009).

Por seu lado, muitas das doenças consideradas europeias estão a aumentar, isso provavelmente devido a mudanças ou “imitação” de certos hábitos de vida considerados europeus, como por exemplo: cancro, obesidade e stress. Contudo, as médias nacionais demonstram sinais de progresso em relação ao cumprimento dos objectivos nos prazos fixados, como demonstra o quadro abaixo indicado, embora podendo esconder uma profunda bolsa de pobreza devido ao facto do desenvolvimento económico nalgumas partes da ilha ser mais lento do que no resto do país (PNUD, 2008).

Todavia, é louvável a boa governação que Cabo Verde tem usufruído desde o fim do regime de partido único. Ultimamente foi adoptado como prioridade transformar Cabo Verde para vencer os objectivos do desenvolvimento sustentável e torná-lo num país competitivo no espaço global, que para além de tudo, criou um sistema fiscal de nível mundial.

Quadro 3.2
Cumprimento dos Objectivos do Milénio em Cabo Verde

Objectivos Desenvolvimento Milénio	Situação em Cabo Verde
1. Erradicar pobreza extrema e fome	⊖
2. Atingir o ensino primário universal	©
3. Igualdade entre sexos e autonomização das mulheres	©
4. Reduzir a mortalidade infantil	©
5. Melhorar a saúde materna	©
6. Combater HIV/Malária	±
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental	⊖
8. Promover parceria mundial para desenvolvimento	⊖

Fonte: MDG Monitor – Profile Cabo Verde, 2007.

Legenda:

© - Objectivos já alcançados

⊖ - Dados insuficientes

± - Em vias de cumprimento

De acordo com os dados estatísticos do INE acima mencionados, perderam-se 10% dos pobres. O que terá acontecido a trinta mil pessoas? “Como acontece com todos os milagres também neste milagre dos pobres pouca gente acreditou” (Almeida, 2009, p.43).

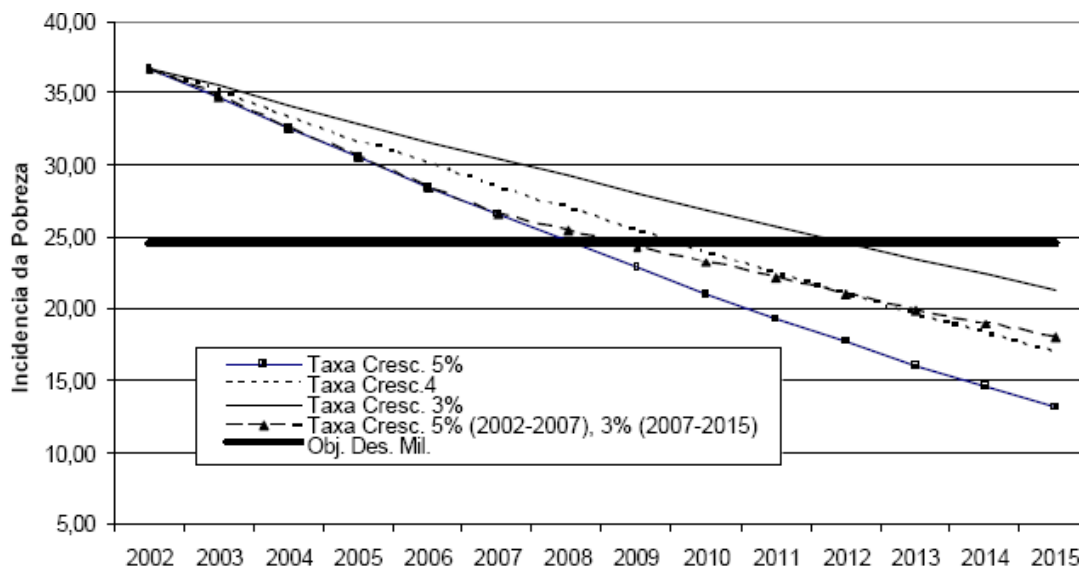
Segundo o escritor e cronista, é impossível 10% dos pobres cabo-verdianos terem saído da pobreza. Exemplifica os meninos de rua em São Vicente (uma das ilhas de Cabo Verde) e os doentes mentais que passam o dia a pedir esmola para comprar pão, mesmo levados pela polícia no minuto seguinte estão de volta, mas isso excepto nos dias de visita estrangeira que é um mistério o paradeiro deles. Considera também improvável a hipótese de terem mudado de categorias (enriquecido), isso porque tendo em conta que o desemprego aumentou de forma considerável e é cada vez maior o número de jovens mendigos. Se eles estão a aumentar em todo o mundo então porque haveriam de diminuir em Cabo Verde? A resposta é simples: para o escritor não houve nenhum desaparecimento dos pobres, a pobreza anda por aí, apenas fugiu da cidade para o campo, na medida em os pobres diminuíram na cidade em números correspondente ao seu aumento no meio rural.

Se posicionarmos do outro lado pode-se falar da pobreza relativa, a qual, tendo em consideração a realidade do terreno em estudo, é a mais perigosa e a predominante. Esta realidade provoca formas escondidas de vida e vergonha social, porque uma pessoa nessa situação pode ter fome e não diz porque a própria situação não é compatível com a aparência externa. Este aparenta um não pobre porque tem em casa um televisor plasma se for preciso, telefone fixo e móvel e anda bem vestido, neste ultimo caso por vezes melhor que um trabalhador assalariado (causa da delinquência juvenil e roubos), mas, em casos de doença dificilmente consegue uma receita, não consegue educar os filhos e não tem ajuda do Estado. Este facto dificulta o tratamento e a própria contagem deste mal social.

Considerando a perspectiva animadora das estatísticas do INE (menos 10% dos pobres) e pessimista de diversos autores que põem a hipótese de simplesmente os pobres terem mudado da cidade para o campo, questiona-se o futuro.

Figura 3.2

Simulações para redução da pobreza futura sob vários cenários de crescimento



Fonte: INECV (2004, p.11)

Segundo os dados da projecção da Figura 3.2, pode-se constatar que os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio tendem a estagnar, enquanto a taxa de crescimento vai diminuir, passando de 5% para 3%. É preciso ter em consideração que são dados projectados antes da crise podendo o cenário actual ser completamente diferente.

Cabo Verde cedo se apercebeu que a crise financeira não é exclusiva dos países desenvolvidos e já atingiu o país, embora ainda não seja perceptível no quotidiano dos cabo-verdianos justamente porque a banca nacional goza de excesso de liquidez, devido a maior captação de recursos do que a concessão de créditos. A crise pode afectar indirectamente através da redução das remessas dos imigrantes, do fluxo turístico para as ilhas e da ajuda externa.

A nível de cooperação internacional os países doadores (Portugal, Holanda, Espanha, e Áustria) já fizeram saber que não tencionam diminuir a ajuda orçamental a Cabo Verde. Mas, há probabilidade de quebras a nível imobiliário turística, ou seja, o investimento directo externo que neste momento é superior a remessa dos imigrantes pode desacelerar pondo em risco a sustentabilidade económica do país. Nesse sentido, o orçamento de Estado (OE) para 2009 de 52,2 milhões de contos, foi feito justamente a pensar nos tempos difíceis que aproximam, contemplando uma descida do Imposto Único sobre o Rendimento (IUR), reforça o programa de emprego público e aumentar a pensão social mínima (Magalhães, 2009, pp. 22-23).

Concluindo, Cabo Verde é "uma história de sucesso africana", sobretudo pela estabilidade e funcionamento das instituições, mas também uma economia muito dependente do exterior que, por isso, sofrerá com a actual crise, avança o site *Macaubub*²² que cita a *Standard & Poor's*.

As instituições políticas e a estabilidade cabo-verdianas estão entre as mais fortes de África e são uma boa plataforma para enfrentar os desafios relacionados com os desequilíbrios da economia. As autoridades demonstram forte e sustentado empenho na reforma económica, que contribuiu para uma robusta expansão económica nos últimos anos (Macaubub, 2009).

²² O *Macaubub* é um serviço gratuito de notícias, sediado em Macau, que distribui informação económica sobre a região do Grande Delta do rio das Pérolas, no Sul da República Popular da China, e os países de língua oficial portuguesa de modo a apoiar governos, instituições e empresários na compreensão das potencialidades existentes para negócios e investimentos.

PARTE II:

ESTUDO DE CASO: SANTA CATARINA. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL *VERSUS SOBREVIVÊNCIA*

Capítulo 4 – Santa Catarina e os Três pilares do Desenvolvimento Sustentável

Este primeiro capítulo da segunda parte do trabalho visa analisar essencialmente a possível relação directa existente entre o pilar social e económico do desenvolvimento sustentável e o resultado dessa união a nível ambiental. Se na primeira parte fez-se uma análise geral, aqui o estudo de caso refere-se ao contexto específico do concelho de Santa Catarina, no interior da ilha de Santiago, como é passível de perceber através da breve caracterização a seguir referenciada. Este capítulo, vai ser dividido em três pontos principais, analisado a partir de indicadores sociais, económicos e ambientais e, finalmente no capítulo cinco será elaborado uma análise SWOT sobre o concelho em estudo.

4.1 – Breve Caracterização

No fim do século XIX, o concelho de Santa Catarina ocupava metade norte da ilha, enquanto, metade sul era o concelho da praia. A divisão administrativa do tempo colonial foi reformulada em 1993 e 2005. Dos 4 concelhos iniciais (Tarrafal, **Sta Catarina**, Sta Cruz e Praia) passou-se a 6 em 1993 (S. Miguel e S. Domingos) e a 9 em 2003 (Ribeira Grande de Santiago, S. Lourenço dos Órgãos e S. Salvador do Mundo (*vide* Anexo VI.1). Trata-se de um concelho/município da ilha de Santiago, no Sotavento de Cabo Verde, com uma superfície de 243 Km² e 49.829 habitantes, segundo dados do senso 2000, cuja sede é a cidade de Assomada.

Detentora de uma paisagem de rara beleza natural, do qual se destaca Serra Malagueta, o único parque natural da ilha, contrastando claramente com assomada em acentuado crescimento urbano. Com uma área de 2.600 hectares, e uma altitude de cerca de 1.000 metros, foram inventariadas 110 espécies de flora, muitos são utilizadas pelas comunidades no tratamento de doenças (dores musculares, tosse e dores de garganta, febre). As 26 espécies endémicas inventariadas são raras a nível nacional ou estão em vias de extinção. A fauna apesar de rara, nas imediações do parque pode-se encontrar a garça vermelha (*Ardea purpurea bournei*), cuja população se estima em 25 casais é uma espécie que apenas tem neste local de Cabo Verde o seu lugar de reprodução no mundo.

Santa Catarina é um concelho de características rurais (86% da população vive em áreas rurais) que tem como principais actividades económicas a agricultura de sequeiro, a criação de gado, a avicultura, a pesca e o comércio retalhista. É conhecido como o celeiro de Cabo Verde, com o mercado mais importante do país onde confluem pessoas de toda a ilha de Santiago. A construção civil, hotelaria e restauração são sectores emergentes e em crescimento e tem sido contemplado com vários projectos considerados essenciais para o seu desenvolvimento (Hospital Regional de Santiago Norte, Instituto Pedagógico, liceu e de um conjunto de estradas, construídas no quadro do MCA, que irão permitir o desencravamento de várias localidades, designadamente a estrada que liga Assomada/Rincão, Fonte Lima/Librão e Volta Monte/Ribeira Prata.

4.2- Santa Catarina e o Pilar Económico

4.2.1 - Do pequeno comércio ao comércio ambulante

A inexistência de uma rede pública de instalação e tratamento sanitário afecta tanto o meio rural, como o meio urbano, atingindo sobretudo as praias do litoral e, conseqüentemente, o turismo, porque para além do pedregulho derivado da extracção da areia (analisado posteriormente), as condições higiénicas deixam muito a desejar. A solução poderá passar por instalações sanitárias públicas com zonas de despejo e tratamento do mesmo ou ajuda económica e incentivo para a construção.

Por seu lado, na cidade os moradores e comerciantes enfrentam sérios problemas com o lixo (não tratamento, não existência e má distribuição dos contentores, pouco recolha e principalmente a pouca educação ambiental da população). Como exemplo demonstrativo dessa realidade temos a condição higiénica do mercado municipal. Embora ganhe pela variedade e disponibilidade de produtos de bens e consumo, é frequente a indignação por parte dos comerciantes e da população no que concerne à falta de espaço e condições higiénicas. É cada vez maior o número de pessoas que procura no pequeno comércio uma forma de escapar a pobreza na ausência da emigração, servindo como ponto de partida para aquisição de novos estilos de vida. Através da análise visual pode-se constatar que a maioria dos feirantes são mulheres na faixa etária entre os 25-40 anos de idade, portanto susceptíveis a formação, consciencialização da necessidade de manter em bom estado, o que para muitos é a segunda casa.

A Câmara Municipal tem em sua defesa as várias tentativas de mudar a situação, que vai desde a remodelação do antigo mercado, mudança para um espaço a céu aberto e longe do centro, à actual construção de um novo espaço, como ilustram as Figuras 4.1 e 4.2. Este novo espaço não só é maior, está bem localizado e adaptado às possíveis demandas.

Figura 4.1

Antigo Mercado Municipal Assomada



Fonte: fotografias da autora, 29/11/2009.

Figura 4.2

Novo mercado de Assomada ainda em Construção



Fonte: Fotografias da autora, 29/11/2009

4.2.2 - Pobreza Rural *Versus* Urbana e suas Consequências

Retomando o conceito de pobreza analisado no subcapítulo 1.2, pode-se afirmar que tal como a polarização entre pobres e ricos, também manifesta-se diferentemente entre meio rural e urbano, ou seja, de uma forma geral, a pobreza nos países mais pobres, onde a expectativa se resume à sobrevivência, é diferente dos países ricos onde o nível de desenvolvimento nas áreas sociais é elevado, da mesma forma, a profundidade e agressividade também varia. De acordo com Costa (1984, pp.275-295) dentro do próprio conceito surgem dicotomias que indicam a multiplicidade de significados que pode assumir (pobreza absoluta/relativa; pobreza objectiva/ subjectiva; pobreza tradicional/nova pobreza; pobreza urbana/rural e pobreza temporária e duradoura).

No contexto específico, Santa Catarina, a pobreza manifesta-se principalmente através de variáveis de ordem material e sociocultural (quantidade e qualidade de água potável que a população tem acesso, habitação, acesso a educação). Portanto vai-se focalizar principalmente a oposição pobreza rural/urbana, que encerra dois *locus* diferenciados. A primeira, como escassez básica de recursos, proveniente da fraca produtividade agrícola e pela falta de actividades económicas alternativas; e, a segunda, demonstra uma forma extrema e visível de exclusão e afecta diversos grupos sociais reflectindo problemas de desemprego, falta de qualificações, problemáticas sociais diversos (toxicodependência, alcoolismo, prostituição...etc).

Também há que distinguir pobreza absoluta de pobreza relativa. A primeira baseia-se na noção de necessidade básica e recursos (rendimentos, bens de capital), enquanto que a pobreza relativa remete para a análise da pobreza face aos padrões sociais em geral (Costa, 1984). Apesar de tudo não é o concelho mais pobre da ilha e nem do país, segundo dados do INE (2007), o concelho mais pobre do país é Santa Catarina do Fogo com 59% da população a viver abaixo do limiar da pobreza e os menos pobres são Sal (4%) e Boa Vista (8%).

É preciso atenção quando se fala na pobreza em Santa Catarina, porque devido a factores de ordem cultural, nomeadamente o orgulho, a pobreza tende a tornar-se uma realidade escondida. No entanto, segundo dados do MAAP (2007) esta pode ser vista através da pressão sobre os recursos naturais, o êxodo em direcção aos centros urbanos, o baixo nível de escolaridade, a emigração e/ou as condições precárias da habitação, como demonstram as próximas alíneas.

Portanto, se a chuva fosse regular, a pobreza absoluta no interior do concelho de Santa Catarina era ínfima ou inexistente, porque todos tinham na agricultura um meio de auto subsistência. Os homens na plantação, “hortas familiar”²³ e trabalhos do Estado, enquanto as mulheres nas lides doméstica, no pastoreio e na venda de produtos agrícolas e hortícolas no mercado. A criação de gado também constitui um meio de subsistência, servindo para alimentação e vendido no mercado, tanto os animais (porco, vaca, galinha), como os seus derivados (carne e ovo...etc).

Figura 4.3

Pequenas explorações agrícolas no interior do concelho de Santa Catarina



Fonte: Fotografia da autora, Mate Sanches, 30/08/2005.

Como mencionado anteriormente, a pobreza escondida deve merecer especial atenção das autoridades e das ONGD (Organização Não Governamental para o Desenvolvimento), por constituírem factores de perpetuação da pobreza a longo prazo. É muito difícil ter uma noção real do verdadeiro grau de pobreza do agregado familiar, porque alguns indicadores de bem-estar (habitação, modo de vestir e remessas de emigrantes não contabilizadas), permite que questionado sobre o estatuto social, o inquirido se considere pobre ou não de acordo com o inquiridor, ou seja, pode ser pobre perante a estatística e o Estado, mas rico perante o vizinho ou vice-versa. Só o facto de serem pequenas localidades dentro de um concelho faz com que seja difícil esconder algo, o que pode facilitar o trabalho das autoridades na atribuição dos subsídios quando é feita de forma justa.

²³ Local onde são cultivadas as hortaliças, podem ser de diversos tipos de acordo com a sua finalidade. Neste caso considera-se familiar porque os produtos que aí advêm servem na maior parte das vezes para auto-consumo da família, embora muitas vezes uma ínfima parte seja vendida no mercado.

O elevado grau de pobreza relativa existente no meio rural advém do espírito de familiaridade e solidariedade comunitária existente, ou seja, de uma forma geral quase todos são parentes, vizinhos ou conhecidos dentro de uma localidade e dois ou três agregados podem partilhar a mesma refeição. Se alguém não tiver o que jantar pode sempre recorrer ao vizinho e é socorrido. A pobreza no sentido de passar um dia sem comer é inexistente ou está bem camuflada no meio rural, tendo em conta que o cabo-verdiano é um povo muito orgulhoso. Existe como que uma pobreza latente e harmonizada da comunidade, “tem-se pouco, mas sempre”.

A pobreza absoluta, é mais visível e perturbante na cidade e arredores. Ela existe porque não há muita alternativa ao emprego como é hábito nas cidades, ou seja, existe oferta de emprego, mas para pessoas qualificadas e para estes quando não há é sempre fácil deslocarem-se para outras ilhas e concelhos. O problema é para a classe menos escolarizada e não comerciante, portanto, a mais desfavorecida e isso parece que atravessa as gerações. Como não dispõem de muitas alternativas, muitos optam pelo comércio ambulante que mal dá para sobreviver, não tem habitação condigna com boas condições de higiene e segurança, a prostituição surge como alternativa enquanto esperam pelo programa da câmara contra a pobreza.

À semelhança da maior parte dos centros urbanos mundiais, a mendicidade está directamente relacionada com situações socioeconómicas atingindo principalmente os toxicodependentes, doentes mentais, idosos e deficientes. Se formos ter em consideração os estudos de Bastos (1997) o estatuto do mendigo, em Santa Catarina, está entre o sagrado e o profano, pode assumir dimensão sagrada no sentido de permitir a harmonização dos mais abastados com Deus através de um donativo, mas também levanta-se ao doador a questão se não está a alimentar uma falsa mendicidade. A única certeza é a naturalidade com que os alcoólicos vagueiam a pedir bebidas e comida aos clientes ou aos proprietários em troca de pequenas tarefas, acabando por dormir embriagados na rua no final do dia. A mendicidade é uma prática tão corrente que os mendigos já fazem parte do quadro social da cidade e são tratados pelo nome, dormem na rua porque infelizmente não têm abrigo.

Esta pobreza é clara e está a vista de todos, mas o problema maior é a pobreza escondida e vergonhosa: a pessoa não tem o que comer, não tem dinheiro para os cuidados básico de saúde e nem para a educação dos filhos, mas tem uma vida social bastante activa.

Isso talvez explique a onda de assalto a lojas, tráfico de droga e associação criminosa que tem crescido neste concelho, incidente sobretudo na camada jovem que não estudou e que em muitos casos não quer desempenhar trabalhos pesados.

Os problemas sociais já destacados e a seguir analisados, indicam a necessidade da intervenção das autoridades locais, mas a situação actual põe claramente em dúvida a sua credibilidade perante a população e na resolução dos problemas. A punição dos pequenos transgressores é quase nula. A sanção mais comum (clausura) varia de umas horas a poucos dias, possibilitando a retoma da vida normal ou uma multa que na maior parte das vezes acaba por nunca ser paga. Acontece que a população tem consciência das limitações das autoridades. Em primeiro lugar, há falta de meios técnicos, humanos e de instalações e em segundo lugar, o não cumprimento da pena não implica necessariamente uma punição porque não há um sistema de imposição para tal, ou seja, não podem ser identificados através do sistema bancário ou fiscal, na medida em que não o possuem.

4.2.3 – O Peso das Remessas dos Emigrantes e os efeitos da crise internacional

Os emigrantes têm um grande peso na atenuação da pobreza em Santa Catarina. Dado que se trata de um concelho extremamente migratório, a maior parte dos agregados familiares têm um ou mais dos seus membros no estrangeiro, os quais enviam remessas regularmente. Estes só pecam por o fazer através de canais informais, que são difíceis de contabilizar porque estão fora da supervisão do governo, como são exemplos os casos de entrega pessoal de dinheiro líquido ou produtos e do envio por intermédio de um amigo ou parente.

Os emigrantes, além da contribuição monetária, também enviam bens e mercadorias para a família e ajudam na educação dos filhos, sem contar que quando vão de férias abastecem a família com bens de consumo essenciais e materiais a que estão habituados no exterior. Ou seja, segundo Tolentino, Rocha & Tolentino (2008, p.56) certas aplicações das remessas podem ser consideradas consumo pelos académicos e investimento pelas famílias, dependendo das suas prioridades, estatuto socioeconómico, tradições, incentivos e da segurança dos investimentos produtivos. A baixa propensão dos agregados familiares pobres para poupar faz com que só uma pequena parte das famílias de emigrantes consiga aforrar e investir. A maior parte dos investimentos é feita para garantir

a segurança económica e financeira no imediato da família. A compra ou melhoria da habitação, transporte, aquisição de casas, terrenos e donativos em género formam uma categoria de transferência de recursos quase universal entre os emigrantes que inclui vestuário, equipamentos domésticos, rádio, televisão, livros, acesso à *Internet*, etc.

Para os autores, num primeiro tempo a emigração tende a exacerbar a desigualdade pelo facto de os mais pobres terem de ficar; a longo prazo, as remessas reforçam a equidade através do alargamento progressivo da base dos participantes, porque as remessas e a concorrência entre os bancos aumentam as oportunidades de acesso aos serviços financeiros, reduzindo as desigualdades de oportunidade. O Conselho Económico e Social das Nações Unidas (2007) entende que as migrações internacionais podem ser uma boa ferramenta financeira para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Em geral, as remessas têm impacto positivo nas economias, aceleram o crescimento e reduzem a pobreza.

Um dos efeitos da emigração é a crescente urbanização. Percorrendo o interior do concelho de Santa Catarina o que mais se destaca é a forte influencia da acção do homem sobre o ambiente, numerosos aglomerados populacionais cingidos a várias localidades. Tendo esgotado a ocupação dentro do centro urbano, começou-se a alargar para a periferia e não tem parado de crescer, impelindo os emigrantes a construir prédios ao lado das antigas casas dos pais com o terreno a um preço mais acessível.

4.3- Santa Catarina e o Pilar Social

4.3.1 - A Problemática da Juventude

Devido à elevada taxa de gravidez no ensino secundário, foi criada a lei de suspensão temporária de jovens grávidas durante o período da gestação. Tal sucede na maior parte das vezes com adolescentes onde o historial do agregado familiar é de baixo nível escolar e pobreza. Segundo orientações gerais do Ministério da Educação, Cultura e Desporto, é preciso criar uma lei, até a data inexistente, visando uma “melhor gestão da questão da gravidez nas escolas” como comprova o seguinte extracto da legislação:

(...) a suspensão temporária das alunas grávidas nos estabelecimentos de ensino, a partir do ano lectivo 2001-2002, é encarada pelo Ministério de Educação, Cultura e Desportos como uma das acções que visa conciliar os princípios constitucionais de protecção da maternidade e da infância com o da garantia, nas condições possíveis, do direito de acesso ao ensino e à formação. (...) Uma oportunidade para a aluna/gestante poder, após a assunção dos deveres decorrentes da função da maternidade, retomar os seus estudos (MECD, 2002).

Embora não sendo uma das melhores soluções para resolver o problema, este facto tem consequências nefastas para a família das jovens. Estas crianças acabam por ser criadas pelos avós e família, muitas são entregues a instituições de solidariedade social ou de menores, algumas acabam por ser crianças de rua. Não se pode considerar de todo um problema tipicamente urbano, acontece que estando a maioria das instituições do ensino secundário nas cidades, se torna mais notória tal realidade. Muito se tem investido na educação sexual e planeamento familiar (disciplinas escolares, instituto de apoio e divulgação dos problemas da sexualidade e centro de planeamento familiar), mas a solução pode passar por mais informação e divulgação das causas e consequências do sexo não responsável, criação de mais empregos para jovens, actividades de tempos livres, incutir nos jovens a perspectiva de um futuro promissor visando prioridades como estudar, ter um bom emprego e por fim constituir uma família estável e sólida.

Uma das possíveis causas da elevada taxa de gravidez na adolescência prende-se para além da cultura com o espírito de entreajuda da comunidade e facilitismo dos pais, ou seja, os jovens estão conscientes de que o facto de serem pais adolescentes não implica ter um emprego, habitação própria, deixar de estudar ou de fazer certas actividades que os pais não podem fazer, porque depois do nascimento podem voltar a vida normal, enquanto deixam o filho ao cuidado dos parentes.

A grande incidência deste fenómeno tem como consequência o insucesso escolar, porque apesar de tudo, muitas não conseguem acompanhar ou retomar os estudos, por motivos diversos (imposição do sistema de ensino, não motivação, impedimento dos pais, idade ultrapassada, falta de condições económicas, etc). Contudo, de uma forma geral a taxa de alfabetização é francamente positiva, o ensino é gratuito e obrigatório para todos até ao 6.º ano e a partir daí paga-se a propina de acordo com o escalão socioeconómico do agregado. Infelizmente o número de turmas é superior ao número de salas, o que implica o funcionamento a dois períodos e dificulta o arranque de cada ano lectivo. Apesar de ter para além da escola secundária (Liceu), uma escola de ensino técnico profissional e ultimamente uma universidade, a maior taxa de frequência situa no 1º ciclo. A procura do ensino superior no estrangeiro, sobretudo em Portugal é grande, a maior parte regressa ao concelho de origem embora acabe por trabalhar fora deste. Isto porque o concelho oferece pouca alternativa ao emprego para os quadros superiores, constituindo um grande exportador.

Constitui um plano do actual Presidente da Câmara, Engenheiro Francisco Tavares, transformar Santa Catarina numa alternativa à Praia,²⁴ como afirmou no programa “NHA TERRA, NHA CRETCHEU”²⁵. Para tanto pretende contar com o apoio do governo central e os países cooperadores, na medida em que a Câmara é limitada em termos económicos e de poder de decisão, pelo que a capacidade para avançar com projectos turísticos, como a construção de estradas entre assomada e rincão é um primeiro passo, a nova universidade, o novo hospital, deslocação do museu para chão de tanque e a sua transformação em centro cultural, transformação de assomada no capital cultural de Santiago, como São Vicente é para Cabo Verde.

Outro problema juvenil em crescente expansão é o que Sarmiento (2004, pp.59-76) designa por *americanização*, que no caso de Cabo Verde tem implicações nas práticas sócio-culturais que podem ser considerados enriquecedor mas também, pela delinquência juvenil, ondas de criminalidade, assalto e tráfico de droga. É visível a americanização propriamente dita, que abrange desde urbanização, sector automobilístico atingindo principalmente a cultura jovem, em sectores tão importantes quanto a forma de vestir ou a alimentação.

²⁴ A cidade da Praia é a capital de Cabo Verde. Está localizada a sul da ilha de Santiago. É também sede do Município do mesmo nome e a maior cidade de Cabo Verde.

²⁵ Programa televisivo semanal exibido na RTP África no dia 22 de Julho de 2009, sobre o concelho de Santa Catarina.

4.3.2 – Imigração e Alta Taxa de Natalidade.

Apesar de tudo, deve-se ter em atenção o facto de que Assomada é uma cidade extremamente rural que traz consigo os seus hábitos e costumes. A câmara tem desenvolvido um esforço enorme na limpeza diária, instalação de contentores (embora salienta-se a inexistência de reciclagem e sistema eco - ponto), mas com pouca sensibilização ambiental. De todo este esforço destaca-se o papel fundamental do mercado de Assomada na união do concelho de Santa Catarina, considerado um ponto de encontro de todas as localidades do interior e mesmo da ilha, servindo como pólo de distribuição (troca, venda, compra de bens e mercadorias de consumo) da população local e dos imigrantes.

A sociedade cabo-verdiana começa a ser cada vez mais confrontada com a chegada de indivíduos oriundos de outros países e que têm um leque diversificado de objectivos. Dos que chegam, alguns ficam, mas o país também tem servido como ponto de trânsito para imigrantes provenientes da África Ocidental que chegam apenas com o objectivo de obterem documentos falsos para prosseguirem o seu percurso imigratório rumo à Europa, ou ponto de partida para contornar as rotas migratórias do centro do Sara em direcção às ilhas Canárias.

A condição dos imigrantes oriundos da África negra (“Mandjacos” ou “Amigo”)²⁶, é preocupante, sofrendo diariamente pressão de ordem diversa. Consideram-se afortunados aqueles que conseguiram um lugar no mercado “Sucupira,”²⁷ porque a maioria anda nas ruas da cidade a “oferecer” os seus produtos, com oferecer quer dizer que o preço de um artigo pode passar de 100% a 10%, embora a qualidade também seja na maior parte das vezes nula ou duvidosa.

Menos afortunados são aqueles que têm de percorrer a pé todas as localidades e acabam o dia com os pés doridos e pouco mais de mil escudos, apesar de tudo, a maior parte afirma valer mais a pena do que ficar no seu país. Normalmente muitos partilham a mesma habitação e como não tem um ordenado fixo os proprietários não estão dispostos a arrendar as suas casas. Já os chineses que se dedicam ao comércio podem ser considerados um caso de sucesso e já se encontram enraizados na cidade, existindo muitos casos de segunda geração.

²⁶ Nome atribuído pelos cabo-verdianos a todos os africanos de pele negra vindos da África, independentemente do país de origem e principalmente se exercem pequeno comércio ambulante.

²⁷ Mercado destinado a venda de produtos não alimentares (vestuários, produtos de higiene, móveis, bijutarias...etc).

4.4 - Santa Catarina e o Pilar Ambiental

Tendo em conta o quadro de escassez global de água e forte pressão sobre os recursos subterrâneos, levantam-se enormes desafios à gestão sustentável dos recursos hídricos. A junção dos dois pilares acima mencionados tem consequências drásticas a nível ambiental o que também demonstra a possível relação circular e de dependência entre ambiente, economia e população.

4.4.1 - Gestão dos Recursos Hídricos e sua Importância para o Desenvolvimento Sustentável.

Segundo Van-Dúnem (2003) a água é um recurso natural indispensável à sobrevivência de todos os seres vivos, na generalidade, apresenta-se como abundante nos diversos estados (líquido, sólido e gasoso). Porém, nesse caso a maior parte dessa água é salgada e embora já seja possível transformá-la em água potável através do processo de dessalinização, este é muito dispendioso para a maioria dos países pobres o que reduz a disponibilidade para consumo, tornando o seu abastecimento problemático aliado ao elevado crescimento demográfico.

Até há bem pouco tempo, a maior parte das localidades do interior de Santa Catarina não beneficiava de instalação interna de água ou de electricidade, tendo de recorrer a pequenas nascentes de água não potável, como indica o quadro 4.1, o que pode provocar determinadas patologias (cólera, febre tifóide e outras doenças diarreicas). O meio urbano surge amplamente electrificado, no extremo oposto, no meio rural, a maioria da população utiliza o petróleo directamente como fonte de iluminação como indica o quadro abaixo, que consta do relatório anual da Electra (Electra SA, 2008).²⁸ Segundo este relatório, a taxa de cobertura de electricidade é de 79,4% e de água 54%. O consumo *per capita* de electricidade, em 2008, foi de 168,2 kWh/hab/ano e de água de 20,4 Lts/hab/dia.

²⁸ Empresa de Electricidade e Água, S.A é uma Sociedade Anónima, cujo objecto social definido pelos seus estatutos, consiste na produção, distribuição e venda de electricidade em todo o território nacional, de água na Praia, S. Vicente, Sal e Boa Vista, bem como a recolha e o tratamento para a reutilização de águas residuais na cidade da Praia e no Mindelo.

Quadro 4.1
Taxa de cobertura da Rede

	<i>Nº de Famílias (*)</i>	<i>Nº de Clientes Domésticos</i>		<i>Taxa de Cobertura</i>	
		<i>Electricidade</i>	<i>Água</i>	<i>Electricidade</i>	<i>Água</i>
URBANA	55.091	54.254	29.760	98,5	
RURAL	54.855	33.067		60,3	
TOTAL	109.946	87.321	29.760	79,4	54

Fonte: Electra, SA (2008, p.29)

Inúmeras são as tentativas para enfrentar o problema da falta de água como indica o quadro 4.2, o chafariz é a forma mais regular de abastecimento (37,26%), seguido de nascentes (29.35%). Se inicialmente a escavação de furos para extracção de água no subsolo (poço) garantia o abastecimento de água a população, não só tornou insuficiente, como a qualidade era duvidosa. Esta situação levou à criação de cisternas públicas abastecida localmente pelos bombeiros da câmara municipal, vendidos depois por um responsável local a um preço considerado simbólico por muitos, na medida em que, tinha vantagens como melhor qualidade, quantidade, acessibilidade e disponibilidade. Com o avanço do tempo as localidades no interior da Santa Catarina pareciam estagnadas em relação aos restantes. Contudo, recentemente tem-se mudado o rumo dos acontecimentos, com instalação da rede pública em várias localidades, sendo da opinião de alguns que o desenvolvimento das localidades e o investimento no mesmo avança ou recua de acordo com o elenco governamental no poder.

A rede pública também é portadora das suas limitações, porque implica boa manutenção técnica e os custos podem não compensar em detrimento do chafariz ou cisterna que ainda funcionam. Embora se formos ter em consideração a inexistência de água no subsolo, a comodidade, disponibilidade e as despesas inerentes a manutenção das instalações o custo não seja exagerado, o problema é mesmo as fracas condições económicas da população.

Quadro 4.2

Modo de abastecimento de água nos municípios do interior de Santiago

Origem de água	Municípios do interior de Santiago				
	S. Domingos	Sta Cruz	Sta Catarina	S. Miguel	Tarrafal
Água da rede pública	3,09 %	16,89 %	19,07 %	20,79 %	26,53 %
Auto-Tanque	16,77 %	1,17 %	4,28 %	-	5,77 %
Cisterna Comunitária	-	0,61 %	3,63 %	8,80 %	10,51 %
Cisterna pública	11,1 %	1,00 %	1,11 %	3,30 %	4,54 %
Chafariz	46,34 %	52,16 %	37,26 %	25,26 %	47,11 %
Poço	17,38 %	12,21 %	1,55 %	2,00 %	0,50 %
Nascente	5,31 %	13,21 %	29,35 %	39,84 %	0,54 %
Levada	-	1,96 %	0,21 %	-	0,95 %
Outro	-	0,79 %	3,54 %	-	3,55 %

Fonte: Electra SA (2008, p.29)

Em Santa Catarina, a potabilidade da água constitui outro problema, como salienta Ventura e Mascarenhas (s/d), com o controlo da qualidade e tratamento feitos de forma muito irregular, em particular no meio rural. Tal facto deve-se à falta de pessoal capacitado, fraca capacidade operativa dos laboratórios, rotura constante de *stock* de reagentes e elevada mobilidade do pessoal técnico. O tratamento da água quando existe resume-se à aplicação de cloro, com regularidade ou pontualmente. As análises da água, dispersas e esporádicas, efectuadas pelo INGRH, mostram a presença de coliformes fecais e a existências de nitritos e nitratos a que se junta a existência de água cada vez mais salobra

Para esses autores, a solução seria aproveitamento das terras improdutivas para promover a infiltração, a construção de cisternas familiares destinadas a recolher águas pluviais, a reutilização das águas residuais, a construção de galerias drenantes e a captação de água do neveiro. A construção de cisternas familiares destinadas a recolher águas pluviais, que se escoam dos telhados. A reutilização poderá, também, fazer parte da solução tendo em conta que o progresso científico e tecnológico tem comprovado que a reutilização de águas residuais é possível e, em certos casos, economicamente viável para diversos usos como o industrial, agrícola, recreativo e panorâmicos, recarga de aquíferos e lavagem de ruas. Finalmente, e não menos importante, um meio alternativo para obtenção de água potável seria a dessalinização da água do mar que existe perto de todas as localidades a beira do litoral e a sensibilização da população para a necessidade de preservação deste recurso. Embora dispendioso, seria um investimento a longo prazo que garantiria o bem-estar da população e não seria prejudicial para o ambiente.

O centro da cidade de Assomada é constituído principalmente por pequenas casas comerciais (lojas e minimercados) que enfrentam com grandes dificuldades a falta de água, muitas vezes temporariamente indisponível, e as constantes falhas de energia eléctrica. Segundo notícias do jornal Inforpress *online*, tem-se verificado cortes sistemáticos e sem aviso prévio com prejuízos crescentes e por vezes irreparáveis. Pelo menos é esta a realidade que se constata a nível das diferentes instituições públicas e privadas que não dispõem de geradores alternativos próprios como é o caso dos serviços de registos civis e notariado que ficam desprovidos, nestas alturas, de condições eléctricas para a emissão de certidões, Bilhete Identidade, etc. Ademais, nos lares e nalgumas lojas, numerosos são os frigoríficos com alimentos a apodrecer, por falta de energia eléctrica (Inforpress, 2009b).

4.4.2 - Dependência da Agricultura e da Importação de Produtos Primários

Sendo um concelho predominantemente rural, a actividade agrícola é relevante, caracterizando-se por pequenas explorações familiares (hortas com produtos sazonais, como a cana de açúcar, a manga, mandioca e hortaliças). A colheita anual (milho, feijão, etc.) constitui a principal fonte de alimentação, é vendida no mercado, enquanto verde e quando seca tratada e guardada tradicionalmente até ao próximo ano agrícola, embora na maior parte das vezes insuficiente porque vai servindo para alimentação durante o período seco.

A origem do problema está essencialmente nos solos que não são de boa qualidade e as condições climáticas. Ao longo do ano persiste uma longa estação seca com mais de nove meses de duração (de Outubro a Julho) e as precipitações são muito concentradas num número reduzido de dias. O ano agrícola começa em Julho no interior de Santiago com as chamadas popularmente por “sementeira em pó”²⁹ com homens empunhando as enxadas nas mãos e as mulheres enterrando as sementes na terra. Para os agricultores, a época das águas é de grande importância para o concelho porque permite que todos os jovens e pessoas desempregadas que gostam de trabalhar possam ter trabalho e garantir desta forma a sua sobrevivência (Inforpress, 2009a).

²⁹ Sementeira em terra seca e debaixo de um sol abrasador.

A pecuária constitui outro dos meios de sobrevivência, com pequenas criações de porcos, vacas, cabras e por vezes galinhas que são vendidos no mercado. Já houve tempo em que os produtos hortícolas constituíam a base da subsistência da população no interior do concelho de Santa Catarina mas com a seca e a consequente falta de água, a maior parte destas pessoas procuraram outros objectivos, como por exemplo dedicaram a compra e venda no mercado, pequeno comércio, extracção de areia (analisado posteriormente) e à emigração.

Outro aspecto importante, em termos ambientais, é a plantação de árvores. Para os pequenos proprietários e os agricultores, em geral, o maior desastre das iniciativas de arborização foi a plantação do pinheiro. Se inicialmente foi plantado em pequenas quantidades nas zonas não aráveis, facilmente se alastrou pelo interior das localidades e nas terras de cultivo devido à sua elevada capacidade de resistência nas condições mais adversas possíveis. Através da raiz consegue alcançar grande profundidade e atingir lençóis de água no subterrâneo não acessível à população. Consegue absorver a água da nascente mais próxima levando muitas vezes a completa extinção fazendo com que deixe de existir a maior parte das hortas em seu redor. Por seu lado, o seu fruto depois de consumido pelos animais e defecado tem a capacidade de reproduzir e a única forma de o fazer secar é queimando-o pela raiz. Nos sítios (ribeiros) onde antigamente predominavam culturas de regadio (cana de açúcar, mandioca, batata...etc.) actualmente são matos de pinheiros cerrados sempre verdes, independentemente da época do ano. Contudo, esta árvore não deixa de ter as suas vantagens, por exemplo, é o maior fornecedor de lenha que para além de usado no seio familiar como energia para confecção de alimentos, é vendido e ajuda na subsistência da família em geral e o seu fruto serve para a alimentação dos animais. De certa forma explica a proibição do seu corte pela raiz mesmo nas propriedades privadas e para podá-los é preciso uma licença municipal.

Em países de economia frágil como Cabo Verde, o abastecimento em energia implica uma pressão considerável sobre a sua estabilidade macroeconómica e de recursos ambientais. A disponibilidade energética é o motor do desenvolvimento na medida em que tem implicações directas sobre produtividade, sector privado, prestação de serviços principalmente para a camada mais pobre e mulheres. A procura energética deve-se principalmente a expansão e o crescimento económico e a crescente procura por parte de nacionais e turistas o que implica uma dependência cada vez maior do exterior como a seguir demonstra o cabaz energético nacional.

4.4.3 – O Sector Energético

O sector energético em Cabo Verde é constituído principalmente pelo consumo de combustíveis fósseis, biomassa e utilização de energias renováveis (energia eólica). O primeiro é constituído pelos derivados do petróleo (a gasolina, o gasóleo, o fuel óleo, o Jet Al, o gás butano e os lubrificantes), com maior peso no consumo interno representando cerca de 41%. O consumo da biomassa é constituído basicamente pela lenha usada nas zonas rurais e periferias da cidade para confecção de alimentos e representa 19,4% do cabaz. As energias renováveis (eólica principalmente), embora ainda representa uma pequena parte são usadas principalmente para produção de electricidade, relativamente a esta última é produzida essencialmente a partir de centrais térmicas utilizando o óleo fuel e diesel. A energia solar é praticamente insignificante limitando-se a bombagem de água (Ministério de Economia Crescimento e Competitividade, 2008).

Apesar de reexportar para aviação e transportes marítimos uma parte dos combustíveis fósseis importados, a maior parte destina-se ao consumo interno para a produção de electricidade, água dessalinizada e transportes. Num país de importação, onde tudo parece descartável, comerciantes e consumidores são indiferentes a recolha e depósito selectivos de lixo, não existe incentivos do Governo, das Câmaras Municipais e das empresas para a reciclagem e o reaproveitamento dos resíduos. A enorme quantidade de embalagens descartáveis e resíduos comerciais atiradas para a natureza são os maiores responsáveis para a degradação ambiental e a emissão de gases com efeito de estufa.

O grande potencial para energias eólicas e solar a par dos progressos tecnológicos recentes e ao elevado preço dos combustíveis fósseis podem ser aliados fundamentais na estratégia de Cabo Verde para diminuir a total dependência energética (com resultados directos no PIB), assim como uma boa arma para combater o desemprego, a pobreza e a exclusão social que atinge cada vez mais a população do meio rural que ainda não possui electricidade.

Segundo estudos da *africainformarket.org* (2004) os primeiros passos no domínio das Energias Renováveis (eólica principalmente), remonta os meados dos anos 80 no âmbito do programa “Step1”, financiado pela cooperação Dinamarquesa (*vide* anexo VIII.1), foram construídos três parques eólicos - Praia, Mindelo e Sal, com potência de 3x300 kW, 3x300 kW e 2x300 kW respectivamente, totalizando 2,4 MW de potência instalada.

Actualmente, e de acordo com o relatório WWEA (2009)³⁰ em 2008, Cabo Verde ocupou o 62.º lugar a nível mundial, com uma potência instalada de 2,8 MW (sem nenhuma alteração desde 2005), embora diversos estudos indicam que Cabo Verde goza de boas condições naturais para o aproveitamento das energias renováveis. Tem um regime de vento com uma velocidade média de 8,04 m/s (atinge 10,4 m/s em Mindelo). Trata-se de um “vento de qualidade” em todo o ano e com predominância na direcção nordeste, o que melhora ainda mais a eficiência dos aerogeradores.

No que toca à energia das ondas, neste momento, existem poucos dados relativos ao seu potencial em Cabo Verde. De acordo com o mapa de recursos mundiais em energia das ondas, este tem um potencial global médio de cerca de 20 KW por metro de frente de onda. Contudo, as grandes entraves a implementação em maior escala das energias renováveis deve-se a duas lacunas fulcrais: pesquisa no sector e a realização de investimentos concretos, prevendo um futuro nada promissor como elucida bem a seguinte citação:

Pode-se de antemão prever que a situação actual do país no sentido energético não é favorável no sentido estrutural (embora o seja no sentido quantitativo). Em síntese o desenho se traduz pelo crescimento da demanda, uma oferta marcada pela ampliação da dependência dos combustíveis e em termos internacionais pela considerável elevação do preço do petróleo. Na outra vertente observa-se um país com um real potencial em energias renováveis sendo este cada vez mais sub-utilizado (africaninformaket.org, 2004, p.5).

Segundo dados do Ministério da Economia Crescimento e Competitividade (2008) muitos desafios ainda se colocam a nível energético para Cabo Verde, caracterizam-se pela fraca capacidade institucional principalmente no que concerne a implementação e regulação das políticas; fraca capacidade de planeamento e investimento no subsector eléctrico dependendo de um único operador na produção de electricidade; insularidade e descontinuidade do território nacional o que torna altamente custoso a importação e distribuição dos combustíveis; inadequação da capacidade de armazenagem e dos meios logísticos o que faz com que embora Santiago representa cerca de 60% do consumo nacional detém apenas 10% de *stock*; sistema de produção e distribuição de energia eléctrica deficiente sendo a procura superior à oferta; fraca penetração das energias alternativas; aumento da procura de água e mobilidade das pessoas no território nacional.

³⁰É uma associação internacional sem fins lucrativos que dedica a promoção e implantação da energia eólica a nível mundial, com membros em 90 países.

Entretanto, Santa Catarina fez uma boa aposta, ao incentivar a instalação de painéis solares térmicos em habitações particulares e algumas aplicações fotovoltaicas isoladas da rede (electrificação rural, aplicações agrícolas, etc.), apesar dos custos elevados. De uma forma geral, no interior do concelho o uso da energia nas casas varia de acordo com as localidades. No meio rural as famílias utilizam a lenha como principal fonte de energia, cortando árvores e arbustos. No meio urbano a eletrificação é mais abrangente e ao mesmo tempo insuficiente. Em termos de aproveitamento de energias renováveis é quase nula.

4.4.4 - Extração de areia e seus efeitos

Devido à sua extrema importância na ilha, é importante salientar as suas potencialidades em termos de recursos naturais disponíveis, bem como as formas de aproveitamento dos mesmos, de modo a perspectivar a sua utilização no contexto do desenvolvimento sustentável.

A exploração dos poucos recursos naturais existentes (extração de inertes), estão a atingir em alguns pontos da ilha o seu limite máximo devido ao crescimento rápido e acelerado da urbanização (MAAP, 2007). Este problema poderá ter começado com o fim dos trabalhos da FAIMO (manutenção de estradas, arborização, sistemas de retenção de água como: muretes, diques, caldeiras e banquetas³¹), restrições a emigração e a seca cada vez mais acentuada. O exercício desta actividade ao mesmo tempo que tornou um meio de subsistência para a população pobre, também é proveitoso para os camionistas e posteriormente para os senhores da construção civil. Mas, os custos revelam-se muito elevados, com praias transformadas em autênticos pedregulhos (consequência nefasta a nível turístico devido ao factor estético e destrutivo), desaparecimento de zonas hortícolas próximas devido a infiltração por superfície.

Apesar da existência de regulamentação da extração de areias nas praias³², até agora não se vislumbram medidas concretas no sentido de por termo a situação. Como refere Mascarenhas (2007, p.58) torna-se difícil para o Governo encontrar alternativas, na medida em que poucas são as soluções que possam ser oferecidas às populações das camadas mais desfavorecidas envolvidas nesta actividade.

³¹ Canais pequenos, abertos em série para recolher as águas pluviais, que se distribuem em função das curvas de nível, com uma separação que varia na razão directa do declive (Sabino, 1991).

³² Decreto-Lei n.º 2/2002, de 21 de Janeiro que Proíbe a extração e exploração de areias nas dunas, nas Praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial.

Figura 4.4

Mar de águas belas depois da extracção de areia



Fonte: fotografias autora, Aguas Belas, 2005.

Figura 4.5

Ribeira próxima do mar, antes planície hortícola



Fonte: Fotografias da autora, 29/08/2005

Segundo dados da Associação para Cooperação entre Povos (2000) o conceito da sustentabilidade surge sobre abordagens redutoras, tendo em vista a necessidade de preservação dos recursos ambientais ou a necessidade de durabilidade económica e financeira dos projectos após o termo do financiamento externo. As incertezas que dominam o quotidiano da população rural fazem com que haja limitação de projectos a longo prazo, por isso, preocupação com a sustentabilidade surge a partir do momento que a subsistência não está ameaçada. Contudo, isto não quer dizer que sustentabilidade seja algo novo para a população, não em termos conceptuais mas no verdadeiro sentido pragmático da palavra, porque os agricultores em particular tem as suas próprias formas de garantir a sustentabilidade geração após geração, através daquilo que lhes assegura o equilíbrio essencial (praticam muitas vezes rotação de culturas, guardam as sementes logo no início das colheitas, etc.)

Capítulo 5 – Análise SWOT do Concelho Santa Catarina

5.1- Análise SWOT – Breve enquadramento

A SWOT *Analysis* foi criada por dois professores da *Harvard Business School*: *Kenneth Andrews* e *Roland Christensen* e aplicada por inúmeros académicos. Para Weihrich (1982, citado em: Leitão & Weihrich, s/d) a matriz SWOT é um modelo conceptual para efectuar análises sistemáticas que facilitem o cruzamento entre os factores externos: Oportunidades (O) e Ameaças (T); e factores internos: Forças (S) e Fraquezas (W); de uma nação, região, território de intervenção, indústria ou empresa.

De acordo com o mesmo autor, as quatro estratégias alternativas a empreender por uma nação, região, território de intervenção, indústria ou empresa são as seguintes:

- A estratégia **S – O** (Maxi - Maxi), é a situação mais desejável, pois, baseia-se na exploração das forças internas para tirar vantagens das oportunidades presentes no ambiente externo;
- A estratégia **S – T** (Maxi – Mini), baseia na organização das forças internas para lidar com as ameaças presentes no ambiente externo, visando maximizar as forças e minimizar as ameaças;
- A estratégia **W – O** (Mini - Maxi), serve de base a um plano de desenvolvimento que visa a conversão de fraquezas em forças, dadas as oportunidades presentes no ambiente externo;
- A estratégia **W – T** (Mini - Mini), é o cenário menos desejável, visa a minimização simultânea das ameaças externas e das fraquezas internas.

Em seguida apresenta-se uma tentativa de aplicação da matriz SWOT, tendo em vista o posicionamento competitivo e as estratégias competitivas para ultrapassar as fraquezas.

5.2 - O Concelho de Santa Catarina: Desenvolvimento Sustentável versus Sobrevivência? Uma análise SWOT

O diagnóstico no presente item assenta na premissa que o concelho deve tirar o máximo proveito das forças internas existentes na população conjugada com as oportunidades no meio externo. Contudo, as fraquezas também devem ser identificadas e alvo de estratégias diferenciadas.

Na elaboração deste SWOT consultou-se os estudos, relatórios e planos realizados recentemente na câmara municipal de Santa Catarina. Tratando-se de uma realidade dinâmica está desactualizado logo no momento em que se conclui.

Quadro 4.3: Análise SWOT do concelho de Santa Catarina

<div> <div>Factores Internos</div> <div>Factores Externos</div> </div>	<p><u>FORÇAS (S)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - População Jovem e alfabetizada; - Emigração, com alta taxa de remessas; - Elevada percentagem de quadros superiores; - Potencial energias renováveis (sol, mar, ondas); - Potencialidades para turismo rural e novas infra-estruturas rodoviárias. 	<p><u>FRAQUEZAS (W)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Pouca capacidade de resposta das autoridades locais; - Não existência de rede sanitária; - Pobreza absoluta nos centros urbanos e relativa abrangente a todo o concelho; - Urbanização descontrolada; - Seca permanente/extracção de areia, alastramento dos pinheiros.
<p><u>OPORTUNIDADES (O)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Parcerias públicas e privados, nacionais e internacionais (câmaras municipais e ONGs); - Crescimento do Sector do turismo, Construção e da Hotelaria; - Elevado comunidade migratória. 	<p><u>Estratégia S – O</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Investir fortemente no turismo levando a criação de infra-estruturas e novos postos de emprego, permitindo o aproveitamento da mão-de-obra qualificada; - Aproveitamento das remessas e integração dos emigrantes nos projectos locais. 	<p><u>Estratégia W – O</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Investimento na cooperação e aliança governamental para por em prática os projectos municipais (instalação de rede sanitária, investimento na formação dos funcionários públicos e a população em geral); - Encontrar alternativas a agricultura para a população rural como não sendo a única forma de sobrevivência.
<p><u>AMEAÇAS (T)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Crise internacional; - Fuga quadros superiores; - Diminuição das remessas e Turismo; - Diminuição de investimentos e ajudas internacionais. 	<p><u>Estratégia S – T</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Investir nas energias renováveis para fugir a importação de combustíveis; - Importar areia dos países vizinhos; - Dar incentivos fiscais aos imigrantes e investidores. 	<p><u>Estratégia W – T</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Investimento em infra-estruturas; - Apostar n reforma tecnológica, pessoal e institucional.

Fonte: Quadro Elaborado pela autora, 2009.

Da análise da matriz SWOT, depreende-se que o quadro estratégico dominante para o concelho de Santa Catarina é: Mini-Maxi, que é justificado pelo facto de que neste momento o concelho precisa converter as fraquezas em forças, dadas as oportunidades presentes no ambiente externo e interno.

Este concelho seria totalmente diferente se tivesse um terço dos recursos naturais não renováveis como tem em energias renováveis e se esses fossem bem aproveitados (sol durante todo o ano; com média anual raramente superior a 25°C e não desce abaixo dos 20°C; vento, oceano cercam as ilhas e os litorais elevando o potencial das ondas). Estas energias são consideradas actualmente como alternativas ao modelo energético tradicional, tanto pela sua disponibilidade (presente e futuro) garantida, como pelo seu menor impacto ambiental. Contudo, o maior senão é que estes recursos são praticamente inexplorados por vários motivos: não existência de meios económicos e financeiros para tal, na medida em que a sua exploração e manutenção é muito dispendiosa; a população não está ambientalmente formada para tirar partido dos potenciais que tem à sua disposição; os governos não têm dedicado as suas verbas na exploração destes recursos que seria uma forma de diminuir a grande dívida externa devido a importação dos combustíveis principalmente.

De uma forma geral, as energias renováveis constituem a força interna principal deste concelho, o governo deve aproveitar os acordos de cooperação, verbas do governo, pedidos de apoio junto da comunidade emigrante para através dos quadros qualificados que o concelho detém, na maior parte das vezes mal empregues ou fora deste, fomentar a criação dos projectos, implementação de estratégias. A construção e manutenção das instalações e serviços ficam a cargo da imensa comunidade jovem que o concelho possui basta que para tal haja programas de formação bem direccionada aos diversos tipos de actividades.

A existência de grandes forças internas como sol e mar durante todo o ano é pouco explorado no concelho, as receitas do município deviam reverter para a construção de vias de ligação acessíveis para o interior das localidades e principalmente litorais, o que ao mesmo tempo contribui para criação de postos de emprego para os mais desfavorecidos e escolarizados, também seria um chamariz para investidores turísticos e criação de empregos para a classe trabalhadora nas instalações hoteleiras.

Das muitas fraquezas do concelho destaca-se a pobreza do solo e do subsolo e a influência do clima, portanto, não possui minerais, a maior parte das localidades situam no interior da ilha e não podem contar com o natural recurso do mar e das praias. As estações do ano resumem ao verão longo, quente e seco e um inverno curto e pouco rigoroso. A agricultura e a pecuária não desenvolvem muito na medida que estão directamente interligados a esses factores. As pequenas propriedades rurais destinam-se quase exclusivamente a produção para consumo familiar e por ser feito em terrenos impróprios aliado a práticas culturais e técnicas arcaicas, põe em risco a sustentabilidade ambiental.

Portanto, não será através dos recursos naturais que se vai atingir um desenvolvimento do concelho. A estratégia para o desenvolvimento rural seria o fomento do desenvolvimento da agricultura familiar porque existe uma boa margem de crescimento económico para uma agricultura familiar voltado para o mercado e com alguma rentabilidade (Silva, 2009, p.37). Apesar da concorrência dos produtos internacionais, os produtos nacionais hortícolas e frutícolas teriam um bom mercado no sector turístico em expansão e pela camada da população que já aposta numa dieta mais diversificada, como o Plano de Acção de 1996 da Cimeira Mundial de Alimentação recomenda.

Encorajar onde apropriado a produção e uso de culturas alimentares tradicionais, culturalmente adequados e sub-utilizados, incluindo grãos, sementes, oleaginosas, raízes, tubérculos, fruta e hortícolas, promovendo a criação de hortas e jardins caseiras e onde apropriados, jardins escolares e agricultura urbana, usando tecnologias sustentáveis (FAO, 1996).

Relativamente a pecuária seria muito proveitoso um investimento na pesca e criação de gados (vacas e porcos) e posteriormente a exportação dos derivados. Incentivar os proprietários a não fazer só a criação mas vender e fazer novas aquisições no sentido de manter o ciclo em actividade. Estes investimentos ao mesmo tempo que seria uma oportunidade para o desenvolvimento de pequenas empresas, direcciona a população rural para actividades melhor remuneradas e mais produtivas e melhora a qualidade de vida da população.

Como forma de combater a seca e a falta de emprego são consideradas boas iniciativas, os programas de desenvolvimento rural adoptado por diversos ONGs, ao contrário da criação após a independência da FAIMO. Embora tendo desempenhado um papel fundamental, este organismo transformou-se num elemento social de perpetuação da dependência do estado. Actualmente é privilegiado o associativismo rural, que consiste na responsabilização da comunidade pela identificação dos projectos, definição das prioridades, execução dos trabalhos e ainda a gestão e manutenção dos mesmos. São programas consistentes porque ao mesmo tempo que une a comunidade em torno de um objectivo comum, contribui para criação de novos postos de emprego, são mais valorizados na medida em que não foi elaborado por alguém exterior a comunidade e contribui para o desenvolvimento da localidade. Estas medidas evitam algumas desconfianças em relação as verdadeiras intenções das acções de terreno, principalmente junto dos mais desfavorecidos e com menos acesso a informação.

Outra alternativa seria o turismo rural e para isso é preciso preparar a população, como é exemplo a chã das caldeiras na ilha do fogo, em que muitas famílias receberam formação voltadas para o turismo de base familiar (restauração, hospedagem, conhecimento básico das línguas estrangeiras e animação Sócio cultural). Bom exemplo constitui igualmente as experiências de ecoturismo efectivadas em muitas partes do Brasil, que permitiriam conhecer as possibilidades positivas e negativas de conciliação entre preservação dos recursos naturais e promoção de actividades económicas (CE/FAO, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação analisou a possível complementaridade entre desenvolvimento sustentável e pobreza em Cabo Verde, mais especificamente no concelho de Santa Catarina.

Ao longo deste trabalho, ficou claro que o crescimento e desenvolvimento são conceitos totalmente diferentes. Entendeu-se que o crescimento não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça social, pois ele não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida, a não ser a acumulação de riquezas, que se faz nas mãos apenas de alguns poucos indivíduos. Já o desenvolvimento preocupa com a geração de riquezas sim, porém, com o objectivo de fazê-lo de forma distribuída, melhorando a qualidade de vida da população como um todo, trazendo qualidade ambiental ao planeta

Por um lado, constatou-se que a pobreza, apesar de generalizada, se manifesta de forma absoluta, embora em menor quantidade nos meios urbanos e é relativa nos meios rurais, embora em maior escala. Por outro lado, os indicadores socioeconómicos e ambientais demonstram que a degradação ambiental está directamente relacionada com a situação económica dos agregados familiares, na medida em que os recursos ambientais constituem na maior parte das vezes a base da subsistência familiar.

O desenvolvimento sustentável (no sentido apresentado pelas Nações Unidas) parece utópico a curto prazo. Consideramo-lo porque a análise que efectuamos sobre os indicadores socioeconómicos e ambientais tornou óbvio que a pobreza está directamente relacionada com a degradação ambiental e as ameaças e fraquezas ultrapassam as forças e potencialidades do concelho, como demonstram factores como: capacidade limitada de supervisão da aplicação da lei quer em termos humanos, quer em termos técnicos e financeiros; poucos recursos humanos a nível das instituições ambientais; os municípios não incluem as actividades ambientais nos seus orçamentos anuais; o *Master Plan* do turismo não contribui para a sustentabilidade do sector; a extracção e utilização de areia com proveniência ilegal continuam a ser o problema ambiental grave em Cabo Verde, na medida em que não existe procedimentos de controlo da origem da areia, mesmo a consumida pelas obras da administração pública.

Todavia, visto de uma forma adequada ao contexto em estudo, este projecto pode ser perfeitamente complementar a longo prazo, porque, ao contrário de muitos países africanos, Cabo Verde tem cultivado uma boa governação, o que o permite beneficiar de algum investimento externo, designadamente no sector turístico e da construção civil. Práticas como liberalização da economia, promoção da democracia, a descentralização, o estado de direito e o respeito pelos direitos humanos estimula investimentos estrangeiros e permite a manutenção das ajudas externas visando o crescimento sustentado de 6 a 8% que ainda não está criado para alcançar totalmente os objectivos do milénio.

Para ser complementar também é preciso adaptar o conceito de desenvolvimento sustentável ao contexto em estudo, visando uma resposta positiva à pergunta de partida sugere-se outra alternativa, uma definição de desenvolvimento económico sustentável aplicado ao terceiro mundo, ou seja, um conceito que não tem o crescimento económico como directamente relacional com o crescimento do PIB.

Diz respeito directamente a melhoria do nível de vida dos pobres, à qual pode ser medida quantitativamente em termos de alimentação, renda real, serviços educacionais e de saúde, saneamento e abastecimento de água., e não diz respeito somente ao crescimento económico no nível de agregação nacional (Barbier, 1987, p.101).

Uma vez que se optou por fazer incidir o estudo de caso num pequeno concelho no interior de uma ilha, torna-se ainda mais difícil a possibilidade de antever um desenvolvimento sustentável. Mas pensado a longo prazo, faz sentido a resposta ser afirmativa, pese embora, seguindo as estratégias derivadas da análise SWOT, podermos chegar à conclusão de que investindo nas potencialidades do concelho para neutralizar as ameaças internas e externas se pode alcançar, embora com muito trabalho, uma possível complementaridade. O mesmo possivelmente vai suceder em Cabo Verde no seu conjunto, sendo altamente provável que o país venha a atingir a maior parte dos objectivos do milénio até 2015.

É uma evidência de que, quando se fala no possível desenvolvimento sustentável não se aplica o conceito enunciado pelas Nações Unidas, porque como é notório este conceito pode ser de todos o mais consensual e faz todo sentido quando temos um ponto de partida. Mas seria importante cada país partir deste conceito e adaptá-lo à sua realidade.

Ainda nenhum país atingiu totalmente a sustentabilidade (no sentido de harmonia total entre economia, ambiente e sociedade), independentemente do seu nível de recursos, o que leva a pensar que provavelmente a existência de recursos não é suficiente, então aqui propõe-se como alternativa meios humanos. Acredita-se que o ser humano está no centro dessa relação toda e é responsável pelo bom e mau do que acontece à sua volta, portanto, educando um ser humano mais consciente dos seus actos não só os torna mais produtivos no sentido de serem selectivos nos meios e técnicas para atingir os seus objectivos como são conscientes do que os seus actos representam para a sua vida.

Para se alcançar a complementaridade é essencial que Cabo Verde e o concelho de Santa Catarina, em particular, apostem em algumas áreas que facilitam o incremento das políticas fomentadoras do desenvolvimento sustentável, tais como:

- Promover a estabilidade macroeconómica e as reformas centradas nos pobres;
- Desenvolver e promover instituições e administrações públicas eficazes visando a efectivação dos programas educativos;
- Incentivar a participação popular na preservação dos recursos naturais;
- Fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar e promover mercados específicos para os produtos de agricultura familiar;
- Investir em infra-estruturas complementares e pesquisas para viabilizar o uso de tecnologias adequada a diferentes situações que permitem ganhos de produtividade aliados à preservação dos recursos naturais;
- Os países ricos têm de converter as dívidas em apoios e estratégias de desenvolvimento claramente identificadas e seleccionados no sentido da redução da pobreza e da promoção do desenvolvimento a longo prazo.

Tendo em vista o desenvolvimento sustentável, a educação ambiental parece ser a forma mais directa e funcional de conseguir a participação da população. É possível a complementaridade a partir do momento em que haja condições para que não sejam directamente relacionados pobreza e degradação ambiental, ou seja, no momento em que o pilar social seja o mediador certo da relação entre o pilar económico e ambiental, na medida em que pobres com boa educação ambiental saberão aproveitar do meio ambiente de forma sustentável. Nisto tudo há necessidade de uma intervenção circular que começa com um grande investimento no capital humano visando acções mais conscientes sobre o meio ambiente envolvente e consequentemente um impacto positivo no combate a pobreza.

Este trabalho visou estimular e animar o debate e a reflexão sobre as questões ambientais em contexto de pobreza e que esta possa um dia surtir apenas efeitos positivos. Espera-se que as pistas para reflexão futura tenham indicado que embora pareça impossível a curto prazo, neste contexto, devido a aspectos antagônicos como: pobreza, recursos naturais inexistentes e alta densidade populacional, o que implica total dependência do ambiente e a sua exploração até a exaustão. As forças e potencialidades demonstram que podem-se complementar apostando na educação ambiental dos jovens, remessas dos emigrantes e energias renováveis.

BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, S. P.** (1997) *O Estado Novo e os Seus Vadios: Contribuições para o Estudo das Identidades Marginais e da sua Repressão*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BRITO, Í.** (2009) *A Economia dos Conflitos Violentos em África*. Lisboa: Linha de Investigação em Africanologia e Lusofonia/UEICTS e CEAD – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- DUARTE, D. A.** (1998) *Bilinguismo ou Diglossia? As relações de força entre o crioulo e o português na sociedade cabo-verdiana*. Praia: Spleen.
- HAYES A. & NADKARNI M. V.** (2001) *Poverty, Environment and Development. Studies of four countries in the Asia Pacific Region*. Tailândia: UNESCO Principal Regional Office for Asia and the Pacific.
- MASCARENHAS, J. M.** (2007) *A problemática do Solo e da Água e o Ordenamento do Território em Santiago (Cabo Verde)*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- NASCIMENTO, J. O. R.** (2004) Nação e Estado na Constituição da República de Cabo-Verdiana. In: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, A Questão Social no Novo Milénio*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (CES - FEUC) em colaboração com várias outras instituições: Centro de Estudos Sociais.
- PEREIRINHA, J.** (1992) «Pobreza e Exclusão Social: Fronteiras Conceptuais, Relevância para a Política Social e Implicações na sua medida». In: *Análise Social*, nº102, Lisboa: ICS.
- QUERIDO, C. M.** (2005) *Estabilização Macroeconómica e Financiamento do Desenvolvimento em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Centro de Documentação e Informação.
- REARDON, T. & VOSTI, S.** (1995) *Links between Rural Poverty and the Environment in Developing Countries: Asset categories and investment poverty*. World Development Vol.23, nº 9, pp. 1495-1506.
- ROMANA, H. A. C. B.** (1997) *São Tomé e Príncipe – Elementos para uma Análise Antropológica das suas Vulnerabilidades e Potencialidades*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa.

- ROSTOW**, W. W. (1962) *The Process of Economic Growth*. 2ªed. New York: The Norton Library.
- SABINO**, A. A. (1991) *Conservação do Solo e Água (Teoria e Prática)*. Praia: Ministério de Agricultura.
- SACHS**, I. (1986) *Ecodesenvolvimento, Crescer sem Destruir*. São Paulo: Vértice.
- SCHUMACHER**, E. F. (1999) *Small is Beautiful: Economics as if People Mattered*. Nova York: Hartley & Marks Publishers.
- SILVA**, A. L. C. (2004b) Cabo Verde: Desafios económicos e a estruturação do estado. Do estado – providencia (sem contribuintes) ao liberalismo sem empresários. In: *O ciclo da I república, Esboço preliminar de uma comunicação a ser apresentada no VIII congresso Luso – Afro-brasileiro, 16 a 18 de Setembro de 2004, Coimbra*. Centro de Estudos Sociais, Faculdade Economia, Universidade Coimbra.
- SILVA**, J. H. C. (2009) *Importância da Horticultura para a Segurança Alimentar em Cabo Verde. Estudo de Caso na Ilha do Fogo*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Agronómica, Instituto Superior de Agronomia - Universidade Técnica de Lisboa.
- TOLENTINO**, A. C. et al. (2008) *Impacto das Remessas dos Imigrantes em Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- THOMAS**, C. (2005) Poverty, Development and Hunger. In: Baylis, J. et al (eds.) *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. 4ªed. New York: Oxford University Press, pp.470-487.
- VAN-DÚNEM**, E. P. J. (2003) *Recursos Hídricos e sua Importância para o Desenvolvimento Sustentável e Bem-Estar. O abastecimento de água potável e a redução de doenças de transmissão hídrica*. Lisboa: Instituto Nacional do Livro e do Disco – INALD.
- VEIGA**, J. E. (2005) *Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- VEIGA**, M. (2002) *O Caboverdiano em 45 lições*. Praia: INIC
- WATERS**, M. (1995) *Globalization*. London: Routledge.
- WAQUIL**, P.D; **FINCO**, M.V.A & **MATTOS**, E. J. (2004) *Evidências da Relação entre Pobreza e Degradação Ambiental no Espaço Rural do Rio Grande do Sul*.

Jornais e Revistas:

ALMEIDA, G. (2009) Os Pobres no Campo. *África 21*, nº25, p.43.

AMIN, S. (2006) The Millennium Development Goals: A critique from South. *Monthly Review*, 57 (10).

BARBIER, E. B. (1987) The Concept of Sustainable Economic Development. *Environmental Conservation*, 14, pp.101-110.

CABRAL, M. L. (2009) A Guiné-Bissau na Encruzilhada da Globalização. *Le Monde Diplomatique*, edição portuguesa, II série (30) Abril, p.2.

COSTA, A. B. (1984) Conceito de Pobreza. In: comissão do livro branco da segurança social. *Estudos de Economia*. Lisboa: Segurança Social, 4 (3), pp. 275-295.

DIEGUES, A. C. S. (1992) Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis – da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em perspectiva*, 6 (1-2), pp. 22-29.

ECHEVERRIA, R. G. (2000) Opciones para Reducir la Pobreza Rural en América Latina e el Caribe. *Revista de la CEPAL 70*. Banco Interamericano de Desarrollo, pp.147-158.

ESTÊVÃO, J. (1989) Desenvolvimento Endógeno e Integração Económica Regional em África - Algumas Considerações Sobre a Estratégia Cabo-Verdiana de Desenvolvimento. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº10/11, pp. 179-187.

LAYRARGUES, P. P. (1997) Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: Evolução de um Conceito? *Proposta*, 24 (71), pp. 1-5.

MAGALHÃES, C. (2009) Ganhar com a Crise. *África 21*, (25) Janeiro, pp. 22-23.

RIBEIRO, G. L. (1991) Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Ideologia /Utopia do Desenvolvimento. *Série de Antropologia*. Brasília: Departamento de Antropologia/ UnB.

SARMENTO, C. M. (2004) Europa Transatlântica - Diálogos Culturais e Culturas Estratégicas. In: *Cultura. Revista de história e teorias das idéias: idéias de Europa*. II série, XIX, Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, pp. 59-76.

WEIHRICH, H. (1982) The Tows Matrix - A Tool for Situational analysis. Long Range Planning, Pergamon Press Ltd, 15 (2) Abril, pp.54-66. Citado em: Leitão, J. & Deodato C. (S/D) *Porter e Weibrich: Duas Faces de uma Matriz Estratégica para o Desenvolvimento da Indústria de Moldes Portuguesa*. «Disponível em <http://129.3.20.41/eps/io/papers/0506/0506007.pdf>.»

Fontes Institucionais:

ACTIONAID INTERNATIONAL, ed. (2006) *Real Aid 2: Making Technical Assistance Work* [internet]. Disponível em

«http://www.actionaid.org.uk/100473/real_aid_reports.html»[Acedido a 25 de Maio 2009].

AFRICAINFORMMARKET.ORG (2004) *O Sector das Energias Renováveis em Cabo Verde*. Série notas sectoriais. Canárias: Direcção Geral de Relações com África.

ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS (2000) *O Associativismo e o Micro – Crédito na Luta Contra a Pobreza pela Promoção do Bem-Estar Rural: Estudos de Casos em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique*. Vol.1. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Departamento de Cooperação.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK/ORGANISATION FOR ECONOMIC CO - OPERATION DEVELOPMENT (2008) Cabo Verde. In: AfDB, ed. *African Economic Outlook 2008*. Organisation for Economic Co – Operation Development, pp. 195-209.

ASIAN NGO COALITION FOR AGRARIAN REFORM AND RURAL DEVELOPMENT (1989) *The Manila Declaration on People's Participation and Sustainable Development*. Manila, Philippines: ANGOC.

BANCO DE CABO VERDE (2009) *Relatório Anual 2008*. Praia: Banco de Cabo Verde.

BANCO DE PORTUGAL (2008) Cabo Verde. In: Banco de Portugal, ed. *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2007/2008*. Lisboa: Departamento das Relações Internacionais - Área da Cooperação do Banco de Portugal. Cap. II, pp. 37-54.

CE/FAO (2007) *A Importância das Questões Fundiárias para Segurança Alimentar*. Cabo Verde: MAA, UE, FAO.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1991) *Nosso Futuro Comum*. 2ªed.Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

COMITÉ AFRICANO DE MINISTROS DAS FINANÇAS E GOVERNADORES DOS BANCOS CENTRAIS (2009) *Impact of the Crisis on African Economies – Sustaining Growth and Poverty Reduction. African Perspectives and Recommendations to the G20*. Committee of African Finance Ministers and Central Bank Governors established to monitor the crisis.

COMMISSION ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT (2006) *Global Trends and Status of Indicators of Sustainable Development*. New York: United Nation Department of Economic and Social Affairs.

COMITÉ COMBATE À SIDA (2006) *Plano Estratégico Nacional de Luta Contra a Sida (2006-2010)*. Praia: Ministério Saúde.

ELECTRA, SA (2008) *Relatórios e Contas*. São Vicente: Electra.

FAO (1996) *Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação*. Itália: World Food Summit, p.36.

FOREIGN POLICY/FUND FOR PEACE (2009) *The Failed States Index 2009* [internet]. Disponível em:

«http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/06/22/the_2009_failed_states_index»

[acedido a 15 de Agosto 2009].

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT / WORLD BANK (2007) *Doing Business 2008*. Washington, D.C: World Bank and the International Finance Corporation.

INECV (2001) *Recenseamento Geral População Habitação Censo 2000 - Características Económicas da População*. Praia: Instituto Nacional de Estatística. Gabinete do Censo 2000.

_____ (2008) *Workshop de Disseminação dos resultados da pobreza em Cabo Verde*. Praia: INECV.

_____ (2009) *Indicador de Clima Económico, Síntese Económica (VE – MM3)*. 1º Trimestre 2009. Praia: Instituto Nacional de Estatística, Direcção de Método e Gestão de Informação, Serviço de Conjuntura.

INECV E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO (2004) *Diagnóstico da Pobreza. Relatório nº X*. Praia: Sector da Redução da Pobreza e Gestão Económica Região da África Subsaariana.

INECV, MINISTÉRIO DA SAÚDE E MACRO INTERNATIONAL (2008) *Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva, Cabo Verde, IDSR-II, 2005*. Calverton, Maryland, USA: INE.

IPAD (2008) *Relatório de Progresso 2008 – Eficácia da Ajuda*. Lisboa: MNE / IPAD / Direcção de Serviços de Planeamento.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCAS -DIRECÇÃO GERAL DO AMBIENTE (2004a) *Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde*. Praia: MAAP.

____ (2004b) *Segundo Plano Nacional para o Ambiente (PANAI) - Cabo Verde 2004 – 2014*. Praia. MAAP/DGA.

____(2007) *Relatório sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde*. MAAP.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE (2008) *Construindo um Futuro Energético Seguro e Sustentável – Política Energética de Cabo Verde*. Praia: MECC.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2008) *Relatório Estatístico 2007*. Praia: Ministério da Saúde – Gabinete de Estudos, Planeamento e Cooperação.

MONTEIRO, A. & DELGADO, F. (2004) *Perfil Demográfico, Socioeconómico e Sanitário de Cabo Verde*. Praia: Instituto Nacional de Estatística – CERPOD (Centro de Estudo e Pesquisa em Matéria de População e Desenvolvimento).

NAÇÕES UNIDAS (2008) *The Millennium Development Goals Report 2008*. New York: United Nations.

NAÇÕES UNIDAS (2009) *The Millennium Development Goals Report 2009*. New York: United Nations.

POPULATION REFERENCE BUREAU (2008) *2008 World Population Data Sheet*. Washington DC: Nações Unidas

PRB (2009) *2009 World Population Data Sheet*. Washington DC: Nações Unidas.

PROGRAMA NAÇÕES UNIDAS AMBIENTE (2006) *L'Avenir de L'Environnement en Afrique 2 – Notre Environnement, Notre Richesse*. ONU.

PROGRAMA NAÇÕES UNIDAS DESENVOLVIMENTO (2007) *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008. Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido*. Coimbra: Edições Almedina SA

RODRIGUES F. & ROCHA F. (2006) *O Clima Económico em CV. O Estado de Espírito dos Empresários Cabo-Verdianos*. Praia: INE.

ROCHA, C. Y. et al (2007) *Relatório da Transversalidade e Sinergia entre as três Convenções Internacionais: CCD, CBD, CCC*. Praia: Cabo Verde, PNUD e Global Environment Facility.

SOUZA, R. M et al. (2003) *Critical Links: Population, Health, and Environment*. Washington, DC: Population Reference Bureau, 58 (3).

TRANSPARENCY INTERNATIONAL (2008) *Transparency International Annual Report 2007*. Inken Denker, Mike Sidwell

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL (2007) *International Migration and Development in Least Developed and Landlocked Developing Countries: Challenges and Opportunities*. Economic and Social Commission for Asia and the Pacific.

VENTURA, J. &. MASCARENHAS, J. M. (S/D) *A problemática dos Recursos Hídricos em Santiago*. Cabo Verde – Rede de Desenvolvimento Regional.

WCED (1987) *Our Common Future* (Brundtland Report).Oxford: Oxford University Press.

WORLD WIND ENERGY ASSOCIATION (2009) *World Wind Energy Report 2008*. Bonn Germany: WWEA

Áudio e vídeo

Nha Terra, Nha Cretcheu (2009) Lisboa, RTP África, 22 de Julho 2009, [Programa TV].

Tolentino, C. (2008) Cabo Verde: O Peso da Remessa dos Emigrantes. *Temas e Debates*. VOA News.com, 09 de Maio 2008, [áudio].

Documentos Electrónicos

CÂMARA DE COMÉRCIO INDÚSTRIA E TURISMO DE PORTUGAL CABO VERDE (2009) Breve caracterização de Cabo Verde. Disponível em «<http://www.portugalcaboverde.com/item1.php?lang=1&idchann=33&idpage=113>» [consultado a 15 Dezembro 2008].

INFORPRESS (2009a) Camponeses iniciaram faina agrícola no interior Santiago sem esperar pela chuva. *Inforpress* [internet], 15 de Julho. Disponível em «http://www.inforpress.publ.cv/index.php?searchword=camponeses&option=com_search&Itemid=56» [Página consultada a 12 de Agosto 2009]

INFORPRESS (2009b) No interior de Santiago. Alimentos apodrecem por falta de energia eléctrica. *Inforpress* [internet], 15 de Julho. Disponível em

«http://www.inforpress.publ.cv/index.php?searchword=camponeses&option=com_search&Itemid=56» [Consultado a 12 de Agosto 2009].

NORBERTO, B. C. S. (2009) Não Queremos ter um País de Rendimento Médio no Papel. *Liberal* [Internet], 05 Abril. Disponível em: «http://www.aprh.pt/pdf/citacao_fontes_%20bibliograficas.pdf» [Acedido a 16 de Agosto 2009].

MACAUHUB (2009) Cabo Verde: Uma história de sucesso africana numa economia dependente do exterior. *Macauhuf*. Disponível em: «<http://www.macauhuf.com.mo/pt/news.php?ID=7175>» [Acedido em 6 de Abril 2009].

MDG MONITOR (2007) Perfil dos ODM em Cabo Verde. Disponível em: «http://www.mdgmonitor.org/factsheets_00.cfm?c=CPV&cd=132» [acedido a 18 de Março 2009].

POLLOCK, A. (2008) Para críticos as metas do Milénio são muito gerais. *IPS/Envolverde*, 11/02/2008. Disponível em: «<http://www.mwglobal.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=3575>». [Acedido a 23 de Agosto 2009].

Legislação:

Lei nº 63/VI/2005 – Cria Município de São Salvador do Mundo na ilha de Santiago (Boletim Oficial I Série, nº 19 de 9 de Maio de 2005).

Decreto-Lei nº 2/2002 - Proíbe a extracção e exploração de areias nas dunas, nas Praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial, de 21 de Janeiro.

Lei nº 48/V/98 - Regula a actividade florestal – Boletim Oficial I Série, nº 13 de 6 de Abril de 1998.

Websites Consultados:

<http://www.ams.cv> – Associação Município de Santiago

<http://www.bcv.cv/> – Banco de Cabo Verde

<http://www.portugalcaboverde.com> – Câmara de Comércio Indústria e Turismo de Portugal Cabo Verde

<https://www.cia.gov> - CIA – The World FactBook – Cape Verde

<http://www.governo.cv/> - Governo CV

<http://www.ine.cv/> – Instituto Nacional Estatística Cabo Verde

<http://www.mdgmonitor.org/> - MDG Monitor - Tracking the Millennium Development Goals

<http://www.worldbank.org/> - World Bank

<http://mdgs.un.org/> - Unstats Millennium Indicators

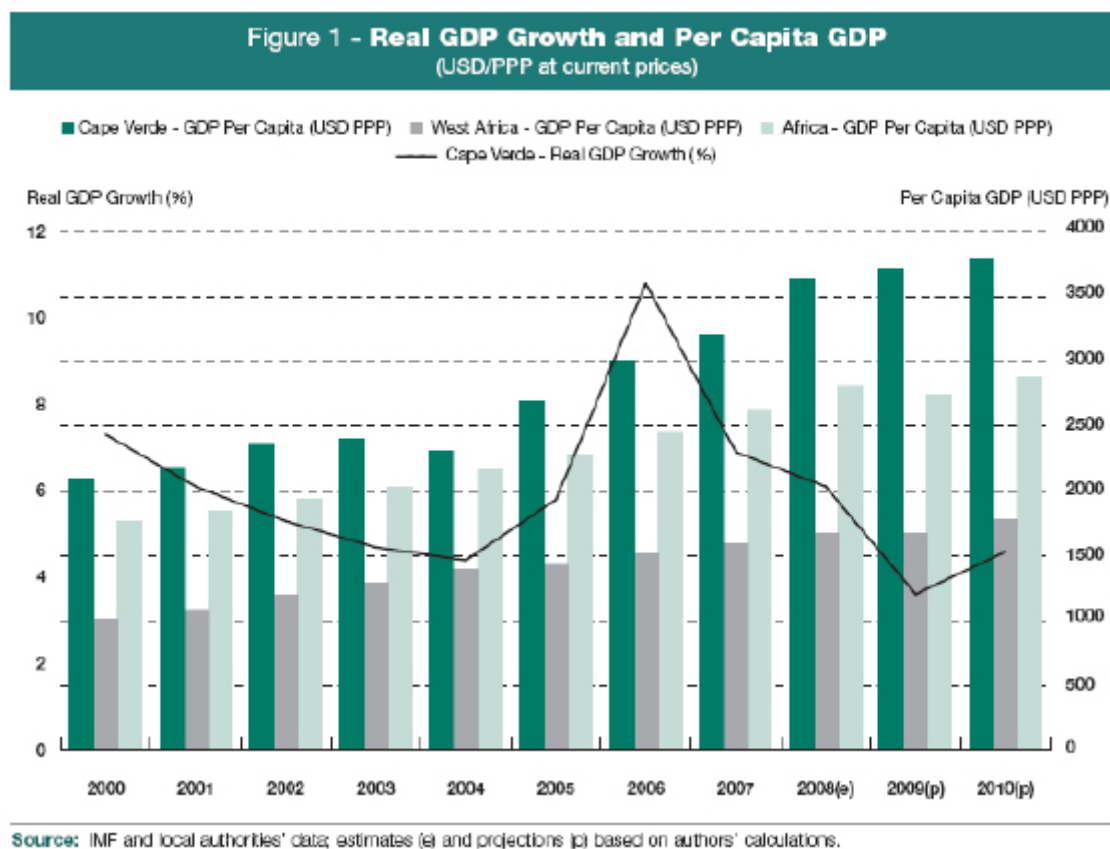
<http://www.sia.cv/> – Sistema da Informação Ambiental de Cabo Verde

Os websites foram consultados entre os meses de Fevereiro a Outubro de 2009

ANEXOS	
ANEXO I.1	Mapa Regional de África
ANEXO II.1	Crescimento Real e <i>Per Capita</i> da Economia cabo-verdiana
ANEXO III.1	Objectivos Desenvolvimento Milénio CV (1990 - 2008)
ANEXO IV.1	Ajuda Publica ao Desenvolvimento Portuguesa (2005/2008-dados finais)
ANEXO V.1	Índice de Desenvolvimento Humano (2007/2008)
ANEXO VI.1	Distribuição dos Concelhos da ilha de Santiago
ANEXO VII.1	Convenções Internacionais Ratificadas por Cabo Verde
ANEXO VIII	Breve Histórico das Energias Renováveis em Cabo-Verde

Anexo II.1

Crescimento Real e *Per Capita* da Economia cabo-verdiana



Fonte: African Development Bank/Organisation for Economic Co - Operation Development (2008, p.197)

Anexo III.1

Objetivos Desenvolvimento Milênio CV (1990 - 2008)

	1990	1995	2000	2005	2008
Goal 1: Eradicate extreme poverty and hunger					
Employment to population ratio, 15+, total (%))	57	57	56	55	56
Employment to population ratio, ages 15-24, total (%))	56	53	46	41	39
GDP per person employed (annual % growth))	1	4	3	3	2
Income share held by lowest 20%)	4,5
Malnutrition prevalence, weight for age (% of children under 5))
Poverty gap at \$1.25 a day (PPP) (%))	6
Poverty headcount ratio at \$1.25 a day (PPP) (% of population))	21
Prevalence of undernourishment (% of population))
Vulnerable employment, total (% of total employment))	40
Goal 2: Achieve universal primary education					
Literacy rate, youth female (% of females ages 15-24))	86	97	98
Literacy rate, youth male (% of males ages 15-24))	90	96	97
Persistence to last grade of primary, total (% of cohort))	90	89	88
Primary completion rate, total (% of relevant age group))	54	66	102	81	86
Total enrollment, primary (% net))	98	91	85
Goal 3: Promote gender equality and empower women					
Proportion of seats held by women in national parliaments (%))	12	11	11	11	18
Ratio of female to male enrollments in tertiary education)	100	104	121
Ratio of female to male primary enrollment)	93	96	97	95	94

Ratio of female to male secondary enrollment)	104	107	118
Share of women employed in the nonagricultural sector (% of total nonagricultural employment))	38,9
Goal 4: Reduce child mortality					
Immunization, measles (% of children ages 12-23 months))	79	66	80	65	74
Mortality rate, infant (per 1,000 live births))	45	37	31	26	24
Mortality rate, under-5 (per 1,000))	60	50	42	35	32
Goal 5: Improve maternal health					
Adolescent fertility rate (births per 1,000 women ages 15-19))	..	107	104	98	95
Births attended by skilled health staff (% of total))	..	54	89	78	..
Contraceptive prevalence (% of women ages 15-49))	53	61	..
Maternal mortality ratio (modeled estimate, per 100,000 live births))	210	..
Pregnant women receiving prenatal care (%))	99	98	..
Unmet need for contraception (% of married women ages 15-49))
Goal 6: Combat HIV/AIDS, malaria, and other diseases					
Children with fever receiving antimalarial drugs (% of children under age 5 with fever))
Condom use, population ages 15-24, female (% of females ages 15-24))
Condom use, population ages 15-24, male (% of males ages 15-24))
Incidence of tuberculosis (per 100,000 people))	175	168	160	153	151
Prevalence of HIV, female (% ages 15-24))
Prevalence of HIV, male (% ages 15-24))
Prevalence of HIV, total (% of population ages 15-49))

Tuberculosis cases detected under DOTS (%))	42	39	44
Goal 7: Ensure environmental sustainability					
CO2 emissions (kg per PPP \$ of GDP))	0,2	0,2	0,2	0,2	..
CO2 emissions (metric tons per capita))	0,2	0,3	0,4	0,6	..
Forest area (% of land area))	14	17	20	21	..
Improved sanitation facilities (% of population with access))	..	40	41
Improved water source (% of population with access))	..	79	80
Marine protected areas, (% of surface area))
Nationally protected areas (% of total land area))
Goal 8: Develop a global partnership for development					
Aid per capita (current US\$))	297	291	214	340	332
Debt service (PPG and IMF only, % of exports, excluding workers' remittances))	9	10	10	9	4
Internet users (per 100 people))	0,0	0,2	1,8	6,1	20,6
Mobile cellular subscriptions (per 100 people))	0	0	4	17	56
Telephone lines (per 100 people))	2	5	12	15	14
Other					
Fertility rate, total (births per woman))	5,2	4,4	3,7	3,0	2,8
GNI per capita, Atlas method (current US\$))	890	1.160	1.310	2.040	3.130
GNI, Atlas method (current US\$) (billions)	0,3	0,5	0,6	1,0	1,6
Gross capital formation (% of GDP))	22,9	42,4	19,7	37,1	42,9
Life expectancy at birth, total (years))	66	67	69	70	71
Literacy rate, adult total (% of people ages 15 and above))	63	81	84
Population, total (millions)	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5
Trade (% of GDP))	56,4	78,3	88,9	66,7	74,6

Fonte: World Development Indicators Database

Anexo IV.1

Ajuda Publica ao Desenvolvimento Portuguesa 2005/2008 (dados finais)

Ajuda Pública ao Desenvolvimento Portuguesa 2005/2008 (Dados Finais)

	Minhas de Euros							
	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
APD BILATERAL, TOTAL	175.644	100	168.333	100	197.360	100	258.862	100
ANGOLA	16.836	9,6	15.996	9,5	13.975	7,1	13.250	5,1
CABO VERDE	36.499	20,8	37.688	22,4	31.921	16,2	43.286	16,7
GUINÉ-BISSAU	10.874	6,2	11.761	7,0	11.518	5,8	12.371	4,8
MOÇAMBIQUE	18.150	10,3	17.268	10,3	15.799	8,0	17.410	6,7
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	9.224	5,3	8.952	5,3	9.539	4,8	9.209	3,6
PALOP **	4.295	2,4	2.891	1,7	4.124	2,1	3.539	1,4
TIMOR LESTE	27.907	15,9	30.674	18,2	34.071	17,3	27.030	10,4
OUTROS PAÍSES	51.859	29,5	43.103	25,6	76.413	38,7	132.767	51,3
dos quais:								
MARROCOS	668	0,4	180	0,1	188	0,1	66.063	25,5
AFEGANISTÃO	4.461	2,5	5.243	3,1	6.567	3,3	9.829	3,8
BÓSNIA	7.626	4,3	4.634	2,8	9.291	4,7	15.002	5,8
APD MULTILATERAL, TOTAL	127.782	100	147.441	100	146.366	100	171.093	100
NAÇÕES UNIDAS	8.397	6,6	8.134	5,5	9.071	6,2	7.805	4,6
1.1. Nações Unidas - Agências, Fundos e Comissões	8.397	6,6	8.134	5,5	9.071	6,2	5.502	3,2
COMISSÃO EUROPEIA	102.708	80,4	99.139	67,2	103.270	70,6	111.792	65,3
2.1. Orçamento CE p/ Países em Desenvolvimento	76.600	59,9	72.740	49,3	75.480	51,6	79.300	46,3
2.2. FED - Fundo Europeu para o Desenvolvimento	22.601	17,7	24.347	16,5	25.608	17,5	29.164	17,0
2.3. BEI - Banco Europeu de Investimento	3.507	2,7	2.052	1,4	2.182	1,5	3.328	1,9
FMI, BANCO MUNDIAL E OMC	10.194	8,0	12.403	8,4	13.129	9,0	28.999	16,9
3.1. Grupo Banco Mundial	9.590	7,5	11.800	8,0	12.544	8,6	28.380	16,6
3.2. Organização Mundial do Comércio	604	0,5	603	0,4	585	0,4	619	0,4
BANCOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	2.821	2,2	24.201	16,4	12.700	8,7	17.167	10,0
OUTRAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS	3.662	2,9	3.564	2,4	8.196	5,6	5.330	3,1
das quais:								
GEF - Global Environment Facility	1.103	0,9	1.558	0,9	2.751	1,9	1.375	0,8
Protocolo de Montreal	50	0,0	473	0,3	1.996	1,4	64	0,0
CPLP - Community of Portuguese Speaking Countries ****	572	0,4	984	0,6	881	0,6	895	0,5
GFFATM - Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria	1.238	1,0	1.558	0,9	2.062	1,4	2.379	1,4
APD TOTAL	303.426		315.774		343.726		429.955	
Para referência:								
% APD/PNB								
% APD/RNB***	0,21		0,21		0,22		0,27	

Fonte: IPAD/DPP

** PALOP: Projectos conjuntos ou não discriminados por país.

*** RNB: Rendimento Nacional Bruto

Fonte: IPAD/DPP

Anexo V.1

Índice Desenvolvimento Humano 2007/2008

	Valor do índice de desenvolvimento humano (IDH)	País	Valor do índice de desenvolvimento humano (IDH)
Ordem do IDH ³	2005	Ordem do IDH ³	2005
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO			
1	Islândia	54	São Cristóvão e Nevis
2	Noruega	55	Tonga
3	Austrália	56	Jamahiria Árabe Líbia
4	Canadá	57	Antigua e Barbuda
5	Irlanda	58	Omã
6	Suécia	59	Trinidade e Tobago
7	Suiça	60	Roménia
8	Japão	61	Arábia Saudita
9	Países Baixos	62	Panamá
10	França	63	Malásia
11	Flândia	64	Bielorússia
12	Estados Unidos	65	Maurícia
13	Espanha	66	Bósnia e Herzegovina
14	Dinamarca	67	Federação da Rússia
15	Áustria	68	Albânia
16	Reino Unido	69	Macedónia (ARJM)
17	Bélgica	70	Brasil
18	Luxemburgo	DESENVOLVIMENTO HUMANO MEDIO	
19	Nova Zelândia	71	Dominica
20	Itália	72	Santa Lúcia
21	Hong Kong, China (RAE)	73	Cazaquistão
22	Alemanha	74	Venezuela, República Bolivariana
23	Israel	75	Colômbia
24	Grécia	76	Ucrania
25	Singapura	77	Samoa
26	República da Coreia	78	Tailândia
27	Eslovênia	79	República Dominicana
28	Chipre	80	Belize
29	Portugal	81	China
30	Estado do Brunei Darussalam	82	Grenada
31	Barbados	83	Arménia
32	República Checa	84	Turquia
33	Koweit	85	Suriname
34	Malta	86	Jordânia
35	Catar	87	Peru
36	Hungria	88	Líbano
37	Polónia	89	Equador
38	Argentina	90	Filipinas
39	Emirados Árabes Unidos	91	Tunísia
40	Chile	92	Fiji
41	Barém	93	São Vicente e Granadinas
42	Eslováquia	94	Irão, República Islâmica do
43	Lituânia	95	Paraguai
44	Estónia	96	Geórgia
45	Letónia	97	Guiana
46	Uruguai	98	Azerbaijão
47	Cróacia	99	Sri Lanka
48	Costa Rica	100	Maldivas
49	Baamas	101	Jamaica
50	Seicheles	102	Cabo Verde
51	Cuba	103	El Salvador
52	México	104	Argélia
53	Bulgária	105	Vietname
		106	Territórios Ocupados da Palestina

Ordem do IDH ³	Valor do índice de desenvolvimento humano (IDH) 2005	Es	Valor do índice de desenvolvimento humano (IDH)
107	Indonésia		
108	República Árabe Síria		
109	Turquemenistão		
110	Nicarágua		
111	Moldávia		
112	Egipto		
113	Usbequistão		
114	Mongólia		
115	Honduras		
116	Quirguizistão		
117	Bolívia		
118	Guatemala		
119	Gabão		
120	Vanuatu		
121	África do Sul		
122	Tajiquistão		
123	São Tomé and Príncipe		
124	Botsuana	Ordem do IDH ³	2005
125	Namíbia	160	Guiné
126	Marrócos	161	Ruanda
127	Guiné Equatorial	162	Angola
128	Índia	163	Benim
129	Ilhas Salomão	164	Malawi
130	Laos, Rep. Democrática Popular do	165	Zâmbia
131	Camboja	166	Costa do Marfim
132	Mianmar	167	Burundi
133	Butão	168	Congo, República Democrática do
134	Comores	169	Etiópia
135	Gana	170	Chade
136	Paquistão	171	República Centro-Africana
137	Mauritânia	172	Moçambique
138	Lesoto	173	Mali
139	Congo	174	Niger
140	Bangladesh	175	Guiné-Bissau
141	Suazilândia	176	Burquina Faso
142	Nepal	177	Serra Leoa
143	Madagáscar		Países em vias de Desenvolvimento
144	Camarões		Países menos desenvolvidos
145	Papua - Nova Guiné		Países Árabes
146	Haiti		Ásia Oriental e Pacífico
147	Sudão		América Latina e Caraíbas
148	Quênia		Ásia do Sul
149	Djibuti		África Subsariana
150	Timor-Leste		Europa Central, Oriental e CEI
151	Zimbabué		OCDE
152	Togo		OCDE de rendimento elevado
153	Iêmen		Desenvolvimento Humano elevado
154	Uganda		Desenvolvimento Humano médio
155	Gâmbia		Desenvolvimento Humano Baixo
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO			
156	Senegal		Rendimento elevado
157	Eritreia		Rendimento médio
158	Nigéria		Rendimento baixo
159	Tanzânia, Rep. Unida da		Mundo

Fonte: PNUD (2007, p.236)

Anexo VI.1
Distribuição dos Concelhos da ilha de Santiago



Fonte: Gomes, A. M. (2007, p.31)

Anexo VII.1

Convenções Internacionais Ratificadas por Cabo Verde

Instrumento jurídico	Objecto	Local/Data de conclusão	Assinatura/Aprovação	Ratificação
Convenção das Nações Unidas	Luta Contra a Desertificação	Paris, 17 de Junho de 1994	Assembleia Nacional: Resolução n.º 98/IV/95, de 8 de Março	8 de Março de 1995
Convenção-Quadro	Mudança climática	Nova York, 9 de Maio de 1992	Assembleia Nacional: Resolução n.º 72/IV/94, de 20 de Outubro	29 de Março de 1995
Convenção	Diversidade biológica	Rio Janeiro, 5 de Junho de 1992	Assembleia Nacional: Resolução n.º 73/IV/94, de 20 de Outubro	29 de Março de 1995
Convenção	Controlo de movimentos transfronteiriços	Basileia 22 de Março de 1989	Assembleia Nacional: Resolução n.º 74/IV/94, de 20 de Outubro	2 de Julho de 1999
Convenção	Protecção da Camada de Ozono	Viena, 22 de Março de 1985	Conselho de Ministros: Decreto n.º 6/97, de 31 de Março	6 de Julho de 2001
Convenção das Nações Unidas	Sobre o Direito do Mar		Assembleia nacional: Lei n.º 17/II/87, de 3 de Agosto	10 de Agosto de 1987
Convenção	Delimitação das condições de acesso e de exploração dos recursos haliêuticos ao largo das costas dos Estados membros da Comissão Sub-regional das Pescas	1993	Assembleia Nacional: Resolução n.º 38/V/96, de 30 de Dezembro	
Convenção Internacional	Responsabilidade civil pelos prejuízos devidos à poluição por hidrocarbonetos		Conselho de Ministros Decreto n.º 2/97, de 10 de Fevereiro	

Convenção	Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)	Estocolmo Maio 2001	Conselho de Ministros: Decreto nº 16/2005 de 19 de Dezembro	1 de Março 2006
Convenção	Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas	Ramsar 1971	Conselho de Ministros: Decreto nº 4 /2004 de 18 de Novembro	18 de Novembro de 2005
Convenção	Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens ameaçadas de extinção	1963	Conselho de Ministros: Decreto nº 1 /2005 de 21 de Março	10 de Agosto 2005
Convenção	Conservação das Espécies Migratórias pertencentes à fauna selvagem		Conselho de Ministros: Decreto nº 13 /2005 de 5 de Dezembro	18 de Janeiro de 2006
Convenção	Procedimento de prévia informação e consentimento para determinados produtos químicos e pesticidas perigosos ao comércio internacional	Roterdão	Conselho de Ministros: Decreto nº 17/2005 de 28 de Dezembro	1 de Março 2006

Fonte: MAA-DGA (2007, p.26)

Anexo VIII.1

Breve Histórico das Energias Renováveis em Cabo-Verde

1986	Dois Aero geradores Vestas –DK, de 55 Kw cada um ligados a rede da Praia. Desactivados nos finais dos 1980.
1987	Aéro Watt 15 kW no aeródromo de São Nicolau, não funciona.
1987	Moía - Moía , Aero gerador Riva Calconi de 15 kw ligado à um dessalinizador RO 5 m ³ /dia, não chegou à entrar em funcionamento.
1987	Instalação em Tarrafal, ilha de Santiago do primeiro sistema autónomo. Uma turbina 25 Kw de potência, um grupo Diesel 60 kw, com um banco de resistência e uma unidade de controlo, por computador. Funcionou por pouco tempo e com muitos problemas, se encontra fora de serviço.
1988	Instalação na Assomada, ilha de Santiago, de um sistema autónomo a diesel/eólico reversível de 75 Kw ligado à um banco de baterias (“dump load”) e um sistema de controle. O sistema foi considerado muito sofisticado para a época e para o país, funcionou de forma deficiente durante três anos, depois dos quais foi colocado fora de uso.
1989	<i>Electra</i> constrói na Ilha de São Vicente o primeiro Parque Eólico “grid-conected” 10x Kw Aeroman. Se encontra desactivado há alguns anos.
1994	Construção de três parques eólicos (Praia, Mindelo e Sal) (3x300Kw; 3x300Kw e 2x 300 Kw respectivamente). Denominado Step 1, foi financiado pela cooperação Dinamarquesa.
1996	Instalação na vila do Matão, nos arredores da Praia, um sistema autónomo composto por um aerogerador. Vernet 15 Kw. Suficiente para o abastecimento de 30 casa da localidade (na época). A gestão do sistema é feita pela própria comunidade, mas actualmente face ao problema de falta de pagamento da parte dos utilizadores tem se tornado difícil a manutenção da instalação.
1997	Aerogerador de 150 Kw ligado à rede da Brava, perante vários problemastécnicos, actualmente está fora de serviço.
1998	Instalação de um sistema piloto na ilha da Boa Vista, Aerogerador Vernet de 5 x25 Kw. A estrutura se encontra fora de serviço.
1999	Instalação na ilha do Maio de um Aerogerador, experimental ADES 150 Kw, ligação hidráulica à 2 grupos diesel, utilizado no sistema de dessalinização por osmose inversa, funciona muito mal.

Fonte: africainfomarket.org (2004, p.27)